



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

SARA MARIA SPINOSA JUVENCIO

**TERRA DE SONHOS OU DE MERCADOS: AVALIAÇÃO DO PROJETO SÃO
JOSÉ – AÇÃO FUNDIÁRIA, O CASO DO ASSENTAMENTO FLORESTA II,
QUIXADÁ-CE**

FORTALEZA

2013

SARA MARIA SPINOSA JUVENCIO

**TERRA DE SONHOS OU DE MERCADOS: AVALIAÇÃO DO PROJETO SÃO
JOSÉ – AÇÃO FUNDIÁRIA, O CASO DO ASSENTAMENTO FLORESTA II,
QUIXADÁ-CE**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará – UFC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas, na área do conhecimento Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar.

FORTALEZA

2013

SARA MARIA SPINOSA JUVENCIO

**TERRA DE SONHOS OU DE MERCADOS: AVALIAÇÃO DO PROJETO SÃO
JOSÉ – AÇÃO FUNDIÁRIA, O CASO DO ASSENTAMENTO FLORESTA II,
QUIXADÁ-CE**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará – UFC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas, na área do conhecimento Políticas Públicas.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra. Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dr. Paulo Roberto Fontes Barquete
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

Conhecer é, essencialmente, questionar, não apenas afirmar, confirmar, constatar, verificar, dizer. (Pedro Demo)

AGRADECIMENTOS

“Quando os problemas se tornam absurdos, os desafios se tornam apaixonantes.”

Partindo do pensamento acima de Dom Hélder Câmara, (re)afirmo minha paixão pela temática da questão agrária e inicio meus agradecimentos, primeiramente, a Deus pela dádiva da vida, da sabedoria e da perseverança, tão fundamentais para que eu concluísse este trabalho.

Agradeço a todos os meus familiares, que contribuíram, de forma prática ou por meio de incentivos, para a realização do mesmo; em especial, ressalto a participação de minha mãe, incentivadora incondicional na trajetória não só do meu trabalho como também da minha vida.

Ao meu companheiro, Jucelino, que através do seu silêncio demonstrou toda a sua compreensão quanto aos momentos de refúgio e de dificuldade por mim enfrentados durante todo o processo de desenvolvimento deste estudo.

Aos professores e técnicos do Mestrado de Avaliação de Políticas Públicas (MAPP), principalmente aos professores Alcides, Alba Pinho e Gema Galgani, sou grata pela atenção e gentileza por meio das quais compartilharam seus conhecimentos e, assim, enriqueceram meus estudos.

Estendo os meus agradecimentos aos amigos do MST pela compreensão do meu afastamento. Ao IDACE, em especial a Nadir Loiola, pela confiança e liberdade de ação. Aos meus parceiros de trabalho, Sandra, Silvana, Jonas, Albaniza, Jean, Clesson e Tiago, pelo auxílio e motivação; bem como aos colegas Castro Júnior, Arimateia Gonçalves e José Edgar. A todas as famílias assentadas no Projeto São José (PSJ) – Ação Fundiária, em especial ao Assentamento Floresta II, em Quixadá, pela confiança e credibilidade no trabalho realizado. Aos colegas de turma do MAPP e, em especial, aos amigos Aurineide, Alexandre e Ivana Leila. Em suma, a todos os amigos que conquistei durante essa etapa acadêmica. Levarei comigo não só agradáveis lembranças, mas também eternas amizades, as quais me proporcionaram, durante as nossas inúmeras rodas de conversas, grandes alegrias e notáveis conhecimentos.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho, desde a sugestão de leituras e fontes às palavras de incentivo e apoio.

RESUMO

O Projeto São José (PSJ) – Ação Fundiária compôs uma ação piloto de inserção do Banco Mundial no Brasil no ano de 1997, através do financiamento do acesso à terra por minifundistas e sem-terra, a fim de promover o combate à pobreza rural articulando-se com o Governo Estadual. Esta pesquisa tem como objetivo avaliar o processo de implantação e desenvolvimento do PSJ a partir do significado da posse da terra pelas famílias do Assentamento Floresta II, no município de Quixadá. As atividades desenvolvidas para esse estudo se balizaram na pesquisa participante culminando com uma Avaliação de Resultados. Para tanto, adotou-se como procedimentos e técnicas: levantamento de dados primários e secundários; aplicação de questionários; organização de grupo focal com representações dos assentamentos; entrevistas semiestruturadas com as famílias e gestores das instituições parceiras e do MST. O marco temporal desse estudo foi determinado a partir da intervenção do MST, que se pautou no ano de 2007, junto ao Governo do Ceará, com novas condições de pagamento para a terra. Dessa forma, o estudo identificou que os 44 assentamentos, até o ano de 2010, estavam inadimplentes com o pagamento da terra e seus quadros sociais modificados; os projetos de investimentos comunitários para as famílias não eram passíveis de verificação documental da prestação de contas; os imóveis destinados para compra sofreram alta especulação imobiliária e distorções do número de hectares, comprometendo o preço de financiamento da terra e manutenção familiar no campo. No que concerne ao Assentamento Floresta II, identificou-se que as 08 famílias assentadas apresentam sentimentos contraditórios de pertença da terra, além de desafios de manutenção social e produtiva da unidade familiar e sua coletividade. A percepção do agente financeiro frente ao significado da terra para as famílias evidencia a intenção de crescimento econômico através da posse da terra, embora reconheça que é um instrumento de empoderamento para a dignidade social. Referente à ação do MST, enfatiza-se o controle social nas políticas públicas do campo junto às instituições governamentais, a fim de garantir de forma participativa e emancipatória a construção de assentamentos rurais que zelem por uma ação campestre. Do exposto, conclui-se que o PSJ, como integrante da Política Nacional de Crédito Fundiário, não se efetiva como política pública, pois se constitui como uma intervenção do Estado para posse da terra, uma vez que as famílias não dispõem de forma integralizada do acesso às políticas públicas para o Campo.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Políticas Públicas; Intervenção Fundiária.

ABSTRACT

The San Jose Project - Land Action (PSJ) composed an action pilot insertion of the World Bank in Brazil, in 1997, through the funding of access to land to landless and minifundistas in order to promote the fight against rural poverty articulating with the State Government. This research aims to evaluate the implementation process and development of the JSP from the meaning of tenure of households Settlement Forest II, the city of Quixadá, from 1997 to 2011. The activities developed for this study were based on participatory research culminating with an Outcome Assessment. For both, it was adopted as procedures and techniques: a survey of primary and secondary data, questionnaires, focus groups with representations of the settlements; semi-structured interviews with families and managers of partner institutions and MST. The timeframe of the study was determined from the social intervention of the MST, which was marked in 2007 by the Government of Ceará new payment terms for the land. Thus, the study found that the 44 settlements by the year 2010 were delinquent in the payment of the land and their membership modified; investment projects for community families are not verifiable documentation of accountability, the residential property suffered to buy high speculation and distortions of the number of hectares, affecting the price of land and financing of family maintenance in the field. Regarding the Settlement Forest II, it was identified that the 08 settler families have mixed feelings of belonging land, and maintenance challenges of social and productive family unit and their community. The perception of the financial agent opposite meaning for the families of the earth suggests the possibility of economic growth through land tenure, while recognizing that it is a tool of empowerment for social dignity. Referring to the MST, we emphasize social control in public policy field with governmental institutions in order to ensure a participatory and emancipatory for the construction of rural settlements should ensure that an action peasant. From the above it follows that the PSJ as a member of the National Land Credit is not as effective public policy. It is constituted as a State intervention to tenure, since families do not have access to paid-shape public policy for the Field.

Key-words: Agrarian Reform; Public Policies; Land intervention.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da distribuição espacial dos Assentamentos PSJ – Ação Fundiária, 1997.....	34
Figura 2 - Mapa do Município de Quixadá – Localização dos Assentamentos do Projeto São José – Ação Fundiária.....	51
Figura 3 - Subprojetos de investimentos comunitários: infraestrutura/PSJ...	66
Figura 4 - Subprojetos de investimentos comunitários: projetos produtivos/PSJ – Ação Fundiária.....	66
Figura 5 - Planta do Assentamento Floresta II/Quixadá-CE.....	86
Figura 6 - Localização espacial das fontes de recursos hídricos.....	87
Figura 7 - Estado civil dos assentados – Assentamento Floresta II/Jordão/Quixadá-CE.....	89
Figura 8 - Escolaridade dos assentados – Assentamento Floresta II/Jordão/Quixadá-CE.....	90
Figura 9 - Principais atividades produtivas no Assentamento Floresta II/Jordão/Quixadá-CE.....	92
Figura 10 - Familiares que trabalham na roça no Assentamento Floresta II/Jordão/Quixadá-CE.....	93
Figura 11 - Desenvolvimento trabalho coletivo – Assentamento Floresta II/Jordão/Quixadá-CE.....	93
Figura 12 - Familiares exercem atividades complementares – Assentamento Floresta II/Jordão/Quixadá-CE.....	95
Figura 13 - Fontes de renda das famílias no Assentamento Floresta II/Jordão/Quixadá-CE.....	95
Figura 14 - Capacitação realizada no Assentamento Floresta II/Jordão/Quixadá-CE.....	97
Figura 15 - Melhores coisas no Assentamento Floresta II/Jordão/Quixadá-CE...	97
Figura 16 - Desafios no Assentamento Floresta II/Jordão/Quixadá-CE.....	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fluxograma operacional do componente Ação Fundiária.....	29
Quadro 2 - Propostas contratadas de imóveis pelo PSJ - Ação Fundiária, 1997.....	35
Quadro 3 - VTN/ha do PSJ – Ação Fundiária: ano de 1995 e 1996/97.....	57
Quadro 4 - Variação (<) do N°. de hectares financiados e o N°. de hectares georreferenciados.....	60
Quadro 5 - Variação (>) do N°. de hectares financiados e o N°. de hectares georreferenciados.....	61
Quadro 6 - Condições do PSJ e da Resolução N°. 4029.....	78

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Programas de compra de terra no Ceará, no período de 1997 a 2012.....	26
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ater	Assistência Técnica e Extensão Rural
BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
CAF	Consolidação da Agricultura Familiar
CNA	Confederação Nacional de Agricultura
Cocred	Coordenadoria de Crédito Rural e Políticas Afins
CPT	Comissão Pastoral da Terra
Ematerce	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
FAO	Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
Fetraece	Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Ceará
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRT	Fundo Rotativo de Terras
FTRA	Fundo de Terras e da Reforma Agrária
Funest	Fundo Estadual de Terras
Funterra	Fundo de Redistribuição de Terras
IDACE	Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará
IES	Instituição de Ensino Superior
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEGIF	Núcleo de Estudos sobre Gênero, Idade e Família
PA	Projeto de Assentamento
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PDA	Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDRI	Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Ceará
PDSFN	Programa de Desenvolvimento do Sistema Fundiário Nacional
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Polonordeste	Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste
PPA	Planos Plurianuais
PRA	Plano de Recuperação do Assentamento
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Proterra	Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PSJ	Projeto São José
SAT	Subprojeto de Aquisição de Terra
DAS	Secretaria de Desenvolvimento Agrário
SEARA	Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária
SEPLAN-CE	Secretaria de Planejamento e Coordenação
SIC	Subprojeto de Investimentos Comunitários
SRF	Secretaria da Receita Federal
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo
UTE-CE	Unidade Técnica Estadual do Ceará
VTN	Valor da Terra Nua

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	14
2.	A POLÍTICA AGRÁRIA DO BRASIL NA PERSPECTIVA NEOLIBERAL.....	19
2.1	Interpretações diversas: do tradicionalismo agrário ao novo mundo rural.....	19
2.2	Uma nova concepção para uma velha questão: outra ruralidade..	22
2.3	Projeto São José – Ação Fundiária: as regras do jogo.....	28
2.4	Cartografia do PSJ: do sertão ao litoral.....	32
3.	PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	37
3.1	A inserção da pesquisadora.....	38
3.2	O método de avaliação aplicado ao PSJ.....	40
3.3	Os procedimentos adotados.....	45
3.3.1	<i>A definição amostral.....</i>	49
3.3.2	<i>Grupos focais.....</i>	52
3.3.3	<i>Entrevistas e questionários.....</i>	53
3.3.4	<i>Estratégia de análise.....</i>	54
4.	TERRA DE SONHOS OU DE MERCADO? AS PERIPÉCIAS DO PSJ.....	55
4.1	A ficção do PSJ: do ideal ao real.....	55
4.2	Terra de sonhos e/ou de mercado: as percepções do agente financeiro e do MST ante o PSJ – Ação Fundiária.....	68
5.	PERCORRENDO OS ASSENTAMENTOS DO PSJ.....	83
5.1	Caracterização do Assentamento Floresta II/Jordão, Quixadá-CE.....	83
5.1.1	<i>Peculiaridades físico-territoriais.....</i>	83
5.1.2	<i>As subjetividades sociais do Assentamento Floresta II/Jordão, Quixadá-CE: perfil social e econômico das famílias assentadas...</i>	88
6.	CONCLUSÃO.....	105
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	109

1. INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira é marcada pela concentração de terra. Nesse sentido, a reforma agrária se coloca como um desafio a ser conquistado, uma vez que, desde o processo de colonização, o acesso à terra pelas populações nativas e afrodescendentes configurou-se por conflitos fundiários.

Partindo dessa premissa, observa-se que a reforma agrária no Brasil era compreendida apenas como uma política de distribuição, que não vislumbrava aspectos produtivos, econômicos e socioculturais das famílias a serem atendidas, tendo como princípios seus costumes, tradições e identidade de camponês. Na década de 60, deu-se a criação do Estatuto da Terra, Lei Nº. 4.505, de 30 de novembro de 1964, primeira lei de reforma agrária do país que, mesmo tendo sido promulgada no período da ditadura militar, apresentou progressos peculiares, todavia se caracterizando por suas ambiguidades e complexidades (STÉDILE, 2005).

A partir da criação do Estatuto da Terra, o debate e a luta por reforma agrária acirrou-se, uma vez que a década de 1960 é marcada pela crise do modelo capitalista de industrialização, bem como pelo surgimento das primeiras organizações camponesas, que passam a legitimar a defesa por acesso à terra e à reforma agrária. De acordo com dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), de 2005, o período compreendido entre 1950 e 1960 foi marcado pelos conflitos no campo, seguido de casos de violência e ampliação do abuso do poder, tanto pelos detentores de terra quanto pelo Governo Militar, no decorrer dos seus 20 anos de dominação.

Outro exemplo da estrutura fundiária do Brasil pode ser verificado no Censo Agropecuário de 2006, que apresenta um índice de Gini de 0,872, enquanto nas duas décadas anteriores, respectivamente, 1985 (0,857) e 1995 (0,856), havia uma estagnação. O que se observa agora é o crescimento da concentração de terras no país (IBGE, 2006).

Associado a esse debate, a década de 1980 caracteriza-se pelo processo de redemocratização do país, imbuída de manifestações e lutas que visavam a três

tipos de reformas: social, política e agrária. No que concerne a esta última, o que se verifica é a controvérsia entre os detentores de terra e os “sem-terras” sobre a necessidade de desenvolvimento da reforma agrária no Brasil, o que seria uma alternativa à crise agrária que afetava o país, sobretudo as regiões com grandes extensões de terras nas mãos de poucos, como no Norte e Nordeste brasileiro.

A partir de meados da década de 1990, no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), a conjuntura agrária se vê entrelaçada entre duas vertentes: a primeira voltada a desapropriações de terra por interesse social, a conhecida reforma agrária instituída pelo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e realizada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); e a segunda, fruto da lógica neoliberal, concebida com a perspectiva de ação complementar para acesso à terra, intitulada como *Reforma Agrária de Mercado*, sendo definida e patrocinada pelo mercado capitalista, através das intervenções do Banco Mundial, como ação “complementar” à proposta de combate à pobreza rural por via da regularização e redistribuição de terras nos países pobres.

Dando prosseguimento à proposta de intervenção no campo brasileiro, a partir de 1996, o Banco Mundial implementa a reforma agrária de mercado no Brasil, através da experiência do projeto-piloto no Estado do Ceará, o Projeto São José (PSJ) – Ação Fundiária, tendo em vista a criação de assentamentos rurais através de financiamentos de terras.

É primordial destacar que a inserção do Ceará no modelo complementar de reforma agrária foi implantado pelo Governo Tasso Jereissati, quadriênio 1995-1998, após a realização de estudos de identificação da situação do mercado de terras e dos mecanismos destinados à reforma agrária no Ceará, através do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), culminando com articulações com as missões do Banco Mundial. Deste, resultaram, em meados de 1995, discussões de ações de concessão de crédito para aquisição de terras, a fim de garantir maior participação do Estado, bem como novos agentes no processo de obtenção de terras destinadas à redistribuição fundiária, não se restringindo apenas à ação do INCRA.

Como resultado dessas articulações, o Fundo Rotativo de Terras (FRT) é criado pela Lei Nº. 12.614, de agosto de 1996, e regulamentado pelo Decreto-Lei Nº.

24.239, de 04 de outubro de 1996, viabilizando dessa forma a parceria entre governo estadual e Banco Mundial para a criação do componente Ação Fundiária no Projeto São José de Combate à Pobreza Rural (BRANDÃO, 2000).

Vale salientar ainda o fato de que o Estado apresentava disputas de terras históricas, onde os casos de violência psicológica e física no Campo estavam emergindo. Dos municípios que mais congregavam conflitos, frisamos Itapipoca, Itarema, Canindé, Ocara, Morada Nova e Quixeramobim. Nessas áreas, os processos de desapropriação por interesse social antecederam as ações do Estado no que se refere à intervenção da compra de terras, como projeto-piloto (IDACE, 1998).

Ademais, os conflitos agrários no Ceará, em 1990, aumentaram a partir das ocupações e mobilizações dos movimentos sindicais e sociais do campo, dentre eles: a Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Ceará (Fetraece) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

A respeito das atuações organizadas e coordenadas pelos movimentos rurais, é importante evidenciar que as mesmas se defrontavam com as medidas de coerção dos governos federal e estadual, que compartilhavam da ideologia político-partidária e econômica do Banco Mundial, no sentido de afrontar os conflitos sociais do campo por via do financiamento de mercado de terras.

É nesse contexto que o “experimento” do Banco Mundial no Ceará se efetiva por meio do Projeto São José – Ação Fundiária, implementado por todas as regiões do Estado, efetivando a criação de 44 projetos de assentamentos estaduais no ano de 1997, através da concessão de crédito fundiário a trabalhadores rurais sem-terras e minifundiários.

A ação de concessão de crédito com parte dos recursos oriundos de organismos internacionais e nacionais passa a compor os instrumentos de “reforma agrária” no país, tornando-se uma alternativa à reforma agrária tradicional, a qual passa a ser vista pelo governo FHC como “insuficiente” no atendimento as demandas de acesso à terra por trabalhadores rurais sem-terras ou com pouca terra. Dessa ação, origina-se a concepção do “Novo Mundo Rural”, uma nova forma de tratar a questão agrária brasileira.

Nesse sentido, evidencia-se que a realização deste estudo se constituiu a

partir do interesse, ainda na Universidade, de compreender a questão agrária. Assim, no decorrer de minha prática profissional, surgiu em mim a curiosidade de adentrar, especificamente, os 44 assentamentos estaduais por via do processo de compra e venda de terras. Esse interesse ainda se fez veementemente associado ao fato de que, durante a minha graduação no Curso de Economia Doméstica, os modelos alternativos à reforma agrária foram abordados de forma singela.

Dessa forma, a partir de minha ação militante e profissional, fui conhecendo a realidade de famílias oriundas da reforma agrária de mercado. Nesse período, verifiquei dicotomias entre os dois modelos de lidar com a reforma agrária, nos quais permaneço trabalhando de forma ainda inquieta. Assim, nasceu o sentimento questionador através do qual esse estudo ganhou corpo, uma vez que vivencio cotidianamente o duelo entre o ser militante e o ser profissional.

Desse modo, este trabalho tem como objetivo compreender e avaliar a execução do Projeto São José – Ação Fundiária a partir do significado da posse da terra pelas famílias assentadas. A fim de alcançar essa compreensão, espera-se ainda: identificar a origem das famílias; verificar as mudanças na vida das famílias assentadas; examinar a rotatividade de famílias do quadro social das associações e investigar os elementos que causam a adimplência e/ou a inadimplência no pagamento das parcelas do processo de compra e venda da terra.

Para relatar esta investigação, eu a dividi em 06 partes. A primeira constituída por esta introdução. A segunda apresenta uma exposição sobre a Política Agrária do Brasil, elencando as ações do “Novo Mundo Rural” e suas premissas de intervenção, como, por exemplo, o componente Ação Fundiária do Projeto São José, o Projeto Cédula da Terra, dentre outros. Compõe essa discussão a trajetória do projeto-piloto do Banco Mundial no Ceará, bem como as intervenções política e social no cotidiano do PSJ através do Estado e do MST.

Na terceira parte, expõem-se os percursos metodológicos trilhados no decorrer da elaboração deste estudo. São apresentados os elementos norteadores desta pesquisa, bem como as dificuldades encontradas para sua realização.

Já na quarta parte, é apresentada a caracterização do Assentamento trabalhado a partir da definição amostral. Para tanto, no decorrer desta, aprofundo a dinâmica social, política e econômica do Assentamento a fim de corroborar com uma

compreensão da efetivação deste projeto no contexto agrário do Ceará.

A quinta parte consiste na exposição das observações realizadas e nos resultados alcançados, por meio dos quais se expõe a dinâmica de execução do PSJ a partir da percepção geral dos 44 projetos de assentamentos.

Por fim, a sexta e última parte constitui-se das considerações finais deste estudo, através do qual se procura evidenciar a realidade conjuntural desses assentamentos criados pela política agrária complementar à Reforma Agrária. Ademais, este estudo visa contribuir com novas e incansáveis reflexões acerca da necessidade de uma efetiva política pública que promova o acesso à terra de forma equitativa e digna aos homens e mulheres que compõem o campesinato no Brasil.

2. A POLÍTICA AGRÁRIA DO BRASIL NA PERSPECTIVA NEOLIBERAL

2.1 Interpretações diversas: do tradicionalismo agrário ao novo mundo rural

Várias interpretações para a questão agrária compõem o cenário do Brasil no decorrer do século XX. Em meio a essa conjuntura, evidencia-se um processo sociocultural demarcado por uma relação *dual* entre opressores e oprimidos, burgueses e proletários, latifundiários e “sem-terras”.

É nesse cenário de contradições e disputas que a questão agrária brasileira é apresentada por via de outros motes, como a reforma agrária, a concentração e a titulação fundiária. Transcende destes a lacuna do jogo de interesses políticos no tocante à manutenção do poder e concentração de renda, elementos definidores da desigualdade socioeconômica predominante até hoje em nossa sociedade. Tais elementos são constituídos e reforçados por ações protecionistas do Estado à classe burguesa, sobretudo àqueles que alcançam suas riquezas através do ativo *terra* e sua especulação, bem como da exploração da força de trabalho.

Partindo dessa compreensão, é necessário entender a lógica capitalista impetrada em meados de 1990 em alguns países, como África do Sul, Brasil, entre outros. Assim, observa-se a atuação de agências internacionais, como o Banco Mundial, as quais desenvolveram uma política de incentivos a programas de financiamento de terras a agricultores sem-terras ou com pouca terra que, no seu cotidiano, não dispunham de recursos financeiros para a aquisição de um imóvel rural.

Esse modelo alternativo dá continuidade às tentativas de financiamento de terras desde meados de 1970. Alencar (2006) corrobora explicitando a origem de programas de intervenção fundiária, através do processo de compra e venda de terra a partir da articulação entre governo federal e estadual com vistas a promover a redução da pobreza no campo através da desconcentração fundiária e melhoria da distribuição de renda.

Como programas e projetos/ações precedentes a reforma agrária complementar ou de mercado no Ceará, Alencar (2006) apresenta:

- Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (Proterra), de 1973 a 1984, através da efetivação do Fundo de Redistribuição de Terras (Funterra) para a compra e venda de terra, adquirindo no seu período de duração 265 imóveis para 2.183 famílias, constituído de uma área total de 235.060 hectares;
- Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado do Ceará (PDRI do Ceará) ou, como ficou apelidado, Projeto Ceará, ou ainda, Programa de Desenvolvimento das Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste). Teve duração de 1980 a 1985 e, através de arrecadações, desapropriações por interesse social e da aquisição de 23 imóveis, atendeu 654 famílias, dispondo de uma área de 35.999 ha. Destaca-se desta intervenção que os imóveis adquiridos foram entregues às famílias, sendo que os mesmos não apresentavam previsão de reembolso do valor de compra;
- Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP) ou Projeto Nordeste (1987 a 1994), que realizou através do componente fundiário intitulado Programa de Desenvolvimento do Sistema Fundiário Nacional (PDSFN). Este programa foi operacionalizado por meio de desapropriações por interesse social, sendo as terras negociadas pela compra e venda e cadastro/regularização fundiária. Evidencia-se, ainda, que, para sua execução, foi criado o Fundo Estadual de Terras (Funest), o qual se consolidou com a aquisição de 05 imóveis, beneficiando 166 famílias distribuídas em 5.505ha. Este programa não tinha previsão de pagamento do valor pago pelo Estado pelos imóveis comprados.

Evidencia-se, por meio dos dados acima mencionados, que estes programas balizaram as ações do governo estadual e federal a partir da década de 1970, no que concerne à efetivação de ações/intervenções que pudessem ser

desenvolvidas em paralelo com a reforma agrária tradicional, desejada pelos movimentos sociais do campo. No entanto, destaca-se dessa “nova” ação a parceria e articulação direta com o Banco Mundial, que passa a conduzir a lógica das operações de concessão de crédito, agora com previsão de reembolso do valor de compra e venda da terra. Desta, origina-se a (re)formulação de intervenção fundiária tendo em vista a política complementar de reforma agrária no Brasil.

Ademais, como na África do Sul, Colômbia, Guatemala, dentre outros, a partir de meados de 1990, o Brasil abre as portas para “dialogar” com o Banco Mundial e passa a fazer parte dos países acolhidos para o desenvolvimento econômico e produtivo das suas terras agricultáveis via lógica da “financeirização”, defendida e implementada no mundo por meio da globalização (TEÓFILO, 2002).

Assim, essa concepção foi difundida e implementada nesses países com os objetivos de: i) estabelecimento de uma reforma de Estado, fruto da crise da dívida externa e das políticas de liberalização; ii) combate à pobreza, através de ações paliativas a fim de que possíveis tensões não saíssem do controle repressivo do Estado; e, iii) avanço no processo de liberalização dos mercados de trabalho, terra e crédito (SAUER e PEREIRA, 2006).

No entanto, as ações do Banco Mundial, no tocante às suas práticas de combate à pobreza, demandaram uma nova performance, visto que projetos de cunho rural, ou seja, de negação à reforma agrária, não lograram o êxito previsto pelo Banco no decorrer das décadas de 1970/80. Dessa forma, uma nova proposta é efetivada, agora específica para o “desenvolvimento rural”, a qual se difunde no neoinstitucionalismo através de uma abordagem focada prioritariamente na promoção do livre mercado de terras, ou seja, voltada para instituir o modelo denominado de Novo Mundo Rural.

A essa nova modalidade de intervenção do Estado, Rosset (2004) expõe que há três fatores que condicionaram o Banco Mundial a trilhar novos horizontes no tocante à questão agrária. O primeiro diz respeito ao crescimento econômico dos países com distribuição desigual dos seus bens, com especial foco no ativo terra, o que condiciona o retardamento das taxas de crescimento econômico. O segundo refere-se aos investimentos de aporte privado em áreas rurais, sobretudo na América Latina, África e Ásia, os quais têm sido muito baixos. O terceiro diz respeito à redução

da pobreza nos países pobres e em desenvolvimento a partir do acesso à terra.

Evidencia-se, a partir do exposto, que a ação do Banco Mundial na criação de “alternativas” para tratar a questão agrária no mundo vê como irrelevantes as condições de desigualdade e acesso à terra de cada país, pois adota mecanismos de mercado no processo de compra e venda de terras para justificar sua lógica mercantilista de crescimento econômico. Ressalta-se ainda que tal lógica é reforçada por meio do favorecimento das elites econômicas que detêm as grandes extensões de terra em detrimento da minimização de conflitos agrários por acesso à terra, ao mesmo tempo que idealiza o modelo de compra e venda sem atender as externalidades no processo de reforma agrária.

Referente a essa concepção, Heath e Deininger (1997) *apud* Teófilo (2002) evidenciam que a manutenção desses programas pelo Banco Mundial tem diversas razões, como:

a) informação fluida entre compradores e vendedores; b) concorrência entre vendedores; c) concorrência entre compradores potenciais no financiamento de projetos produtivos; d) negociação voluntária do preço da terra entre grupos de vendedores e compradores; e) provisão de assistência técnica aos mais pobres no desenho dos projetos; f) provisão de subsídios para obter parte do financiamento do projeto, inclusa a compra de terras; g) sistema de monitoramento (TEÓFILO *et al.*, 2002, p. 46).

Ademais, o Banco Mundial explicita, além do seu objetivo de combate à pobreza, o objetivo de atenuar os efeitos sociais negativos da intervenção de instituições multilaterais na questão agrária.

2.2 Uma nova concepção para uma velha questão: outra ruralidade

Como fruto da concepção de desenvolvimento do Banco Mundial, o Brasil, entre os anos de 1995/96, aderiu aos ensejos da reestruturação capitalista, acreditando na sua expansão financeira. Essa adesão atende as propostas do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) que, no seu 1º mandato (1994-1997), delega, através do apoio aos estados da federação, a autonomia para

a execução de acordos de cooperação técnica com recursos de organismos internacionais visando ao combate à pobreza rural, concretizando o ideal de um “Novo Mundo Rural”.

O processo de elaboração do novo mundo rural contou com a participação dos governos estaduais, Instituições de Ensino Superior (IES), agências internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Banco Mundial (BARQUETE, 2003).

Em conformidade com Barquete (2003), a existência dessa nova concepção do governo se pauta na justificativa de valorizar o mundo rural a partir da compreensão de desenvolvimento socioeconômico e territorial através da premissa da globalização. O autor evidencia ainda que:

[...] o processo de globalização tem se mostrado muito mais um fenômeno financeiro e político fundado na valorização dos mercados mundiais, não dos territórios e, como tal, leva ao desemprego estrutural, ao aumento nas taxas de juros, à precarização das relações de trabalho e ao endividamento dos países localizados na periferia do capitalismo. [...] A dinâmica substantiva de mercado que a globalização enseja, ancorada nos circuitos do capital, visa precisamente desterritorializar as economias nacionais, mediante os ditames do ajuste estrutural (BARQUETE, 2003, p. 111).

Após o exposto acima, é possível evidenciar que o processo de implantação do “Novo Mundo Rural” não se preocupou em atender a demanda social por terra nos territórios, e sim mensurar, através das concessões de crédito rural, a “efetividade” da nova possibilidade de crescimento econômico do país.

Nesse sentido, Domingos Neto (2004, p. 29) corrobora com a afirmativa de que:

[...] a orientação política do governo FHC fez com que o país abandonasse a tradição de exportador agrícola e assumisse a condição de grande importador de alimentos. Apesar do aumento do volume da produção de R\$ 78,3 bilhões, em 1994, para 72,4 bilhões, em 1999, segundo a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Esses dados podem explicar a razão pela qual a área cultivada foi reduzida em 200 mil hectares na última década. Os efeitos sociais da política agrícola ficaram evidenciados com a necessidade de distribuição de “cestas básicas” a mais de um milhão de famílias da zona rural.

É possível perceber que a política difundida pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso não objetivava enfrentar a questão agrária; mas, com uma “nova” roupagem, tratar de assentamentos rurais na perspectiva de agricultura familiar. É importante destacar que esse modelo no Brasil, em vez de valorizar as particularidades dos camponeses, resultou no enquadramento das lutas sociais por acesso à terra.

Assim, nasce e cresce a política de reforma agrária de mercado no Brasil, atribuindo à lógica mercantil a responsabilidade de dirimir a questão agrária ao invés do Estado, que minimiza suas ações de atendimento à reforma agrária por interesse social. Observa-se, ainda, que essa intervenção, além de beneficiar a manutenção dos grandes latifúndios improdutivos, potencializa a dependência técnica e econômica das famílias camponesas no acesso às novas tecnologias e insumos.

A concepção de “novo mundo rural” se constitui através de programas e ações destinadas ao fortalecimento e manutenção do homem no campo. Entretanto, quanto a essa concepção, destaca-se o fato de que as ações estratégicas desenvolvidas pelo governo federal perpassam pelo viés da concessão de crédito (BRASIL, s.d.).

Como principais programas destinados ao campo no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, destacam-se: o programa Luz no Campo; Saneamento Básico; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996, com o objetivo de atender aos produtores aptos a desenvolver uma agricultura de mercado; assentamentos de trabalhadores rurais via concessão de crédito e consolidação de assentamentos via financiamento de estruturas. Nestes três últimos, é possível observar a lógica do “Novo Mundo Rural” por meio da concessão de crédito rural.

Ainda sobre o “Novo Mundo Rural”, a ação do governo FHC, durante a gestão dos seus dois mandatos, culminou na criação de assentamentos rurais a partir de programas de financiamento de terras com apoio do Banco Mundial. A experiência do Ceará potencializou o interesse do governo federal em difundir tal estratégia como ferramenta para minimizar as tensões sociais do campo, as quais se acirravam através da ação dos movimentos sociais campestres.

Ressalta-se que antecede a ação do governo FHC, no que concerne às

negociações de compra e venda de terra para a reforma agrária de mercado, a experiência piloto do Ceará, no ano de 1996, através do Projeto São José – Ação Fundiária. Esta culminou com a criação de 44 assentamentos, numa área total de 23.622,59ha, atendendo 694 famílias a um custo de cerca de R\$ 4 milhões.

A partir desse experimento, tido pelo governo estadual e federal como exitoso, a ação passa a ser desenvolvida em outros estados da federação através do:

- Projeto Cédula da Terra: adotado nos estados nordestinos da Bahia, Pernambuco, Maranhão e Ceará; e no norte de Minas Gerais. Realizou-se no decorrer de 1997 a 1999, paralelamente à formulação de uma proposta de âmbito nacional tendo em vista a criação de um fundo nacional para o financiamento de compra e venda de terras, o Fundo de Terras/Banco da Terra, dando assim continuidade à ação do Banco Mundial.
- Programa Banco da Terra: criado em 1999, em expansão ao Cédula da Terra. Com atuação nacional, objetivava a geração de ocupação e renda no campo por meio do acesso à terra. No ano de 2001, dá lugar ao Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, através de Acordo de Empréstimo nº. 7037.

A partir desses programas, o governo Lula (2003-2006/2007-2010) dá continuidade à lógica mercantil de reforma agrária, através da criação, no ano de 2003, da política pública de concessão de crédito rural, a Política Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). A implantação do PNCF incorpora as ações anteriores de financiamento de terras, tendo em vista a reforma agrária, tornando-se política de Estado e, com isso, ampliando as linhas de financiamento, as parcerias institucionais, o público-alvo e a extensão do Programa a nível nacional. Como resultado dessa ampliação, o PNCF cria uma nova linha de financiamento individual, a Consolidação da Agricultura Familiar (CAF) para agricultores e seus filhos que detenham pouca terra.

No Ceará, os assentamentos, fruto da reforma agrária de mercado até o

ano de 2012, totalizaram 555 imóveis, atendendo 7.490 famílias em cerca de 250.000 hectares distribuídos em 124 dos 184 municípios do Estado, correspondendo a 68,5% dos municípios do Ceará atendidos por essa política, conforme os dados da Tabela 1.

Tabela 1 – Programas de compra de terra no Ceará, no período de 1997 a 2012

Programas/ Projetos	Ano	Nº. de assent. criados	Nº. de famílias	Área (ha)	Valor SAT (R\$)	Valor SIC (R\$)	Valor Total (R\$)
Projeto São José – Ação Fundiária – FRT – Governo Do Estado do Ceará	1997	44	688	24.052,37	3.908.735,00	5.381.698,08	9.290.4330,08
Célula da Terra – Convênio INCRA/Governo do Estado do Ceará	1997 2000	114	2000	72.484,81	10.550.355,60	11.121.338,48	21.671.694,08
Banco da Terra – FTRA – Acordo empréstimo 4147/BR	2000 2003	112	1590	70.416,68	9.739.597,09	9.449.733,34	19.189.330,43
Projeto Crédito Fundário – FTRA – Acordo empréstimo 7037/BR	2002 2008	192	2317	66.139,80	15.919.530,36	22.558.371,04	38.477.901,40
Projeto Crédito Fundário – FTRA – Decreto 6672/2008	2009 2012	93	895	16.857,66	9.751.518,12	21.111.956,63	30.863.537,75
TOTAL GERAL	-	555	7.490	249.951,31	49.869.799,17	69.623.097,57	119.492.896,74

Fonte: UTE-CE, Cocred/SDA, 2012.

Os autores Pereira e Sauer explicitam que, no governo Lula, os programas de compra e venda de terras:

[...] representaram bem mais do que o governo anterior conseguiu pôr em prática. Em termos relativos, representaram mais de 30% da meta da “reforma agrária”, o que compromete o discurso oficial sobre o caráter

“complementar”. Em outras palavras, sem criminalizar a luta por terra e contando com o apoio de todos os movimentos sociais agrários e entidades sindicais de representação de trabalhadores rurais, o governo Lula (2003-2010) conseguiu operar uma espécie de acomodação entre a reforma agrária constitucional e os programas de financiamento para a compra de terras, financiados pelo Banco Mundial (PEREIRA e SAUER, 2011, p. 9).

Pode-se evidenciar, a partir do exposto, que o governo Lula priorizou suas ações para o Campo paralelamente às orientações do Banco Mundial. Essa observação se efetiva ao analisar o número de assentamentos criados pelo INCRA no mesmo período. Entretanto, aqui não se reforça, tampouco estabelece comparativo da eficácia da reforma agrária tradicional à de mercado. Deseja-se apenas evidenciar o fato de que, sendo “supostamente” um governo de esquerda, os movimentos sociais e sindicais do campo foram ludibriados pela perspectiva de transformações sociais e econômicas no campo brasileiro.

Cria-se, então, no cenário nacional, uma alternativa complementar às ações desenvolvidas pelo Estado no que se refere à reforma agrária, haja vista que, embora permeada de inúmeras críticas, as aquisições de terra por financiamento apaziguaram os conflitos no campo, mesmo o Estado defrontando-se permanentemente com as ocupações¹ promovidas pelo MST no decorrer da gestão FHC e do Governo Lula (SILVEIRA, 2008).

Verifica-se, assim, que o Banco Mundial, com apoio político e financeiro dos governos estadual e federal, programa suas concepções e intervenções no Brasil. Domingos Neto (2004) faz menção às intenções do Banco Mundial para a intervenção do Mercado de Terras e afirma:

A implementação da “reforma agrária de mercado” deve ser compreendida, em primeiro lugar, como a extensão, para o mundo dos trabalhadores rurais, de concepções neoliberais induzidas pelo BIRD. A intervenção do Banco era testar a eficiência de sua proposta em países politicamente instáveis, a exemplo da África do Sul e Colômbia. O Brasil foi incluído, sob a justificativa de que a intensidade das ocupações em massa de terra e a radicalização dos conflitos colocariam em risco os direitos de propriedade privada e os ajustes estruturais (NETO, 2004, p. 31).

¹ As ocupações organizadas pelo MST sofreram uma represália do governo FHC ao criar a Portaria 62/2001 fundamentada na Medida Provisória 2.109-49, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que determina no seu artigo 1º a proibição de vistoria e avaliação a imóveis ocupados pelo prazo de 02 (dois) anos para fins de reforma agrária. Entretanto, o Movimento Sem-Terra cria novas formas de mobilização, passando a ocupar rodovias às margens da área em litígio social e áreas circunvizinhas de acordo com sua origem e tamanho de hectares.

Alcançados tais objetivos, restava somente ao Banco Mundial proceder de sua metodologia de monitoramento operacional e de avaliação e realizar estudos de impactos socioeconômicos para identificar a viabilidade de suas ações no cenário agrário do Brasil a partir da implantação, no ano de 1997, no Ceará, do Projeto São José – Ação Fundiária.

2.3 Projeto São José – Ação Fundiária: as regras do jogo

Com o objetivo político e econômico de minimizar os conflitos sociais no Campo cearense e atender as demandas do mercado globalizado, o governo do Estado na gestão do governador Tasso Jereissati, no ano 1996, cria o projeto-piloto componente Ação Fundiária do Projeto São José. A implementação do projeto tem por objetivo adotar a concessão de crédito fundiário para viabilizar o acesso à terra pelos trabalhadores rurais sem-terra e minifundiários do Estado, a partir de uma abordagem inovadora e desburocratizada tendo em vista o desenvolvimento sustentável das famílias a serem beneficiadas.

O projeto-piloto foi criado através da Secretaria de Planejamento e Coordenação (SEPLAN-CE), da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária (SEARA), do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) e em parceria com o agente financeiro representado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Através do financiamento do Banco Mundial, esses firmaram convênio de Cooperação Técnica e Financeira, através do Fundo Rotativo de Terras (FRT), com o objetivo de operacionalizar o componente Ação Fundiária (IDACE, 1996).

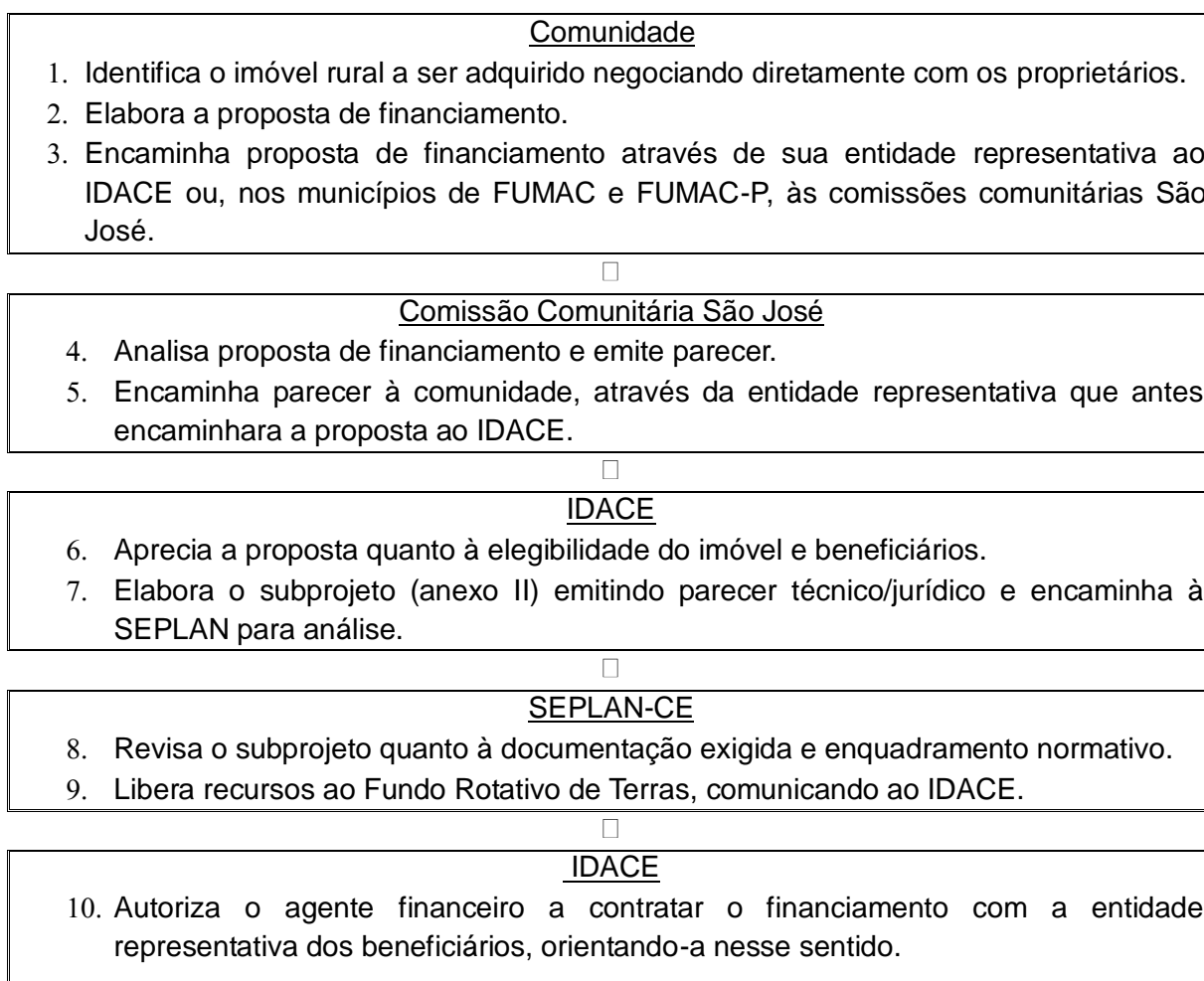
De acordo com o Manual de Operações do PSJ – Ação Fundiária, o FRT foi criado pela Lei Nº. 12.614, de 07 de agosto de 1996, destinando-se a apoiar as ações de reforma Agrária do Estado de Ceará, através do desenvolvimento de programas de financiamentos reembolsáveis para aquisição de imóveis rurais por pequenos produtores rurais sem-terra ou minifundiários, desde que estivessem organizados por interesses comuns e representados por organizações comunitárias legalmente constituídas.

Desse acordo, o Ceará obteve recursos do Banco Mundial para o PSJ – Ação Fundiária de R\$3.997.701,44, assentando 694 famílias em 44 imóveis rurais adquiridos pela reforma agrária de mercado.

Delineou-se, assim, a continuidade das ações do Banco Mundial no Brasil a partir da criação do Projeto Cédula da Terra, no ano de 1997, com abrangência nos Estados do Nordeste, a exemplo de Bahia, Pernambuco, Maranhão e Ceará, e em Minas Gerais. No tocante às execuções do programa Cédula da Terra, algumas considerações foram implementadas a partir da experiência do PSJ no Ceará.

É importante destacar que o componente Ação Fundiária do PSJ obedece a um fluxograma operacional (quadro 01), através do qual as instituições envolvidas desenvolvem suas atribuições, evidenciando a prática de execução para a criação dos projetos de assentamentos.

Quadro 1 – Fluxograma operacional do componente Ação Fundiária



Agente Financeiro

11. Contrata o financiamento com a entidade representativa.
 12. Efetua o pagamento ao(s) proprietário(s) da(s) terra(s) e de eventuais prestadores de serviços.
 13. Elabora e fornece a(s) escritura(s) pública(s) de compra e venda de concessão de financiamento e de outros pactos com garantia hipotecária com os beneficiários diretos.
- Cobra e recebe, de acordo com as condições do contrato correspondente, os recursos reembolsados pelos beneficiários, fornecendo os extratos e situações das operações ao IDACE e à SEPLAN-CE.

Fonte: Manual de Operações do PSJ – Ação Fundiária, IDACE (1996).

Assim, a criação do Programa Reforma Agrária Solidária, através do intitulado Projeto São José – Ação Fundiária, torna-se a primeira experiência do Brasil no que se refere ao processo de aquisição de terras para fins de assentamento via financiamento de crédito fundiário para um público-meta prioritário de trabalhadores sem-terra (assalariados, parceiros, pequenos arrendatários) e para aqueles que possuem pouca terra.

Esses atores sociais, em consonância com o Manual de Operações do PSJ – Ação Fundiária e com o FRT, devem estar organizados em associações, atendendo simultaneamente aos critérios de elegibilidade:

- 1) serem chefes ou arrimos de família, inclusive mulher responsável pela família; terem tradição na atividade agropecuária; serem maiores de idade ou emancipados; 2) manifestem a intenção de adquirir por compra, via entidade associativa, terras que lhes permitam desenvolver atividades produtivas; 3) possam apresentar um ou mais proprietários dispostos a vender-lhes a terra que desejam comprar; e 4) assumam o compromisso de reembolsar ao FRT as quantias que forem desembolsadas para a compra do imóvel, segundo termos e condições do financiamento através do FRT (IDACE, 1996, p. 5-6).

Ademais, no processo de compra e venda dos imóveis, estes devem apresentar potencial de exploração sustentável dos seus recursos naturais e infraestrutura produtiva, os quais demandem baixo nível de investimentos adicionais, a fim de que as famílias beneficiadas possam acessar os subprojetos produtivos e sociais de infraestrutura, que, assim, considerem prioritários ao desenvolvimento da comunidade.

No tocante às condições operacionais de financiamento do componente

Ação Fundiária, conforme o Manual de Operações do PSJ – Ação Fundiária, o IDACE (1996) destaca:

1. O limite de financiamento de 100% do valor de aquisição do imóvel; prazo de reembolso de até 15 anos, sendo até 04 de carência;
2. O desembolso do valor do imóvel será pago diretamente ao vendedor proprietário no caso de apresentar medição topográfica em uma única parcela e, caso não apresente medição, o pagamento será efetuado em 02 (duas) parcelas depois do aceite da medição de área pelo IDACE;
3. O reembolso deve atender os prazos máximos de carência e amortização estabelecidos no subprojeto de ação fundiária;
4. Os encargos financeiros serão aplicados de acordo com a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), calculados e capitalizados ao dia do vencimento e da liquidação da dívida sobre o saldo devedor;
5. Os financiamentos serão formalizados via Escritura Pública de contrato de compra e venda através de garantia hipotecária, fiança e outros pactos;
6. No caso de substituição de beneficiário, antes da liquidação da dívida, o mesmo somente será aceito mediante cumprimento dos critérios de elegibilidade e aceitação da Assembleia;
7. Os riscos operacionais dos financiamentos são do FRT;
8. O Agente Financeiro recebe remuneração de 2% sobre o valor financiado no processo de compra e venda do imóvel e, ainda, 1% ao ano sobre o saldo devedor do beneficiário a ser pago a título de repasse.

Observa-se, a partir das características apresentadas, que o Projeto São José – Ação Fundiária, através da intervenção do FRT, assume o papel de promover a aquisição de terras agricultáveis a minifundistas e trabalhadores sem-terra, no sentido de apoiar suas ações de organização fundiária, almejando a descentralização das ações de Reforma Agrária por parte do Estado, além de buscar a promoção ao combate à pobreza rural através da criação de novas oportunidades

de ocupações no Campo, as quais minimizem os conflitos sociais da década de 1990.

Todavia, ao adotar uma proposta de complementaridade das ações de reforma agrária, o PSJ – Ação Fundiária evidencia distintos elementos condicionantes de um novo modelo de “participação” social do campesinato, haja vista que fatores, como a intervenção e o interesse internacional no financiamento de terras pelo Banco Mundial, passam a compor o desenho orgânico das ações desenvolvidas pelo Estado. Destaca-se, ainda, a necessidade de compreensão do projeto a partir de premissas, como a qualidade e o custo de execução dos projetos de assentamentos criados, a eficiência das ações desenvolvidas pelas Instituições e Associações no processo de criação de assentamentos via compra e venda de terras e o processo de organização e consolidação dos projetos produtivos e sociais das famílias beneficiadas.

2.4 Cartografia do PSJ: do sertão ao litoral

A criação do PSJ no Ceará caracterizou-se pela abrangência de regiões e municípios participantes do projeto-piloto de compra e venda de terras, ou seja, pela dinamização do espaço físico estadual dos assentamentos implementados. Esta observação faz-se importante, uma vez que o Estado, nas décadas de 1980/90, enfrentava grandes tensões sociais no campo por acesso à terra, as quais eram marcadas por formas de repressão e intimidação violentas.

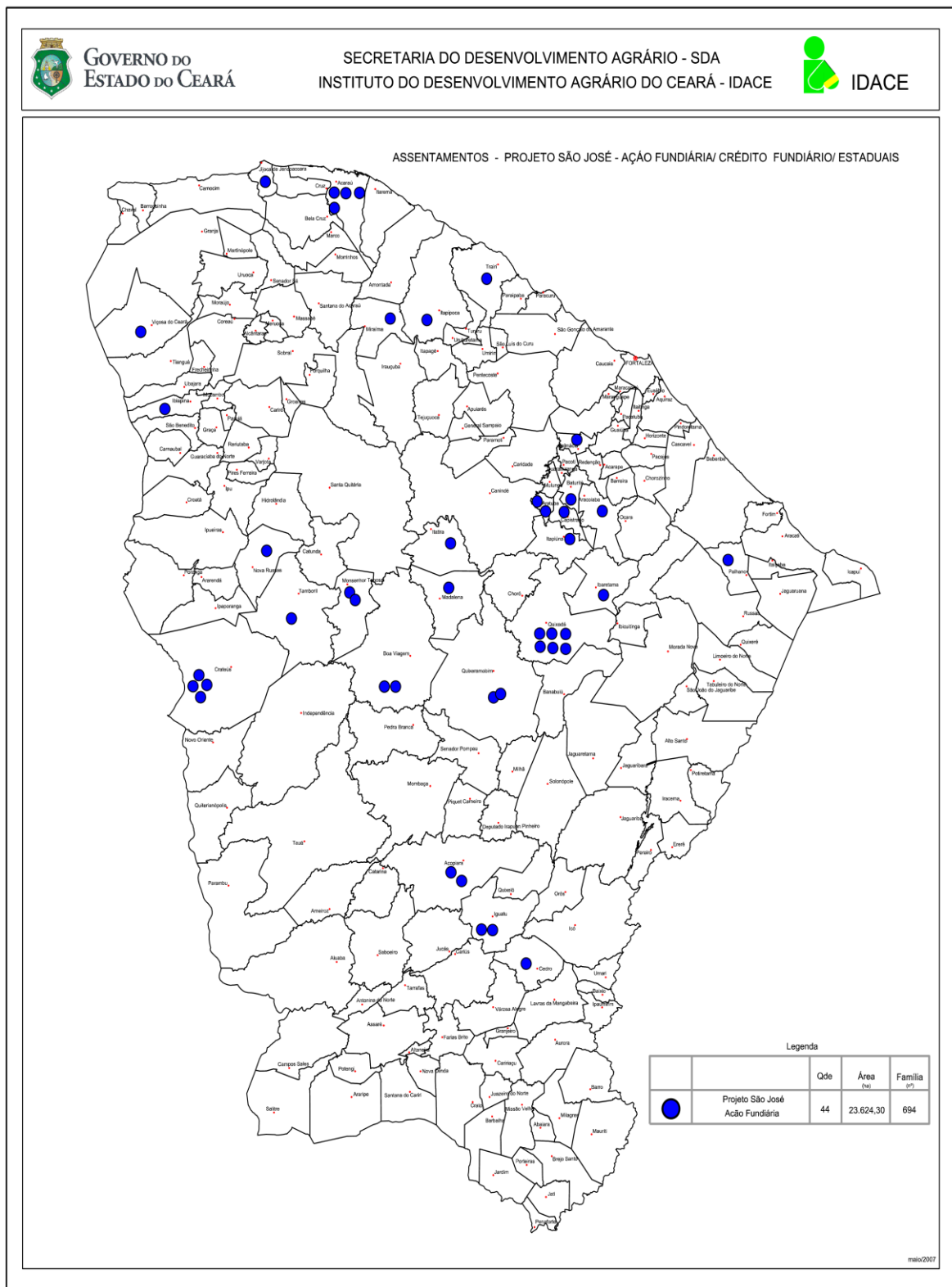
Ao analisar os relatórios do IDACE quanto ao acompanhamento fundiário do Ceará, verificaram-se a ocorrência e a evolução dos conflitos agrários no Ceará desde meados de 1995 a 2000, os quais resultaram em 72 conflitos deflagrados, envolvendo INCRA, IDACE e municípios. Desses, destacam-se: o ano de 1995, com 26 conflitos deflagrados, envolvendo 553 famílias e apenas 07 solucionados; o ano de 1996, com 19 disputas, com um total de 744 famílias, resultando na resolução de 15 casos, dentre estes pelo menos 01 indicativo de acesso ao PSJ – Ação Fundiária, no município de Quixadá, e o ano de 1997, com 17 casos, envolvendo 1.420 famílias

e representando, no período, o maior contingente de participantes (IDACE, 2003).

Evidencia-se ainda que, dos 72 conflitos agrários no Estado, 45 foram solucionados por processo de desapropriação; 02 através do Programa Reforma Agrária Solidária, sendo 01 pelo PSJ – Ação Fundiária e 01 pelo Cédula da Terra; 02 por processo desapropriatório do Estado por meio do IDACE e 01 por processo desapropriatório no município de Itarema. Do total, 22 áreas em situação de disputa por terra, até o ano de 2003, mantinham-se passíveis de resolução; dentre elas, a disputa no litoral de Amontada, da Fazenda Moitas, que, atualmente, ainda tramita judicialmente.

Associa-se, ainda, o fato de, em meados de 1990, o governo estadual criar e difundir a concepção do financiamento de terras, culminando na criação do PSJ em 26 municípios cearenses, localizados no sertão, nas serras e no litoral (figura 1).

Figura 1 – Mapa da distribuição espacial dos Assentamentos PSJ – Ação Fundiária, 1997



Fonte: Degeo/IDACE, 2012.

No quadro 2, destacam-se a área financiada dos imóveis rurais e seus respectivos valores, a capacidade de assentar o número de famílias e a data de contratação do financiamento. Quanto a esta última descrição, ressalta-se a temporalidade com que as concessões de crédito ocorreram, visto que o Banco Mundial iniciou as primeiras discussões com o Estado em meados de 1996 e o que se verifica é a implantação dos 44 projetos de assentamento no período de 10 meses, contados de fevereiro a dezembro de 1997. Evidencia-se essa observação pelo fato de que, ainda no ano de 1997, as ações de implementação do Projeto Cédula da Terra também são iniciadas. Contudo, maior aprofundamento sobre essa questão será realizado nos resultados e discussões.

Quadro 2 – Propostas contratadas de imóveis pelo PSJ – Ação Fundiária, 1997

Município	Imóvel	Área (ha)	Nº. de família	Valor contratado (R\$)	Data da contratação
Acaráú	Curral Velho	156,80	08	95.220,00	07/02/97
	Tucunzeiro	92,00	13	72.234,00	07/02/97
	São Francisco	348,40	13	82.680,00	01/09/97
	C. Manoel Luis	206,80	20	95.400,00	17/07/97
Acopiara	Serra Roxa e Esperança	513,40	15	95.400,00	05/11/97
	Tanque	271,80	10	57.240,00	08/07/97
Aracoiaba	Boa União e Lagoa Nova	188,00	11	81.620,00	30/04/97
Aratuba	Vídel Urubu	148,00	08	40.280,00	08/10/97
	Santa Rita	51,00	10	84.800,00	14/10/97
Baturité	Junco Curimatã	271,98	14	97.202,00	02/05/97
Boa Viagem	Santa Fé	503,13	16	93.280,00	16/09/97
	Várzea Redonda	327,25	11	74.200,00	11/08/97
Capistrano	João Rosa e B. Aires	188,80	08	53.000,00	09/05/97
Cedro	Baixa da Areia	808,50	22	130.680,00	26/11/97
Crateús	Baixio	384,00	12	63.600,00	22/04/97
	Tiorega/ C.Cima	2.195,89	43	192.400,00	03/09/97 04/09/97
	Redenção e Cajueiro	1.043,00	25	149.800,00	05/09/97 09/09/97
	Barra D'Água	380,00	10	53.000,00	30/12/97

Quadro 2 – (Continuação)

Município	Imóvel	Área (ha)	Nº. de família	Valor contratado (R\$)	Data da contratação
Ibaretama	Curimatã	800,60	25	159.000,00	08/01/97
Ibiapina	Pindoba	264,00	12	53.000,00	12/09/97
Iguatu	Serrote	45,40	07	68.900,00	02/05/97
	Barra	51,20	10	95.400,00	02/05/97
Itapiúna	Santo Onofre	265,40	11	73.561,90	01/12/97
Itatira	São Tomáz	648,98	11	69.683,44	18/02/97
Jijoca de Jericoacoara	São Raimundo	781,20	13	55.120,00	02/09/97
Madalena	Cacimba Nova	392,00	15	95.400,00	30/07/97
Miraíma	Carnaúbas	429,19	15	21.200,00	04/08/97
Monsenhor Tabosa	Monte Alegre	1.000,00	21	66.780,00	21/10/97
	Diamante do Padre Cícero	522,00	12	43.200,00	23/10/97
Nova Russas	Raposa/Boi Morto	697,00	18	114.480,00	25/09/97
Palhano	Vale de Santa Maria	998,10	33	244.860,00	30/09/97
Redenção	Palmácia/Irra	116,40	08	53.000,00	29/04/97
Quixadá	Monte Sinai do Pirangi e outros	754,50	23	159.000,00	22/04/97
	Floresta e Atalaia	638,30	11	111.300,00	22/04/97
	Tapuio	1.262,00	35	204.050,00	26/09/97
	Floresta	423,60	10	74.900,00	24/09/97
	Bonfim I	668,90	15	74.200,00	22/12/97
	Salgado /São Bernardo	1.087,25	22	130.680,00	19/11/97
Quixeramobim	Pedras Altas	1.076,00	19	82.680,00	23/06/97
	Poço Cercado	410,41	15	105.300,00	14/11/97
Tamboril	São João	786,00	20	42.400,00	28/07/97
Trairi	Santa Fé	238,70	10	68.900,00	29/12/97
Viçosa do Ceará	Sambaitiba	1.004,71	15	53.000,00	12/09/97

Fonte: NUDEF/IDACE, 2011.

3. PERCURSOS METODOLÓGICOS

O ato de aventurar-se no universo científico da pesquisa é uma arriscada forma de exposição escrita de pensamentos e ideias que se cruzam e entrecruzam com possibilidades de ações reflexivas e inquietações diante do desconhecido e/ou do conhecido. Imbuída dessa compreensão, faço uso de uma abordagem qualitativa no anseio de compreender a composição de ações e dinâmicas que circundam a temática da Reforma Agrária de Mercado no Estado do Ceará.

Essa abordagem, segundo Chizzotti (1991), atua na diversidade de técnicas e métodos tendo por finalidade a pesquisa científica. Ainda segundo essa autora, essa abordagem se caracteriza pela participação do pesquisador como parte integrante do processo de conhecimento; pelo reconhecimento da prática dos sujeitos pesquisados; pelo desenvolvimento do trabalho de campo e imersão no cotidiano das comunidades estudadas, fazendo uso de observações, entrevistas e histórias de vida.

Destacam-se, também, nesse tipo de pesquisa, o olhar investigativo e a criatividade do pesquisador nos usos das técnicas, a fim de propiciar uma relação mais próxima com os sujeitos, a apreensão e a forma de traduzir em ideias o que está sendo observado. Dessa forma, o uso da abordagem qualitativa objetiva conhecer, a partir da observação dos movimentos e da escuta das falas, a dinâmica social atrelada às reflexões e experiências de cada sujeito no seu cotidiano individual e coletivo, uma vez que o conhecimento humano caminha ao lado da história (SALES, 2005).

Deleuze (1996) *apud* Sales (2005) afirma que nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro, sendo a prática a forma de atravessá-lo. Assim, diante das pesquisas e do conhecimento adquirido sobre uma temática, é necessário se manter e agir de forma flexível e reflexível em relação às hipóteses formuladas.

Sales (2005) corrobora com essa ideia ao apontar que:

A postura do pesquisador em relação aos pesquisados é a de percebê-los como agentes, porque eles falam, agem e lutam, não necessitam do

pesquisador para lhes dizer a 'verdade', ou para falar no lugar deles, eles têm um saber e sabem dizê-lo muito bem. Portanto, o caminho da pesquisa não seria a busca da verdade, como Platão, mas a busca de sentido, tentando captar o movimento, os fluxos que circulam e fazem dizer o acontecimento (SALES, 2005, p. 73).

Dessa forma, em conformidade com o pensamento de Foucault (1986), a utilização da teoria é fundamental, porém não se poderá perder de vista a compreensão de que ela “[...] não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática: ela é uma prática” (FOUCAULT, 1986, p. 71).

Assim, percorrendo estradas de terra e asfalto, entre idas e vindas, encontros e desencontros, entre diálogos com alguns autores e teorias da questão agrária brasileira, esta pesquisa apresenta um olhar sobre a realidade das áreas de assentamentos através da lente do mercado de terras a partir da experiência do projeto-piloto realizado no Ceará, Brasil, tendo em vista a “concessão de crédito fundiário”.

Evidencia-se, a partir de então, uma dinâmica social, política e econômica que se mostrou distinta das áreas de assentamentos via desapropriação de terras, anteriormente foco de muitas pesquisas acadêmicas e atividades profissionais. Assim, este trabalho anseia percorrer as entrelinhas da lógica operacional do processo de constituição de assentamentos via acesso à terra por agricultores sem-terras e minifundistas através da compra e venda de imóveis rurais.

3.1 A inserção da pesquisadora

Entrelaçado aos objetivos expostos na primeira parte deste trabalho, legítimo minhas razões para a realização deste estudo, o qual se fundamenta na prática; uma vez que, no decorrer de minha formação acadêmica e atuação profissional, tal estudo balizou-se no contexto da questão agrária e do campesinato.

Partindo da minha experiência de vida, ainda na época de colegial, entre os anos de 1995/97, muitas vezes presenciei mobilizações do MST/Ceará na Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado (SDA), na Avenida Bezerra de Menezes. O caminho da minha casa à escola era marcado por essas manifestações, nas quais se reivindicavam direitos para as famílias assentadas e acampadas.

Eu, como leiga das questões agrárias e da luta organizada dos camponeses na época, acreditava que aquilo não passava de uma perda de tempo, de um bando de desocupados que só vinham para a capital a fim de atrapalhar nossa vida agitada e considerada “mais importante”.

Adentrei a Universidade e me interessei por estudar a questão agrária no Brasil, bem como passei a fazer parte do Núcleo de Estudos sobre Gênero, Idade e Família (NEGIF/UFC), o qual desenvolvia estudos no campo com os movimentos sociais. A partir de então, passei a ver aquelas ações com outros olhos, agora questionadores e não mais passíveis e do senso comum.

Já com um olhar mais crítico, passei a lembrar e a fazer outra leitura do ano de 1997. Ali, o MST fez uma mobilização, a qual durou dias, tendo inclusive conflito com a polícia por se recusar a sair da Avenida sem que sua pauta de luta fosse discutida. Foi nessa oportunidade que também fiz uma autocrítica e questioneei nossa formação educacional.

Assim, percorri toda a minha graduação levando comigo o desejo de mudanças sociais, sobretudo no Campo. E esse percurso me levou a participar do Programa Residência Agrária (PRA/UFC), através do Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo, por meio do qual pude, finalmente, adentrar a vida cotidiana do campo e de famílias assentadas e compreender que meu interesse pela realidade rural se dava pela ansiedade de aprofundar discussões e estudos no sentido de contribuir para a melhoria das condições de vida daquelas famílias.

Esse desejo tornou-se ainda mais aguçado quando comecei a conhecer a realidade dos assentamentos rurais do Ceará por meio da realização da elaboração de Planos de Desenvolvimento e de Recuperação dos Assentamentos (PDAs /PRAs) e através da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), nos anos de 2008 e 2009. Com essas atividades, a Reforma Agrária de Mercado despertou meu interesse de compreender o cotidiano dessas famílias que adquiriram terra pelo processo de compra e venda, despertou-me a curiosidade por terem um perfil “diferente” daquelas famílias que foram assentadas por meio da desapropriação de terras para a reforma agrária.

Assim, ressalto que a intenção de realização deste estudo para a

compreensão do significado da posse e uso da terra soma-se à observação das ações governamentais executadas nos assentamentos a partir da compra da terra, bem como aos resultados e impactos dessas ações para alterar as condições econômicas, sociais e ambientais das famílias assentadas. Para isso, a observação desses fatores foi possível a partir de minha inserção profissional no Instituto de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará (IDACE), a fim de realizar o acompanhamento para revitalização dos assentamentos do Projeto São José (PSJ), resultado do acordo firmado entre o Estado e o MST. Dessa forma, as observações pertinentes aos 44 assentamentos do PSJ fazem menção à situação de regularidade cadastral da associação e seus beneficiários e à implantação dos projetos iniciais de infraestrutura.

Evidencio, ainda, que o desejo de realização do mestrado ocorreu da necessidade de conhecer as políticas públicas que circundam o campo e os assentamentos rurais, haja vista que minha prática profissional instiga cotidianamente a compreensão da realidade agrária na sua complexidade e diversidade.

3.2 O Método de avaliação aplicado ao PSJ

Não se pode perder de vista, no processo de avaliação, que os assentamentos têm o objetivo de possibilitar o acesso à terra por trabalhadores rurais sem-terra e minifundistas via financiamento de imóveis, os quais deviam ter características, como: *“potencialidades de exploração sustentável de seus recursos naturais e infraestrutura produtiva capaz de, com baixo nível de investimentos adicionais, dar suporte às famílias demandantes”* (BRANDÃO, 2000, p. 318).

Essas características alicerçavam o discurso dos formuladores do PSJ no sentido de qualificar sua performance frente às ações desenvolvidas pela Reforma Agrária de Mercado. Desse modo, o PSJ se constituiu numa ferramenta de difusão de uma renovada política de acesso à terra, embora se apresente como complementar à Reforma Agrária por desapropriação de terras, assumindo, em meados da década de 1990, o cenário nacional no que se refere a alternativas de

reforma agrária. Assim, no ano de 1997, o PSJ se efetiva como ação de governo estadual, com apoio federal, e assistido pelas operações do Banco Mundial.

É tomando por base esse cenário que se iniciam no Brasil as intervenções neoliberais da conjuntura capitalista vigente na época. Em meio a esta, destaca-se a concepção do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) ao que seja planejamento e avaliação. Esses termos encontravam-se imersos nas convicções/teorias e práticas voltadas à lógica da mercantilização “*de tudo e de todos*”. Faço essa consideração com o propósito de enfatizar que, mesmo com ideais globalizados, o processo de planejamento e avaliação em muitos projetos de desenvolvimento pelo mundo se deve às intervenções dessa instituição.

Observa-se que essa política propõe apenas estabelecer um marco temporal no processo de planejamento e avaliação de políticas estatais, as quais, no Brasil, decorrem de meados da década de 1990, a partir da intervenção do Banco Mundial em projetos de combate à pobreza rural; como foi o caso, no Ceará, da criação do componente Ação Fundiária via Projeto São José, seguido do Projeto Cédula da Terra, Banco da Terra e do Crédito Fundiário. Todos estes tinham por objetivo agilizar o processo de redistribuição de terras mediante financiamento, a fim de minimizar os conflitos fundiários.

Nesse cenário, nasce a trajetória da avaliação de programas e políticas públicas no Brasil em meados de 1990, quando, a partir da intervenção financeira internacional do Banco Mundial, passa a incorporar na sua agenda pública o processo de planejamento e avaliação de suas ações de combate à pobreza mundial. A primeira ação desenvolvida, a partir da noção de planejamento estratégico e avaliação, foi a elaboração dos Planos Plurianuais (PPAs), os quais tinham por objetivo desenvolver atividades a serem implementadas no mínimo de três anos, a fim de possibilitar a compreensão e a análise das ações ocorridas.

A avaliação de Políticas Públicas e Programas vem se constituindo num vasto campo interdisciplinar, fruto da mobilização social que vem demandando dos governos a transparência na aplicação dos recursos públicos e a efetividade das ações públicas no sentido de reverter o quadro de pobreza no país (SILVA, 2009).

Corroborando com essa ideia, Cotta (1998) elucida que, “*em ambientes democráticos, cresce a demanda da sociedade organizada pela transparência na*

gestão de recursos públicos, o que só é possível com a avaliação sistemática das ações empreendidas pelo governo” (COTTA, 1998, p. 115). Amparada nesta compreensão, objetivo tecer uma avaliação sobre o Projeto São José – Ação Fundiária, programa-piloto que foi incorporado à agenda pública do Estado do Ceará com a finalidade de combater a pobreza rural e “criar” uma nova alternativa à Reforma Agrária.

Discorrer sobre como avaliar o PSJ demanda basicamente compreender a relevância da questão agrária brasileira que, até a criação do programa, somente realizava Reforma Agrária via desapropriações por interesse social, baseados no Estatuto da Terra e na Constituição de 1988. Referente a esta compreensão, Holanda (2006) enfatiza que os programas desenvolvidos na área das políticas públicas são definidos a partir do objetivo de resolver determinado problema social identificado como uma carência/situação-problema, que pode ocorrer a médio e longo prazo.

Em termos gerais, pensar a avaliação de um programa social, neste caso o PSJ, exige que as ações de planejamento no âmbito governamental não se dissociem das dimensões sociais e políticas, haja vista que suas ações devem ser contínuas e gestadas para solucionar situações de complexidade econômica, política e social.

A partir dessa percepção, propõe-se desenvolver uma avaliação do programa baseada na pesquisa social com o escopo de investigar a sua efetividade a partir de uma intervenção social. No entanto, é primordial compreender que não existe possibilidade de que qualquer modalidade de avaliação ou análise de políticas públicas possa ser apenas instrumental, técnica ou neutra. Nesse sentido, a avaliação, além de analisar tecnicamente a efetividade, eficiência e eficácia de suas ações e objetivos, deve levar em conta as mais diversas interpretações que os sujeitos dão aos objetivos e impactos das políticas em que eles estão inseridos.

Associados à compreensão de avaliação de programas sociais, o monitoramento compõe instrumento primordial para acompanhar o desenvolvimento do desenho ou plano de ação de cada projeto específico, no sentido de verificar se a população alvo está sendo atendida, se o serviço e as funções do programa estão sendo desempenhadas, e, ainda, se mudanças de caráter benéfico têm se

apresentado entre os beneficiários com foco no que o programa se propôs.

Da ação de monitoramento, destaca-se a importância do *feedback* entre os participantes do programa, uma vez que este pode distinguir e verificar possíveis distorções dos objetivos, bem como ações mal implementadas na execução dos programas, tendo como consequências uma intervenção sem efetividade. Rossi, Freeman e Lipsey (1999) *apud* Paula (2001) elucidam que o monitoramento deve ser constante no processo de execução de um programa, como exemplo o que retrata a Reforma Agrária no Brasil; que, apesar de não ser um programa novo, ainda está em implementação e não promoveu a emancipação dos assentamentos.

Igualmente a esse exemplo, a proposta de avaliação do PSJ, ora desenvolvida, se fundamenta na avaliação de impactos, ou seja, na avaliação *ex-post*, que é aquela realizada durante e/ou depois da execução do programa. Contudo, destaco que, embora o programa tenha sido implantado em 44 projetos de assentamentos, a atuação do MST trouxe à tona a necessidade de incorporar novas ações para a melhoria de desempenho do programa; dessa forma, a avaliação *ex-post* se justifica ora por uma avaliação terminal, ora por uma avaliação de impactos.

No tocante à avaliação do PSJ, utiliza-se a definição de Boulmetis e Dutwin (2000), que consiste no processo sistemático de coletar e analisar dados para determinar se e em que grau os objetivos têm sido ou estão sendo alcançados para que se possam tomar decisões. Nesse sentido, o PSJ se caracteriza como uma avaliação somativa, a qual incorpora uma avaliação *ex-post* e de resultado.

Dessa forma, é preciso, primeiramente, entender as concepções que norteiam os programas, projetos e políticas. Assim, avaliar o PSJ se justifica pela eminente necessidade de aprimorar as ações do Estado no que se refere à melhoria das condições de vida das famílias assentadas, bem como a viabilidade de um modelo alternativo à reforma agrária no contexto do acesso à terra por meio do financiamento de crédito. A avaliação pode associar-se, ainda, a condicionantes políticos, os quais demandam planejamento e tomada de decisão, pois necessitam do processo avaliativo para promover mudanças na ação política e no programa.

Destaco, como aspecto avaliativo do PSJ, a intencionalidade política de efetivação deste modelo alternativo que culminou na criação de novas ações, como o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), tornando-se política de Estado

para a promoção do acesso à terra via financiamento de crédito. Outro motivo que pode ser elencado refere-se à necessidade de aprimoramento do programa, a exemplo da ação do MST, que se utilizou de observações e informações do cotidiano das famílias assentadas com o intuito de buscar mudanças nas formas de operacionalização do programa, conseguindo, através de *acordo político* firmado, novas formas de gerenciamento das operações financeiras do programa.

Barreira (2000) enfatiza que uma avaliação participativa deve pautar-se no compromisso da transformação da realidade, sendo que os envolvidos no processo, desde a sua idealização até a sua execução, devem estar inseridos nas ações a fim promover no programa maior apropriação e comprometimento no seu desenvolvimento prático; ou seja, a avaliação de programas sociais, como o PSJ, deve ser de ordem participativa, trabalhando conjuntamente com órgãos governamentais, não governamentais, movimentos sociais, comunidades e beneficiários diretos.

Assim, com a finalidade de desenvolver uma avaliação participativa do PSJ, considero que a operacionalização do programa encontra-se em duas fases distintas da sua execução, embora ambas caracterizadas por uma avaliação *ex-post*, na qual uma se encontra na etapa de identificação dos resultados diante do tempo decorrido da sua criação, enquanto a outra está marcada pelo processo de revitalização dos 44 projetos de assentamento, que se enquadra na etapa de operação e funcionamento das novas ações desenvolvidas, sendo estas agora discutidas e planejadas de forma participativa, haja vista que o processo de revitalização dos assentamentos se deu mediante a demanda social das famílias através das reivindicações do MST e de negociações com o governo estadual.

Feitas essas considerações, esclareço que o PSJ tinha por objetivo possibilitar o acesso à terra por trabalhadores rurais sem-terras e minifundistas via financiamento de imóveis. Suas metas objetivavam atender 800 famílias em 01 ano com a aquisição de aproximadamente 40.000 hectares de terra. Entretanto, esta meta não pôde ser alcançada tanto pela especulação imobiliária dos latifundiários, quanto pela fragilidade do processo de divulgação do Programa, que não conseguiu obter a compreensão dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no que concerne aos mecanismos e meios de adesão à compra da terra. Assim, o PSJ atingiu a meta de

“assentar” 694 famílias em aproximadamente 23.700 hectares de terras, totalizando a criação dos 44 projetos de assentamento.

Dessa forma, observa-se que o planejamento do PSJ evidencia problemas estruturais na sua criação e na sua primeira avaliação. Nesse sentido, o objetivo deste estudo se constitui em compreender a dinâmica dos assentamentos a partir da (re)significação que a posse da terra representa cotidianamente. Ao mesmo tempo, para alcançar este objetivo, ficam propostas as seguintes metas: identificar as situações problemas dos assentamentos; quantificar o número de famílias desistentes e substituídas no processo de compra da terra e verificar a integração social das famílias a partir do processo de revitalização dos assentamentos via ações governamentais e sociais.

Para alcançar esses objetivos e metas, o planejamento da avaliação seguirá um roteiro, o qual tem por finalidade orientar e esclarecer os atores envolvidos na avaliação no que diz respeito às etapas e aos aspectos constitutivos do processo avaliativo.

A realização dessa ação demanda conhecer o cenário e o contexto no qual o programa social está inserido, uma vez que se devem considerar os componentes externos do programa, bem como observar as possíveis interferências internas que venham a dificultar impetrar os objetivos propostos pelo mesmo. Ou seja, a elaboração do roteiro possibilita uma maior integração entre os atores envolvidos e a execução de ações futuras para a avaliação do programa, uma vez que facilitará as questões da avaliação a serem respondidas, bem como as ações dos interessados a serem alinhadas no sentido de realizar uma avaliação eficaz.

3.3 Os procedimentos adotados

As ações a serem desenvolvidas junto às famílias assentadas foram realizadas sob a ótica da Pesquisa Participante. A partir dessa metodologia, acredito que os sujeitos tiveram ação participativa no desenvolvimento deste estudo, contribuindo de forma consciente no processo de levantamento dos dados qualiquantitativos.

Esta pesquisa trabalhou em conformidade com a percepção de Demo sobre Pesquisa Participante. Sobre isso, o autor afirma que *“Consciência crítica é condição necessária da cidadania, à qual segue a necessidade de se organizar e de saber intervir alternativamente. Pesquisa Participante busca confluir dois intentos: conhecer adequadamente e intervir alternativamente”* (DEMO, 2008, p. 21).

Diante disso, busca-se a aproximação dos sujeitos participantes com o tema proposto, a fim de situá-los historicamente na realidade na qual estão imersos, com base em suas histórias de vida. Nesse sentido, Demo (2008) destaca que se faz necessário atentar para o tipo de tratamento que é dado ao estudo, combinando pesquisa e participação, bem como indagar até que ponto refere-se a uma pesquisa e, do mesmo modo, até que ponto é participação.

Ademais, a definição para utilização desse tipo de pesquisa deve-se à sua contribuição, uma vez que é hábil para *“abrir oportunidades para os marginalizados de construir sua emancipação”*. Demo (2008, p. 23) corrobora com a ideia, a qual está fundamentada no pensamento de Gramsci (1972/1978) e de Paulo Freire (1993/1997), sobre o intelectual orgânico e a formação engajada como causa dos oprimidos.

O autor elucida ainda que:

Realiza-se, de certo modo, o traço fundamental do fenômeno participativo: conquista. [...] Há muito menos participação do que boa vontade de fazê-la, bem como há mais sofisticções da opressão por meio de processos pretensamente participativos do que efeitos reais participativos. Todavia, este reconhecimento é muito mais sinal de bom nível e de realismo científico do que recuo (DEMO, 2008, p. 13).

Essa advertência pode ser observada em muitas ações do Estado, inclusive em instituições da sociedade civil, uma vez que objetivam que o processo participativo seja elemento formador de suas atividades, embora muitas delas sejam idealizadas a portas fechadas e, somente depois, difundidas para participação social.

Faço essa observação por compreender que as contribuições do Estado e de suas instituições, bem como as do “terceiro setor”, são importantes para o processo participativo, contudo não podem amordaçar e/ou cegar seus integrantes na construção social do conhecimento, a fim de que esta não seja burlada. O exemplo dessa situação evidencia o estudo em questão, uma vez que a estrutura

pesquisada originou-se a partir dessa premissa, a intervenção externa do Banco Mundial na estrutura agrária do Brasil.

Dessa forma, minha sustentação analítica se funda na relação de desempenho da reforma agrária e das concepções de agricultura familiar camponesa; no significado da posse da terra para as famílias assentadas e nas formas de aquisição de terra via financiamento. Estas alicerçam a pretensão de investigar a implementação e viabilidade da Reforma Agrária via financiamento de terras.

Assim, com o intuito de compreender e responder estas questões, os procedimentos metodológicos foram fundamentados em duas compreensões:

1ª compreensão: as ações desenvolvidas junto às famílias assentadas foram realizadas sob a ótica da Pesquisa Participante. A partir desta, os sujeitos terão ação participativa no desenvolvimento deste estudo, contribuindo de forma consciente no processo de levantamento dos dados qualiquantitativos. Assim, para alcançar estas ações, a criação das hipóteses de avaliação do programa facilita a definição dos procedimentos metodológicos a serem desenvolvidos na avaliação. Nesse sentido, as questões centrais observadas referiram-se a questionamentos e hipóteses do tipo:

- O PSJ tem promovido a reforma agrária?
- O programa estabeleceu planejamento estratégico para atender a demanda de reforma agrária?
- O Programa proporciona mudanças nas condições de vida das famílias?

Ademais, como base hipotética para este estudo, adotou-se a ideia de que o PSJ não atende efetivamente a demanda de Reforma Agrária, porque não supera as ações por acesso à terra via desapropriações, apesar de a intervenção das instituições públicas nos assentamentos rurais se pautar pela visão de desenvolvimento rural sustentável e na gestão compartilhada.

2ª compreensão: buscou-se a aproximação dos sujeitos participantes com

o tema proposto, situando-os historicamente na realidade, na qual estão imersos com base em uma abordagem etnográfica.

Com base nessa compreensão, adoto ainda a ideia de Demo (2008) ao afirmar que a pesquisa participante produz conhecimento politicamente engajado. E, como técnica/militante do MST, ambicionei, de acordo com a concepção de Educação de Paulo Freire, influenciar o interesse/ação dos sujeitos no processo de legitimar suas histórias de vida e luta por terra, de tal modo que estes não se deixassem influenciar. E foi nesse engajamento que se configurou o meu desafio de pesquisadora que detém uma ideologia política. Assim, assumo, nessa pesquisa, a ideia de que não há conhecimento científico que seja isento de compreensões/intervenções ideológicas, sobretudo na área social, pois o enriquecimento real que a pesquisa pode obter por meio de posicionamentos participativos não pode obscurecer mediocridades metodológicas.

Assim, com o intuito de compreender essas questões, os procedimentos metodológicos foram organizados em etapas, as quais estão descritas abaixo:

- 1º passo:** No primeiro semestre do ano de 2011, percorri os 44 projetos de assentamentos a fim de uma primeira aproximação através das ações de acompanhamento técnico realizado através de minha atuação profissional no Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE).
- 2º passo:** ao longo de todo o processo de pesquisa, fui coletando informações e dados primários e secundários na base documental das instituições de âmbito federal, estadual e municipal, bem como no acervo dos assentamentos e dos órgãos responsáveis pelo seu acompanhamento, no sentido de identificar e aprimorar as informações e observações.
- 3º passo:** durante o primeiro semestre de 2012, defini a amostra a ser trabalhada para os 44 assentamentos, a qual demandou a criação de critérios e a definição de variáveis, visto que os PAs em estudo encontram-se distribuídos em 08 territórios (regiões) do Ceará. A apresentação dos critérios e variáveis será descrita na seção *definição amostral*.

- 4º passo:** no período entre agosto e outubro de 2012, depois de definida a amostra, realizei três grupos focais com as famílias e lideranças de alguns municípios, o que me permitiu uma aproximação maior com essa realidade, subsidiando a construção dos questionários e a estruturação das entrevistas; em seguida, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os gestores estaduais e representantes do MST e aplicados os questionários com as famílias dos assentamentos definidos na amostra. No tocante às informações coletadas através de depoimentos, entrevistas e observações, destaco, em conformidade com Caldeira (1981), que, por mais ricas que possam ser, não constituem em si mesmas uma evidência ou uma explicação. São dados, ou seja, a matéria bruta a ser trabalhada. Dessa forma, objetiva-se trabalhar uma análise quantitativa, através de dados gerais e estatísticos da realidade dos assentamentos, e outra qualitativa, buscando uma aproximação dos sujeitos participantes com o tema proposto.
- 5º passo:** ao final do segundo semestre do ano de 2012, sistematizei as informações quali-quantitativas trabalhadas no decorrer da pesquisa.
- 6º passo:** por fim, estruturei a escrita dos resultados coletados e a literatura de fundamentação. Destaca-se que esse caminho foi trilhado simultaneamente com a identificação e sistematização das informações.

3.3.1 A definição amostral

O desenho metodológico apresentado destaca uma atenção maior à definição amostral, haja vista que a realidade a ser estudada é demasiado diversificada. Dessa forma, a ideia de amostragem aqui utilizada objetiva também entender como se designa o resultado de uma operação, visando constituir o *corpus* empírico de um estudo (PIRES, 2008).

A amostragem a ser trabalhada demandou a criação de critérios e variáveis para a definição da amostra, visto que os assentamentos em estudo encontram-se distribuídos em 08 territórios (regiões) do Ceará, abrangendo 27

municípios e acolhendo 694 famílias assentadas em 44 projetos de assentamento. Destes, 37 localizam-se na região semiárida; 07 PAs na litorânea, porém distantes da faixa costeira, e 04 na região serrana, embora estejam situados em áreas de carrasco, pé de serras e encostas.

Elencaram-se, como critérios a serem adotados para a definição amostral, os territórios com características distintas de motivação de acesso à terra, bem como o maior número de assentamentos por município; o grau de permanência e rotatividade das famílias assentadas e os projetos de assentamentos que tenham pago maior quantidade ou nenhuma parcela até o ano de 2007.

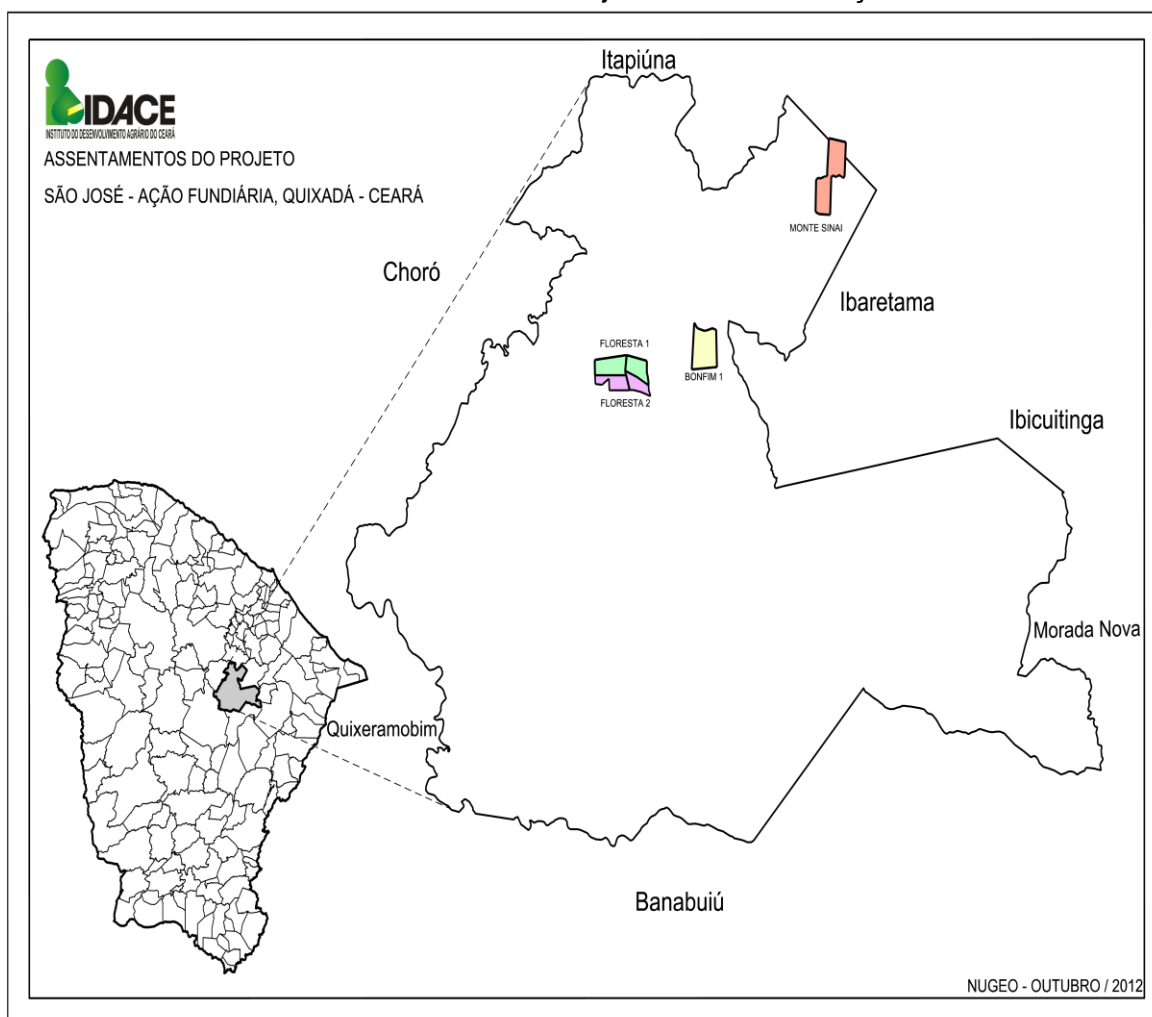
Adotou-se ainda, como procedimento metodológico, no tocante à amostragem, a identificação de variáveis de observação, as quais se caracterizam como: variável independente, constituída pelos elementos de observação – aquisição da terra via financiamento e número de famílias assentadas na criação do assentamento, e variável dependente, formada pelos aspectos constitutivos da realidade dos assentamentos, que se referem à rotatividade de famílias no assentamento, ao significado da posse da terra, à escolaridade, ao sexo e à idade dos beneficiários no processo de aquisição das terras.

Inicialmente, definiram-se os municípios de Acaraú, Crateús e Quixadá. Nestes, foram realizados grupos focais com o objetivo de apreender as percepções dos participantes quanto à sua realidade e à posse da terra. Associado a esta ação, adotou-se, ainda, a definição do critério do grau de permanência e rotatividade das famílias desde a criação do assentamento.

A escolha pelos assentamentos de Quixadá, município que pode ser visualizado na figura 2, justifica-se por este deter o maior número de assentamentos de acordo com dados cadastrais² do IDACE; pela identificação da variação de motivações no processo de aquisição da terra, a partir da realização de grupo focal, e por dispor de um assentamento que não sofreu alterações de unidade familiar no quadro social originário das associações, o que poderia gerar informações importantes para se ter uma ideia geral sobre o PSJ como um todo.

² Conforme dados cadastrais do IDACE, o município de Quixadá é constituído de 06 assentamentos do PSJ – Ação Fundiária. Entretanto, somente após a definição amostral do município, tive acesso ao levantamento da malha fundiária do município, que apontou que dois assentamentos não compunham a área de Quixadá, estando em área limítrofe aos municípios de Choró e Ibicuitinga.

Figura 2 – Mapa do Município de Quixadá – Localização dos Assentamentos do Projeto São José – Ação Fundiária



Fonte: IDACE – NUGEO/2012.

Ademais, devido à limitação de tempo e recursos humanos e financeiros, apenas um Assentamento foi escolhido, dentre os quatro do município, tendo sido o Assentamento Floresta II/Jordão a área de estudo para a verificação dessas variáveis.

Quanto à amostra do Assentamento definido a partir dos critérios descritos acima, evidencio a pretensão de desenvolver o estudo adotando dois marcos temporais: o primeiro, do período de criação (1997) até o processo de negociação política entre MST e Estado (2007), e o segundo, de 2008 a 2011, referente ao termo acordado da proposta de renegociação das dívidas da compra da terra dos assentamentos a partir da intervenção social.

Associa-se a especificidade do espaço de realização do estudo aos atores sociais que contribuíram com o resgate histórico e estrutural no decorrer da execução do PSJ. Para tanto, o público-alvo a ser trabalhado foi composto da representação de gestores das instituições estaduais, responsáveis pelo projeto desde a sua criação até o momento atual; gestores atuais do agente financeiro, além das famílias assentadas.

3.3.2 Grupos focais

De acordo com Gatti (2005):

A utilização do grupo focal, como meio de pesquisa, tem de estar integrado ao corpo geral da pesquisa e a seus objetivos, com atenção às teorizações já existentes e às pretendidas. Ele é um bom instrumento de levantamento de dados para investigações em ciências sociais e humanas, mas a escolha de seu uso tem de ser criteriosa e coerente com os propósitos da pesquisa (GATTI, 2005, p. 08).

A autora afirma, ainda, que a pesquisa através da adoção de grupos focais permite apreender sentimentos, atitudes, experiências, crenças e reações dos participantes que, dificilmente, seriam obtidos por outros métodos de forma isolada, como a utilização de questionários ou entrevistas.

A partir dessa compreensão, os critérios de definição do assentamento foram balizados pela realização do Grupo Focal. Como dito antes, realizaram-se 03 grupos focais nos municípios de Acaraú, Crateús e Quixadá, a fim de definir o assentamento a ser trabalhado em estudo de caso a partir dos critérios adotados.

Dessa forma, essa metodologia permitiu fazer a conexão da realidade interpretada pela pesquisadora a partir das informações coletadas com essas famílias e, posteriormente, sistematizadas com a percepção da realidade do próprio grupo sobre si mesmo.

Sabendo que os métodos de análise, por muitas vezes, podem ser apenas uma representação grosseira da realidade estudada, esses grupos, formados por assentados e assentadas, podem gerar uma série de informações, no

sentido de gerar constatações e dúvidas a serem investigadas família a família, além de permitir um aprofundamento na discussão dos resultados. Dessa forma, no bloco que compõe os resultados, a discussão estará permeada por interpretações minhas da realidade estudada e também por depoimentos dos sujeitos de pesquisa.

3.3.3 Entrevistas e questionários

Para as entrevistas com os gestores estaduais e com representantes do MST, foi elaborado um roteiro contendo sete questões subjetivas, com o objetivo de apreender os discursos de como esses sujeitos vivenciaram o processo de implantação do PSJ: dificuldades, potencialidades e expectativas. Pretendeu-se também tentar capturar as compreensões acerca dos significados que esse projeto poderia ter para as famílias assessoradas por essas instâncias, ou seja, como esses sujeitos políticos compreendem o significado que a terra tem para as famílias assentadas e em que medida o PSJ se configura como uma política pública alternativa à Reforma Agrária.

Já os questionários tiveram o objetivo de coletar informações quantitativas e qualitativas sobre o perfil social e econômico das famílias assentadas, bem como se deu o acesso ao Projeto e às formas de organização política. Tal instrumento apresenta quatro partes, as quais são descritas a seguir:

- Parte I: composta de cinco questões, visando identificar o sexo, o estado civil, a idade atual, o período em que adquiriu a terra, o tempo em que mora no assentamento e a sua situação no quadro social local;
- Parte II: constituída de três perguntas sobre a questão educacional da realidade estudada;
- Parte III: composta de sete questões, visando colher informações acerca das atividades exercidas no assentamento (que atividades, quem trabalha, se desenvolvem ou não trabalho coletivo), da realidade econômica e das transferências de tecnologia do campo;
- Parte IV: constituída de dez questões subjetivas de forma a

compreender como se deu o processo de acesso dessas famílias ao PSJ, suas expectativas, as mudanças, as potencialidades, os problemas e os desafios.

3.3.4 Estratégia de análise

Os dados quantitativos foram analisados utilizando a estatística descritiva do perfil socioeconômico dos assentados, de suas atividades, bem como de sua forma de acesso à terra e à organização social, utilizando a distribuição de frequência absoluta e relativa. Essas análises e as construções dos gráficos foram feitas utilizando os seguintes softwares: Excel e SPSS versão 12.

Os dados qualitativos também foram, em parte, categorizados e analisados de acordo com as estratégias da estatística descritiva. Ressalta-se que grande parte dos dados qualitativos compõe-se de discursos e falas livres a respeito do tema estudado. Como estratégia de análise dessas informações, lançou-se mão das entrevistas, ou seja, tentou-se captar a estruturação e as construções ideológicas das “falas” a partir da realidade observada.

4. TERRA DE SONHOS OU DE MERCADO? AS PERIPÉCIAS DO PSJ

Pretende-se, neste item, fazer uma apresentação das observações realizadas frente às regras de implantação do PSJ – Ação Fundiária, a fim de diagnosticar elementos potencializadores e as fragilidades da sua concepção e execução na realidade dos assentamentos criados.

Partindo desse contexto, este capítulo será dividido em três partes, respectivamente: a primeira evidencia a realidade generalista dos 44 assentamentos, a partir do acompanhamento técnico e social desenvolvido pelo IDACE desde o início do processo de revitalização destes assentamentos. Serão ressaltadas suas categorias/situações de organização social e econômica, elementos constitutivos do processo de implantação do projeto no decorrer dos anos do PSJ. A segunda parte apresenta as percepções do agente financeiro a partir das condições do Estado, buscando suas aproximações e distinções do significado da posse da terra para as famílias assentadas. E, por fim, a intervenção do MST diante da realidade das famílias do PSJ – Ação Fundiária.

Nesse contexto, pretende-se, no presente capítulo, apresentar de forma coesa e reflexiva a realidade do PSJ – Ação Fundiária a partir de minha experiência empírica na realidade destes assentamentos.

4.1 A ficção do PSJ: do ideal ao real

A ficção do PSJ – Ação Fundiária implementou-se como programa piloto de financiamento de imóveis rurais exclusivamente para famílias de trabalhadores rurais sem-terra ou minifundiários. Tinha como meta assentar, em 01 ano, cerca de 800 famílias numa área de aproximadamente 40.000 hectares.

Essa meta não se concretizou, sendo assentadas 694 famílias de trabalhadores rurais em 44 áreas adquiridas através do financiamento de R\$23.622,59 hectares de terras.

Desses números, de acordo com relatórios técnicos do IDACE (1998), os motivos principais de a meta estabelecida não ter sido alcançada, embora tenha atingido seus 85%, devem-se à elevação do preço médio real dos imóveis em relação aos valores planejados para aquisição, uma vez que a meta previa o valor da terra em cerca de R\$100,00 por hectare. Brandão (2000) apresenta que:

O principal fator que influenciou essa quebra no cumprimento integral das metas estabelecidas foi a elevação do preço médio real das terras adquiridas em relação aos valores planejados. Estimava-se, inicialmente, que o preço médio das terras ficaria em torno de R\$100,00 por hectare e, na realidade, a partir das transações efetivamente executadas, esses valores médios atingiram R\$167,17. Tal fato contribuiu para o esgotamento prematuro dos recursos financeiros contratuais que deveriam ser alocados pelo governo do Estado. Nesse período foram aportados pelo Tesouro estadual ao Fundo Rotativo de Terras recursos no valor de R\$3.948.991,44. Esse fato é atribuído à própria condição inicial do projeto que, por ser piloto e inovador, não teve a imediata e total compreensão de seus mecanismos por parte dos compradores de terras, no caso os próprios beneficiários do processo. Principalmente em relação aos valores de mercado que deveriam, através do esgotamento das possibilidades de negociação com os proprietários vendedores, ter atingido patamares menores (BRANDÃO, 2000, p. 320).

Da observação exposta, evidencia-se ainda a correlação entre valor financiado da terra *versus* valor médio do hectare por município *versus* especulação imobiliária. Referente a esta correlação, destaca-se a instabilidade do ativo *terra* na identificação do preço das terras por hectares no ano de 1995, de acordo com dados da Ematerce/IDACE e Instrução Normativa 58/96 da Secretaria da Receita Federal (quadro 3).

Ademais, os valores pagos pelos imóveis, considerando Valor de Terra Nua (VTN) e Benfeitorias, sofreram balanços entre R\$49,40 (quarenta e nove reais e quarenta centavos) e R\$1.863,29 (mil oitocentos e sessenta e três reais e vinte nove centavos) por valor de hectares de terra. Faz-se primordial destacar que esses valores corresponderam à aquisição de maior e menor valor para 429,19ha e 51,20ha, respectivamente, nos municípios de Mirai ma e Iguatu.

O quadro evidencia a varia o de preços entre o valor da terra financiada e os valores de referência adotados pela Secretaria da Receita Federal (SRF), através da Instru o Normativa 58/96 e pela Ematerce, ambos no ano de 1995. Ressalta a diferença de preços do VTN/ha entre os valores dos parâmetros,

identificando, em 11 municípios, variação superior a 50% do VTN/ha no tocante à média adotada pela Ematerce.

Quadro 3 – VTN/ha do PSJ – Ação Fundiária: ano de 1995 e 1996/97

Municípios	VTN/ha – média Ematerce/IDACE (1995) R\$	VTN/ha – mínimo (I.N 58/96 - SRF dez/95) R\$	VTN/ha – Financiada por imóvel (1996/97) R\$	
Acarauá	120,00	81,02	97,85	Curral Velho/Cauasu
			99,52	Tucunzeiros
			124,53	São Francisco
			136,27	Ana Veríssimo
Acopiara	25,00	47,55	140,31	Tanques
			129,75	Serra Roxa
Aracoiaba	280,00	98,28	121,20	Lagoa Nova
Aratuba	500,00	179,19	120,00	Videl Urubu
			245,09	Caiana/Sta.Rita
Baturité	450,00	179,19	98,88	Choró/Boa Vista
Boa Viagem	60,00	58,43	80,00	Divisão
			100,00	Bom Jesus
Capistrano	400,00	99,48	98,98	Buenos Aires
Cedro	70,00	73,07	60,31	Baixa da Areia
			78,00	Monte Nebo
Crateús	140,00	40,68	55,98	Cabeça da Onça
			69,79	Santo André
			34,56	Carrapateira
Ibaretama	-	64,12	70,17	Curimatã
Ibiapina	500,00	119,34	56,82	Sítio Pindoba
Iguatu	300,00	107,23	1.127,15	Barra de Fátima
			1.431,72	V. do Barro Alto
Itapipoca	270,00	62,33	59,50	Timbaúba
Itapiúna	-	99,49	77,72	Santo Onofre
Itatira	60,00	36,17	52,86	Tatajuba/São Tomaz
J. Jericoacoara	-	58,24	63,05	Córrego Forquilha
Madalena	-	58,43	70,00	Sto Ant ^o ./C.Nova
Miraíma	-	47,97	43,00	Carnaúbas
Monsenhor Tabosa	50,00	36,60	31,88	Monte Alegre
			22,71	Estreito
Nova Russas	100,00	31,16	52,70	Recanto/Boi Morto
Palhano	-	36,57	40,08	Vale de Sta. Maria

(Continua)

Quadro 3 – (Continuação)

Municípios	VTN/ha – média Ematerce/IDACE (1995) R\$	VTN/ha – mínimo (I.N 58/96 - SRF dez/95) R\$	VTN/ha – Financiada por imóvel (1996/97) R\$	
Palmácia	1.000,00	179,19	116,40	Santo Antônio/Irra
Quixadá	150,00	75,51	85,72	Monte Sinai
			120,00	Varjota
			101,55	Jordão
			37,37	Bonfim/V. da Onça
			68,64	Tapuio
			68,66	São Bernardo
Quixeramobim	110,00	75,70	42,78	Pedras Altas
			91,23	Santa Helena
Tamboril	80,00	35,42	43,45	Curatis/São João
Trairi	170,00	63,03	82,79	Santa Fé
Viçosa do Ceará	150,00	81,15	29,98	Retiro / Sambaitiba

Fonte: própria

Ainda com base no quadro acima, evidenciam-se grandes distorções do VTN/ha entre os valores adotados pelas instituições e o negociado pelo PSJ, dos quais se destacam os municípios de Acopiara, Boa Viagem e Iguatu, com valores de avaliação superiores, e Cedro, Ibiapina, Monsenhor Tabosa e Viçosa do Ceará, apresentando valores inferiores ao mínimo descrito nos dados da Ematerce/IDACE e de acordo com a IN 58/96 da SRF.

Enfatizo, ainda, a avaliação do VTN/ha dos municípios de Palmácia e Iguatu. O imóvel adquirido em Palmácia, se comparado aos demais municípios da região do Maciço de Baturité, no mesmo período, apresenta números superiores a 50% e cerca de 82,7% do VTN/ha, se comparado ao valor financiado do imóvel. Já os dois imóveis de Iguatu apresentam valores de terra nua com uma média de 426% de diferença entre o valor médio pago por hectare no município à época. Essa observação faz-se necessária devido ao fato de que os imóveis adquiridos pelo PSJ sofreram alta especulação do mercado de terras.

O que se constatou foi uma variação do preço das terras a partir da divulgação e operacionalização do programa, chegando a transações de menor a

maior valor de financiamento da terra, respectivamente: em Itapipoca, sendo pago por 182 hectares o montante de R\$16.960,00 (dezesesseis mil novecentos e sessenta reais), e o valor de R\$244.860,00 (duzentos e quarenta e quatro mil, oitocentos e sessenta reais) por uma área de 998,10 hectares. Dessa forma, o que se verifica, além da especulação no valor da terra, é a oscilação de valores a depender da instituição e do seu objetivo.

A identificação dessas variações a partir da análise documental da Planilha de Preços Referenciais de Terras (Ano 2012), de responsabilidade do INCRA, no tocante ao Valor da Terra Nua (VTN), no ano de 1995, evidencia ainda outro aspecto a ser avaliado, que se refere à relação do valor da terra nua de imóveis do PSJ e valores de hectares de terra no município no mesmo período.

Assim, faço três interrogações: Como foi estabelecido um parâmetro de valor para avaliação desses imóveis? Como é possível numa mesma região ter distorções monetárias superiores e inferiores aos parâmetros das instituições responsáveis pela avaliação de terras? E, se a terra tem valores inferiores ao VTN/ha utilizado porque proceder de uma aquisição de terras com vistas à reforma agrária?

Quanto a esta última inquietação, penso que o fator de definição para compra e venda do imóvel não se traduz na viabilidade produtiva da terra a ser destinada a famílias minifundistas e sem-terras, mas sim no processo especulativo do proprietário, que vislumbra na ação do governo uma forma fácil de “livrar-se” da sua terra improdutiva e/ou abandonada de forma rápida e vantajosa.

Essa afirmativa pode ser observada através de duas premissas: a primeira refere-se ao tempo de trâmite do processo de negociação entre Associações/famílias e proprietários, enquanto a segunda delinea-se na diferença entre os valores ofertados e negociados para a compra da terra.

No que concerne ao tempo de tramitação dos processos, tem-se uma média de 90 dias para a finalização das negociações de compra e venda da terra. Elucida-se, ainda, que o menor tempo para aquisição foi 35 dias do imóvel Timbaúba, em Itapipoca, e 344 dias para o município de Nova Russas, imóvel Raposa/Boi Morto.

É necessário apresentar para as 44 operações de compra e venda do

PSJ a variação do número de hectares comprados e o real (Ver quadros 4 e 5). Essa observação deve-se ao processo de regularização fundiária que o Estado do Ceará vem desenvolvendo atualmente.

Quadro 4 – Variação (<) do N^o. de hectares financiados e o N^o. de hectares georreferenciados

Município	Assentamento	Área Comprada (ha)	Área Medida (ha)	Diferença de área (ha)
Acarauá	Ana Veríssimo	206,80	116,42	90,38
	Cauassu	156,80	79,52	77,28
	São Francisco	348,40	329,43	18,97
Acopiara	Serra Roxa Esperança	513,40	447,59	65,81
Boa Viagem	Santa Fé	503,13	465,13	38,00
Cedro	Baixa da Areia	808,50	698,53	109,97
Crateús	Barra D'água	380,00	239,04	140,96
	Cajueiro / Redenção	1.043,00	913,99	129,01
	Calderão de Cima	2.195,89	1.841,31	354,58
Ibiapina	Pindoba	264,00	169,16	94,84
Itapipoca	Timbaúba	182,00	171,42	10,58
Jijoca	São Raimundo	781,20	369,83	411,37
Monsenhor Tabosa	Diamante do Padre Cícero	522,00	503,78	18,22
	Monte Alegre	1.000,00	909,77	90,23
Nova Russas	Raposa Boi Morto	697,00	368,89	328,11
Palhano	Vale de Santa Maria	998,10	883,73	114,37
Palmácia	Irra	116,40	104,30	12,10
Quixadá	Bonfim	668,90	609,15	59,75
	Floresta 1/ Atalaia	638,30	632,79	5,51
Trairi	Santa Fé	238,70	238,50	0,20
Viçosa	Retiro	1.004,71	236,77	767,94
TOTAL		13.267,23	10.329,05	2.938,18

Fonte: própria

No entanto, o que se verifica hoje é que, dos 44 imóveis negociados pelo PSJ, 38 assentamentos foram georreferenciados a partir da ação de regularização fundiária do Ceará até o ano de 2012, restando ainda 06 imóveis a terem suas áreas (re)definidas pelo IDACE. Dentre os imóveis georreferenciados, 21 apresentam n^o. de hectares inferior à compra, enquanto 13 assentamentos têm valores superiores ao n^o. de hectares comprados.

Quadro 5 – Variação (>) do N^o. de hectares financiados e o N^o. de hectares georreferenciados

Município	Assentamento	Área Comprada (ha)	Área Medida (ha)	Diferença de Área (ha)
Acaraú	Tucunzeiros	92.00	105.35	13.35
Acopiara	Tanque	271.80	320.22	48.42
Crateús	Baixio / Santa Rosa	384.00	447.01	63.01
Ibaretama	Curimatã	800.60	1.182,26	381,65
Iguatu	Serrote	45.40	69.22	23.82
	Barra	51.20	53.45	2,25
Miraíma	Carnaúbas	429.19	514.05	84.86
Quixeramobim / Madalena	Cacimba nova	392.00	392.13	0,13
Quixadá	Monte Sinai do Pirangi	754,50	768,71	14,2
	Floresta II / Jordão	423.60	436,02	12,42
Quixeramobim	Pedras Altas	1.076.00	1.277,2	201.19
	Poço Cercado	410.41	413,1	2,96
Tamboril	São João	786.00	797,43	11,43
TOTAL		5.916,70	4.874,72	1.041,98

Fonte: própria

Uma primeira observação refere-se à regra base, conforme o manual de operações do PSJ, no qual estava previsto, desde 1997, que os imóveis rurais a serem comprados que tivessem diferença de área a partir do descrito em escritura deveriam apresentar topografia e dados georreferenciados a fim de que sua área real fosse o valor justo de pagamento da terra. Contudo, a realidade que se apresenta é o não cumprimento dessa exigência, visto que nenhum dos imóveis/assentamentos comprados/criados apresentou no ato da negociação respectiva planta e memorial descritivo das áreas adquiridas, tendo somente sua descrição registrada nos livros cartoriais e Escrituras de Terras.

Associa-se, ainda, a esta condição o fato de que, no processo de vistoria e avaliação da terra, mesmo ainda não sendo adotado como obrigatório o georreferenciamento, acredito eu que seja impossível a não constatação de que a terra declarada diferencia-se da terra no chão. Elucido essa situação tomando como exemplo a realidade de maior discrepância referente à diferença do número de hectares do Assentamento Sambaitiba, em Viçosa do Ceará, o qual apresenta uma alteração de 76,4% da terra declarada em contraposição à terra real.

Essas e outras diferenças do número de hectares, sejam para mais ou

para menos, apontam que o processo de avaliação e vistoria foi falho, no que diz respeito ao levantamento físico da área, uma vez que demonstra que as áreas não foram percorridas na sua totalidade.

Ademais, a essa condicionalidade, destaca-se o fato de que, por distintas ocasiões, durante o percurso aos 44 assentamentos, as famílias relataram a ocorrência de alterações na área dos imóveis pelos proprietários, a fim de que o valor a ser pago pela terra fosse maior; tendo, em alguns casos, a conivência dos cartórios.

Chama-se, assim, atenção para o fato de que o processo de avaliação das terras do PSJ, em 90% dos casos, apresentou distorções na área total do imóvel; sendo que, somente nos percentuais restantes, apresenta uma variação aceitável de até 10% de variação, o que pode ser observado nos seguintes assentamentos: Santa Fé (Trairi); Barra (Iguatu); Cacimba Nova (Madalena), Poço Cercado (Quixeramobim).

Referente a essa temática, Plata e Reydon (2006) expressam que os mercados de terras no Brasil caracterizam-se por densas desigualdades estruturais, por meio das quais há grandes extensões de terras com oferta fixa e concentrada em poucos proprietários, os quais determinam os preços a serem negociados na condição de se desfazerem da sua terra. Essa condição ganha sobrepeso associado ao fato de que o poder de aquisição dessas terras está centrado nos agentes econômicos/financeiros, nos especuladores de terra e no Estado, que detém meios para comprá-las e “destiná-las” à reforma agrária.

Esses autores explanam que o ativo terra adentrou o universo das “carteiras de ativos dos agentes econômicos”, passando a ser negociada em decorrência das perspectivas de acumulação de capital dos seus proprietários. E, nesse sentido, destacam a ocorrência do processo de reconcentração de terras, haja vista a realidade dos beneficiários da reforma agrária, em especial a de compra e venda de terras, diante da expectativa de não ter condições/recursos necessários, como crédito, assistência técnica, tecnologia e outros. Para trabalhar e explorar a terra, acabam (con)cedendo suas terras diante de uma proposta de compra que, a meu ver, está associada a *juras* de favorecimentos futuros, como a concessão de uso de uma pequena faixa de terra para manutenção do trabalho familiar.

Situações desse tipo puderam ser verificadas no PSJ. Como destaque dessas, o Assentamento Santa Rita, no município de Aratuba, com 51 hectares, foi e é cenário dessa realidade, visto que as famílias da Associação que compraram a terra foram no decorrer dos anos “expulsas/obrigadas” a deixar a área, restando, atualmente, apenas uma família, que levou o caso até a justiça e luta até hoje por sua reintegração na terra. Hoje as famílias residentes nesse assentamento são familiares do “ex-proprietário”, o qual ainda detém atividades agrícolas na área juntamente com seus familiares.

A partir dessa verificação, pode-se destacar outra incoerência no processo de compra e venda das áreas do PSJ – Ação Fundiária, a qual, conforme manual de operações do projeto e do PNCF, prevê que a compra e a venda de imóveis não podem ser realizadas entre entes de até 2º grau de parentesco, a fim de não gerar o processo de reconcentração de terras. É primordial a compreensão de que essa situação merece destaque devido ao fato de que tal processo corre na justiça há, pelo menos, 10 anos; e, até o ano de 2012, as famílias que sonhavam ter a posse da terra tiveram tal sonho subtraído por conta de forças especulativas e coercitivas por parte dos donos da terra. Outro fator a ser elencado como incoerência do PSJ – Ação Fundiária refere-se aos Subprojetos de Aquisição de Terras (SATs) e os Subprojetos de Investimentos Comunitários (SICs).

Para os SATs, o que se observou associado ao aspecto do VTN dos imóveis é que as terras financiadas para as famílias sofreram variação entre o valor negociado e o valor ofertado com uma margem de intervalo entre 31% e 100%. Essa variação se apresenta da seguinte forma: 11 imóveis apresentam percentuais menores que 50% do valor de oferta; enquanto 33 imóveis apresentam valores superiores a 50% do montante solicitado pelos proprietários, sendo que 19 imóveis demonstram percentuais entre 51% e 70% e 14 imóveis indicam uma média superior a 71%, tendo 04 imóveis valores superiores a 90% de aceitação do valor solicitado e 01 imóvel com aceitação total do valor solicitado pelo proprietário pela venda da terra.

Quanto a este último, aclaro que se trata do imóvel Retiro, Assentamento Sambaitiba, em Viçosa do Ceará, apresentando 100% de aceitação na sua negociação. Coincidência ou não, esse assentamento é o mesmo que apresenta a

maior discrepância no que diz respeito à diferença do nº. de hectares negociados (1.004,71ha) e o real (236,77ha), apresentando uma diferença em termos percentuais de 76,4%, o que corresponde a 767,94ha.

Referente aos valores negociados pelas terras, Brandão (2000) afirma que:

Os dados comparativos mostram que os valores pagos pelos imóveis adquiridos ao longo do Programa estão em declínio e sempre abaixo dos valores de reposição atribuídos aos mesmos. Possivelmente isso é um indício de uma maior compreensão e apropriação da proposta por parte dos trabalhadores e suas associações. Este fato contrapõe-se à ideia de que o projeto é um instrumento contribuinte para a elevação do preço da terra e benéfico a seus proprietários (BRANDÃO, 2000, p. 324).

A afirmativa acima apresenta apenas o olhar a partir do aspecto valorativo do ativo terra, mas não faz menção à ação participativa das famílias, no que diz respeito aos valores de negociação da terra. Faz-se essa observação devido ao fato de que, embora o PSJ na sua proposição inicial tenha objetivado atender de forma desburocratizada e democrática as famílias sem-terra e minifundistas, o que se verificou e ouviu a partir do depoimento das famílias é que o IDACE iniciou um processo de veiculação do programa nas rádios, STTRs e escritórios da Ematerce, seguidamente de reuniões, com as associações e proprietários que aderiram ao programa, além da realização de vistorias e de avaliações nos imóveis.

Dessa forma, a participação das famílias se deu apenas na identificação do imóvel, haja vista que os valores definidos eram ditos pelo IDACE, restando às famílias acatar o Laudo de Vistoria e Avaliação e proceder à organização da documentação exigida para o agente financeiro.

É importante destacar ainda que a ação democrática prevista no PSJ ocorreu apenas para a junção de famílias que, minimamente, tinham à época condições de criar uma associação para o assentamento, uma vez que, como parte das exigências do programa, o imóvel tinha que ser comprado por uma pessoa jurídica. Assim, procedeu-se à aquisição dos 44 imóveis; contudo, apenas 35% tiveram sua associação criada, enquanto os outros 65% procederam à negociação por meio de Associações Comunitárias já existentes nos distritos/lugarejos dos municípios.

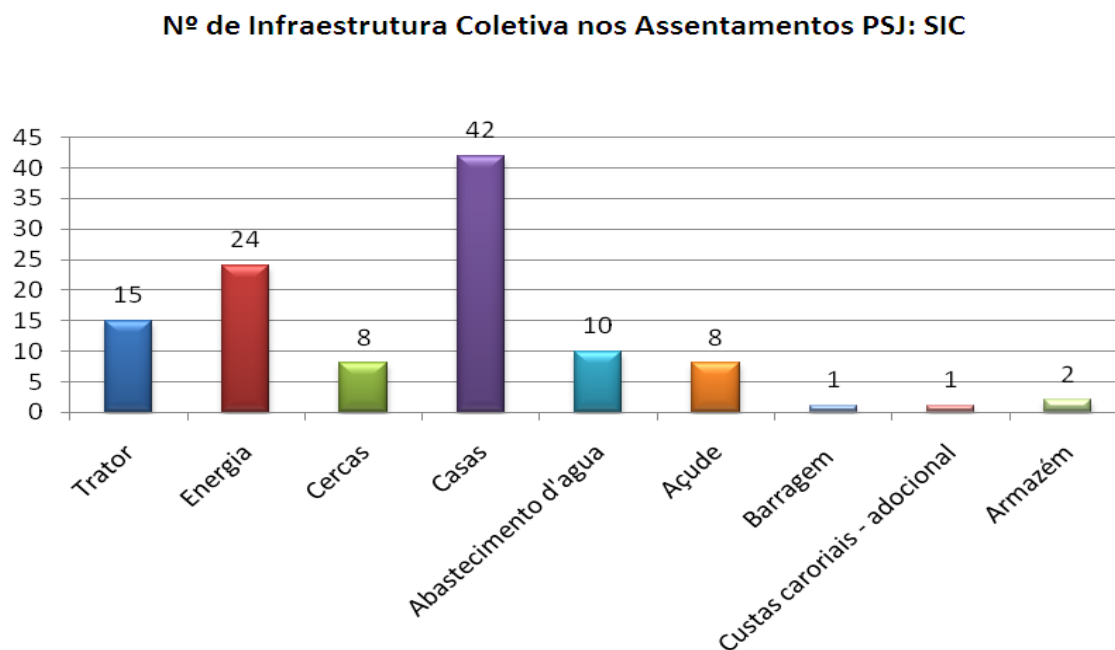
Hoje esta ação representou grandes desentendimentos e frustrações por

parte dos envolvidos, ou melhor, das famílias das comunidades e assentamentos, pois as associações guarda-chuvas, como são chamadas aquelas que se disponibilizaram a ajudar na compra da terra e que ainda são as responsáveis pela aquisição, encontram-se atualmente impedidas de realizar qualquer adesão a ações e projetos sociais e produtivos, devido ao fato de se encontrarem inadimplentes pela dívida terra.

É importante evidenciar, ainda, que 100% dos assentamentos foram criados através dessas associações guarda-chuvas. Tal condição evidencia a rapidez com que os projetos foram efetivados a fim de atender as metas planejadas, configurando, assim, a impossibilidade de as famílias interessadas constituírem, primeiramente, uma associação/CNPJ, para depois realizar a contratação do financiamento das terras.

No que concerne aos SICs, o que se apurou foi a impossibilidade de identificação das ações e atividades desenvolvidas nos 44 assentamentos por falta de informações nos arquivos de cada assentamento. Tal condição se deve à impossibilidade de análise nas prestações de contas dos bens/ações disponibilizados, haja vista que sua sistematização aponta o que deve ser feito/adquirido; no entanto, não informa se foi executado e quais foram os valores utilizados para cada execução. Os dados da UTE/Cocred/SDA (2012), conforme as figuras 3 e 4, apresentam os percentuais de atividades e obras realizadas nos 44 assentamentos do PSJ.

Figura 3 – Subprojetos de investimentos comunitários: infraestrutura – PSJ



Fonte: UTE/Cocred/SDA, 2012 (modificado).

Figura 4 – Subprojetos de investimentos comunitários: projetos produtivos – PSJ – Ação Fundiária



Fonte: UTE/Cocred/SDA, 2012 (modificado).

No que diz respeito aos SICs, no aspecto infraestrutura, verifica-se que 02 assentamentos não receberam a construção das habitações na sua totalidade e/ou

podem ter revertido os valores previstos para ações produtivas ou de infraestrutura social. Entretanto, ênfase ainda, de acordo com depoimento das famílias assentadas, que parte das ações previstas nunca foram realizadas, sobretudo no que diz respeito à entrega finalizada das habitações, como foi possível constatar em cerca de 70% dos assentamentos.

Referente às ações previstas para aplicação dos SICs no âmbito dos projetos produtivos, o que se verifica, a meu ver, é a contradição entre o número de projetos de irrigação e a quantidade de poços profundos, haja vista que 80% desses assentamentos encontram-se no semiárido cearense e não detêm grandes reservatórios de água. Esse aspecto pode ainda ser observado na aplicação dos SICs de infraestrutura (figura 5), sendo que o abastecimento de água, açudes e barragens só atinge 21 assentamentos dos 44 do PSJ – Ação Fundiária, ou seja, nem 50% dos imóveis, visto que o mesmo só os atenderia se tivesse sido realmente executado.

Outro aspecto que ainda merece destaque diz respeito às atividades pecuárias e suas infraestruturas, que representam apenas 15 áreas, o que corresponde a 34% dos projetos produtivos. Essa média, se analisada em comparação às demais atividades elencadas, fica em 3º lugar atrás das ações de irrigação e fruticultura/beneficiamento. Entretanto, chama-me a atenção o fato de que nessas atividades não estão descritas as atividades de manutenção familiar compostas pela agricultura de sequeiro, a qual no Ceará é base de subsistência das famílias, embora demande montantes menores que os aplicados para a pecuária.

A essa realidade, associam-se os aspectos produtivo e cultural das famílias assentadas; visto que, a exemplo do Assentamento Floresta II, suas ações de subprojetos implantados não têm previstas, no seu desenvolvimento, atividades produtivas, e sim somente a construção das casas e eletrificação/energia. Esses e outros exemplos ganham ainda maior relevância ao verificar a atuação da assistência técnica prevista para os anos iniciais do assentamento.

Ao elencar essas observações, desejo adotar como parâmetro de análise a condição para pagamento da terra pelas famílias assentadas, sem perder de vista alguns questionamentos, por exemplo: como se dará a ação do homem e da mulher que são, antes de tudo, camponeses, se é sabido que a implantação das ações

produtivas, disponibilizadas através dos SICs, não promove a manutenção familiar? As atividades previstas pelos SICs orientam os assentados a atender que mercado? Estes têm prática produtiva para tais projetos?

São essas e outras inquietações que me levam à concretude de afirmar que o PSJ – Ação Fundiária não conseguiu atender qualitativamente suas metas, uma vez que, de acordo com dados do Banco do Nordeste (2011/2012), referentes ao pagamento da terra, evidencia-se que até o ano de 2010 nenhuma Associação havia quitado a dívida contraída desde 1997.

Ademais, conforme o Manual de Operações do PSJ, a dívida deveria ser paga no prazo de 14 anos, sendo os 04 anos iniciais de carência e os demais uma parcela ao ano. Configura-se, assim, que esses assentamentos deveriam ter quitado suas dívidas no ano de 2011, fato este que não aconteceu.

É tomando essa situação de contraditoriedade entre uma ação/programa/projeto do Estado e a não cidadania dessas famílias, que assevero que a intervenção social se faz necessária no sentido de transparecer sua realidade social, política e econômica. Dessa forma, irei deter-me no item seguinte às condições de pagamento da terra frente às possibilidades/ofertas do Estado em conjunto com o agente financeiro.

4.2 Terra de sonhos e/ou de mercado: as percepções do agente financeiro e do MST ante o PSJ – Ação Fundiária

A dinâmica sociopolítica entre as famílias assentadas e o agente financeiro se configura numa relação de dependência econômica. Tal observação se afiança a partir da identificação da condição de inadimplência das associações no que concerne à dívida da terra.

Essa realidade pode ser verificada a partir de levantamentos cadastrais junto ao IDACE e ao BNB, o qual detém a formalização dos 44 contratos de compra e venda dos imóveis negociados pelo PSJ – Ação Fundiária. Dos contratos, verificou-se que, até o ano de 2011, nenhum dos imóveis havia sido quitado.

Desses, cerca de 70% não tinham pagado nenhuma parcela e os 30% restantes dividiam-se em dois grupos: aproximadamente 12% que efetivaram até 04 pagamentos e 18% que efetivaram apenas uma parcela.

Referente à situação de inadimplência das associações, identificou-se como principal fator as altas taxas de juros cobradas, que contratualmente orçavam cerca de 6% de TJLP, acrescidos de juros de 2% sobre o valor financiado no processo de compra e venda do imóvel e, ainda, 1% ao ano sobre o saldo devedor do beneficiário a ser pago a título de repasse.

Dessa forma, as altas taxas de juros cobradas, associadas às intempéries climáticas e à forma/condições de divulgação do programa, alicerçaram a inadimplência das parcelas; uma vez que, somente com a estruturação da política pública de crédito fundiário, as dívidas contraídas passaram a ter a possibilidade de renegociação e formalização de novo aditivo para o pagamento da terra. Entretanto, essa condição de gerar uma nova operação financeira para o PSJ não se efetivou com êxito, mesmo o Governo Federal adotando, a partir de 2003, a possibilidade de adesões às renegociações propostas, passando a adotar o rebate nas taxas de juros para os pagamentos em situação de inadimplência. Exemplo disso é o fato de que apenas 02 associações, uma em Itatira e uma em Boa Viagem, até o ano de 2005, haviam realizado a assunção de dívidas da associação guarda-chuva para uma nova entidade de representação do assentamento.

Afora essas ações, destaca-se ainda o fato de que todas as 44 associações utilizadas para a compra da terra eram associações guarda-chuvas e tinham um número maior de associados, que ou cederam seu cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ) para parte das famílias adquirirem a terra, ou foram constituídas com um número maior de famílias, as quais terminaram por não serem atendidas pelo PSJ. Da totalidade de 100% das associações guarda-chuvas, verificou-se que 13 dessas associações ficaram sendo de uso exclusivo das famílias assentadas, 11 ainda encontram-se dependentes da associação da comunidade concedente, enquanto 20 assentamentos procederam da criação de uma nova associação.

Ressalta-se, dessa última condição, o desejo das famílias assentadas em manter a associação em situação de inadimplência, devido ao fato de as políticas públicas para os assentamentos efetivarem-se de maneira especial a partir da

representação jurídica das famílias. Isso foi possível de se verificar na renegociação das dívidas de terra do PSJ, sabendo-se que 85% das associações tinham outros tipos de restrições nas suas certidões negativas, além da dívida da terra, sobretudo, oriunda de acessos ao Pronaf.

A partir dessas circunstâncias, elucida-se o fato de que, mesmo as famílias tendo criado outras associações, as custas cartorárias configuram um outro entrave financeiro; uma vez que, tanto para realizar uma retificação quanto uma ratificação de responsabilidade em escritura, os valores médios cobrados são muito altos e mudam de município para município, variando de cerca de R\$150,00 a R\$500,00 por família, sendo especificamente para mudança de razão social. Se forem realizadas alterações das formas de pagamento, esses valores oscilam entre R\$1.500,00 e R\$4.000,00 e, se forem associados à assunção de dívida, podem chegar à casa dos R\$8.000,00.

Assim, analisando os processos das 44 associações, constatou-se que as altas taxas de juros cobradas e os valores pagos para regularização cartorária configuravam-se nos dois grandes empecilhos para as famílias, visto que mesmo aquelas associações que procederam de pagamentos de parcelas com descontos nas taxas de juros, quando pagas em dias, ao verificarem seu saldo devedor, averiguavam a impossibilidade de quitar a terra devido às taxas de TJLP e de manutenção bancária, além do acréscimo de financiamento dos valores referentes ao Cartório.

Essa condição passa a ser “uma luz no fim do túnel” com a intervenção do MST; pois, conforme termo de Aditivo firmado para renegociação das dívidas de terra, o mesmo conseguiu retirar do débito das associações a cobrança dos 6% de TJLP e as despesas de cartório, sendo cobrados juros de 2% ao ano sob o valor contratado.

Atualmente, a realidade do PSJ se traduz na possibilidade de pagamento da terra para as associações que conseguiram regularizar suas certidões e CPF dos titulares do financiamento, tendo como vantagens se comparadas às ações anteriores: o rebate de 50% da parcela paga em dia sob o valor contratado, as despesas cartorárias custeadas pelo FEDAF e a fixação da taxa de juros em 2% sob o valor contratado.

Essa possibilidade de renegociação, de acordo com a percepção do MST, merece destaque devido ao fato de que esses 44 assentamentos foram criados, porém desamparados. Tal condição se verifica nas análises das ações dos SICs e SATs aplicados nesses assentamentos, como mostrado no item anterior.

No tocante a esse aspecto, ao questionar os dirigentes do MST no Ceará sobre a motivação em colocar na pauta de luta a renegociação dos 44 assentamentos do PSJ, sendo o movimento contrário às ações do PNCF, explanou-se o seguinte:

O movimento sempre foi contra e continua sendo contra essa “política” (aspas da dirigente) que o governo lançou de compra de terras, porque a gente acha que isso atrapalha o processo de reforma agrária. Porém, nós não somos contra os trabalhadores, que esse é o problema. Nessa negociação, havia um grande endividamento dos agricultores e muitos desses trabalhadores participando do processo de luta do movimento, acompanhando desde as mobilizações locais, como também as mobilizações estaduais...até porque boa parte desses assentamentos dos 44 surgiram oriundos de associações de antigos assentamentos que eram vinculados ao IDACE. [...] Portanto, esses assentamentos já vinham participando antes e continuaram participando da luta (Dirigente de Madalena-CE, julho/2012).

A partir de reuniões feitas, detectadas e coletadas pelas próprias famílias, que é uma situação, primeiro, de discriminação quando trata da reforma agrária, quando trata da luta pela terra, porque hoje que têm várias políticas garantidas, que te permite uma condição de vida melhor... e tu tem no mesmo campo, a proximidade questão de Km, assentamentos que também são de agricultores camponeses, que hoje estavam e estão em situação de dificuldades que sejam econômicas de se manter e até de sobreviver na terra e também de garantir uma perspectiva de futuro de tu pagar...Assentamentos que tinham uma dívida de R\$40.000,00 durante todos esses anos tava chegando a R\$300.000,00 ou R\$350.000,00, e que as famílias pelo número que se tinha não tinham condição de pagar e pelo descaso do governo que não tem assistência técnica de garantir infraestrutura necessária para essas famílias sobreviver. Então, a partir da indignação dessas famílias e parte delas, desses assentamentos também têm militantes, dirigentes orgânicos do MST que hoje moram nesses assentamentos, também ajudou internamente nos fomentar e fazer este debate e pautar com o governo a necessidade de discutir a situação, não só dos 44, mas a situação de todos os assentamentos de reforma agrária do Estado do Ceará. Que hoje vive uma situação muito complicada... e o governo só permitiu negociar os 44 por ser, segundo ele, recurso do governo do estado com recursos do PSJ, já que os outros do INCRA, do MDA, que não permitiria fazer esta negociação (Dirigente de Crateús-CE, julho/2012).

As falas dos dirigentes do MST evidenciam aspectos a serem refletidos no

que diz respeito às ações voltadas ao campo brasileiro. A fala do dirigente de Crateús ressalta as altas taxas de juros cobradas, além das diferenças e fragilidades entre a origem de criação dos assentamentos e suas condicionantes na efetivação das ações do governo estadual e federal. Destaca, ainda, a participação das famílias assentadas pelo PSJ na organicidade do MST.

Com base nos esclarecimentos anteriores, reforço novamente minha decisão de tratar os membros dos assentamentos do PSJ – Ação Fundiária como assentados, e não como mutuários/beneficiários. Reconhecer a forma como essas famílias podem, atualmente, minimizar seus problemas sociais e econômicos, no que diz respeito à posse da terra, é reconhecê-las como integrantes de um assentamento, a fim de que possam buscar e lutar pela efetivação das políticas públicas destinadas às famílias camponesas. Entretanto, aqui evidencio não discordar da postura política do MST em afirmar que essas famílias são também mutuárias, embora sejam, antes de tudo, constituídas de homens e mulheres que têm na terra sua fonte de esperança e sobrevivência.

Já na fala da dirigente de Madalena-CE, evidenciam-se, a meu ver, dois aspectos primordiais para a compreensão da questão agrária no Brasil: o primeiro diz respeito à luta por acesso à terra, a qual não pode ser camuflada com a criação de ações e/ou projetos que minimizem uma problemática histórica, que é a formação social e econômica brasileira. A fala evidencia que muitos dos 44 assentamentos do PSJ têm origem na luta pela terra, e não simplesmente na adesão de uma ação governamental de financiamento de terras, como o Monte Alegre/Tamboril, *subfruto* da luta de famílias sem-terras para criação do hoje Assentamento São Manoel/Monsenhor Tabosa. O segundo elemento apontado pela dirigente refere-se à compreensão do que seja reforma agrária e quem são seus integrantes. Friso a fala *“Porém, nós não somos contra os trabalhadores, que esse é o problema”*, com o intuito de evidenciar a contraditoriedade do Estado, em articular suas metas e ações, desconsiderando, como dito acima, a formação social do Brasil, haja vista que a criação de uma reforma agrária complementar, ou seja, de mercado, potencializou a acumulação capital dos latifundiários em detrimento de uma (re)distribuição de terras alicerçada pelo endividamento e submissão ao capital estrangeiro. A partir dessa situação, destaca-se ainda a premissa de que o MST não é contra os agricultores

que aderiram a essa “política”, embora nem todos os assentamentos sejam fruto da luta organizada; reconhece-se a subjetividade sociocultural, através da qual estes homens e mulheres, que sempre foram subordinados a um patrão, ao enxergarem “*no fim do túnel*” uma suposta luz de liberdade do trabalho, ficaram hipnotizados e não avaliaram as circunstâncias dessa libertação.

A fala de um assentado de Quixadá corrobora com a reflexão acima ao salientar as ações do Estado para acabar com os conflitos por terra, associadas às formas de divulgação, que promoveram compreensões erradas pelas famílias que lutavam pela terra.

Na época, nós tava lá(acampamento), quando chegou um pessoal do governo...aí lá eles baixaram até de helicóptero viu lá... Aí de imediato no outro dia correram o povo da Ematerce e avisaram que vai haver uma reunião com o povo de Fortaleza, do IDACE para fazer uma reunião aqui com vocês. E nós começô, nós tava tudo curioso com as coisas, querendo... Só que quando eles chegaram, eles não disseram “tem terra pra vocês”, aí eles perguntaram quais era as necessidade... aí foi indo eles descobriram (grifos meus) que era terra que nós tava precisando pra trabalhar com o nº. de gente grande né...Aí foi onde surgiu essa terra, que nós podia comprar uma terra, um canto... E é por isso que nós não compremo dentro do município, compremo fora... nem isso foi discutido... Aí quando nós encontremo essa terra, nós compremo, nós pensando que o governo comprava e pagava e nos ia pra dentro... Nós se enganemo viu...! na época a coisa era tão... que a gente não sabia que era nós quem ia pagar... isso não foi explicado que era nós que ia pagar e tal...O governo vai comprar essa terra pra vocês no canto que vocês quiserem né...e nós compremo... (grifos meus) (Assentado em Monte Sinai/Quixadá).

Elucido, a partir dessa fala e por ter percorrido todos os assentamentos do PSJ, que as ações do Estado tinham duas linhas de atuação: uma para as famílias acampadas, oriundas de conflitos de terra (como o Monte Sinai/Quixadá, dentre outros), as quais receberam a informação de que a terra não seria paga, porém o Estado não poderia assentá-las na área/imóvel em conflito; e outra para famílias minifundistas e sem-terras, que se propusessem a pagar a terra na esperança de dias melhores.

O depoimento do dirigente estadual do MST, ao ser questionado sobre as expectativas e metas do governo, enfatiza ainda mais essa questão:

Ainda bem que essa meta não foi alcançada, senão a desgraça era maior, num era!? Nós tamo avaliando como uma coisa negativa, o que que revela essa meta não ser alcançada, e por que eu dizer “ graças a Deus não ter

chegado a isso? Primeiro a condição que essas famílias foram pra essas terras, foram uma condição meio que impositiva. A condição era rapidamente se organizar uma associação, que quase todas as formas estavam manipuladas por alguém né...ou do estado, ou uma liderança regional ou do distrito que negociava com o fazendeiro e aí vinha aquela lógica da propina e etc, etc. E a segunda que aparecia nisso era que as famílias não sabiam pra onde iam. Então, rapidamente você se cadastra, é pelo correio, é pela que for... você vai pra terra (Dirigente de Caucaia-CE, julho/2012).

No que concerne à intervenção do MST diante da situação de abandono que os assentamentos estavam até a negociação da dívida das terras, observa-se a ambiguidade de sentimentos das famílias; pois, ao mesmo tempo em que demonstram sua incredibilidade, apontam meios de (re)construir suas expectativas e sonhos com a posse da terra e sua quitação. Entretanto, aqui não se está afirmando que esses assentamentos passaram a receber efetivamente políticas de assistência técnicas e/ou ações produtivas e infraestruturas, o que se destaca é o elo de se concretizar, a meu ver, o maior sonho das famílias: a posse definitiva da terra através do seu pagamento e da tranquilidade de não mais perder noites de sono em detrimento de uma dívida, a qual pode ser executada pelo agente financeiro.

Referente à dívida da terra, é fato que as famílias detêm a pertença à terra; contudo, situações de depressão e até suicídios foram elementos das situações-problema encravadas desde sua criação até hoje. Verifica-se, ainda, a alta rotatividade de famílias nas associações, somente o Assentamento Floresta II/Quixadá não sofreu alterações de unidade familiar, já os 98% dos demais assentamentos sofreram alterações nas unidades familiares do quadro social.

O dirigente de Caucaia-CE corrobora com essa observação ao expor que:

A meta não foi alcançada e posterior o nível de esvaziamento foi enorme... A lógica foi tão perversa, que as fazendas que tinham as melhores áreas irrigáveis com água foram as áreas que ficaram com os fazendeiros, que desprezaram as mais desérticas, dos pedregulhos, inviáveis pra não dizer totalmente... Então, as metas, a quantidade de áreas, as condições que foram estabelecidas fez com que praticamente muitas dessas áreas esvaziassem e nós tivemos que depois ter substituições, gente que trocou o cadastro duas, três vezes,...vendeu (Dirigente de Caucaia-CE, julho/2012).

No âmbito da pertença da terra, um gestor estadual do BNB elucida que o PSJ:

Objetivava obviamente a ascensão do agricultor, o acesso do agricultor à terra. O que a gente acredita que aconteceu talvez não tenha acontecido com a plenitude que se esperava, em função da forma que operações foram calculadas, de como as dívidas foram financiadas, né... Mas a gente acredita que hoje o governo esteja fazendo os ajustes necessários para garantir esse acesso (Gestor estadual/BNB, agosto/2012).

Evidencia-se, entretanto, a necessidade de ajustes de um projeto-piloto frente à existência de uma política pública. Se passados cerca de 15 anos da criação do PSJ e 9 anos da criação do PNCF, como ainda hoje esta ação passa por ajustes? E a que ajustes se referem?

Foram a partir dessas e de outras questões que fui me deparando com as análises dos processos dos assentamentos do PSJ; assim, destaco, em conformidade com Barquete (2003), que:

A legislação e os programas governamentais são apresentados como a redenção das adversidades enfrentadas pelos pequenos produtores rurais. São comuns expressões do tipo resgate da cidadania, como se a condição de cidadão houvesse em algum tempo sido outorgada às pessoas do campo (BARQUETE, 2003, p. 89/90).

De acordo com a análise dessa exposição, presente no relatório técnico do IDACE (1995), intitulado “Alguns Aspectos da Questão Agrária no Ceará”, evidencia-se que a compra de terras, em áreas onde as desapropriações não sejam impedidas por lei, configura-se na premiação aos proprietários que negligenciam as formas de exploração de suas propriedades, não investindo nestas; ao mesmo tempo, torna-se uma ação punitiva para sem-terras e minifundistas, os quais, com a força do trabalho familiar desempenhado, pagam a terra frente à necessidade de sustentar suas famílias.

Quanto a essa ação punitiva, o que se verifica, atualmente, no que diz respeito ao PSJ – Ação Fundiária, é a concretude dessa; uma vez que, apesar da negociação estabelecida entre Governo Estadual, BNB, IDACE e MST para tratar da renegociação das dívidas de terra, as famílias estão sujeitas à burocratização do Estado, sobretudo do agente financeiro.

Essa condição se enverga ao analisar as condições do Termo Aditivo Atual do PSJ em comparação ao Manual de Operações do projeto-piloto, haja vista

que todas as condicionalidades previstas em 1997 repetem-se na assinatura do acordo em 2009. Tal fato demonstra a fragilidade das ações desempenhadas à época, ao mesmo tempo em que me leva a perguntar: as ações a partir do acordado entre Estado e movimento social estão se concretizando?

Eu afirmo que sim, porém a passos de tartaruga; uma vez que, ao contrário do que se verificou no ano de 1997 com a formalização de 44 operações de concessão de crédito rural, ainda não se efetivou no decorrer de três anos nem 1/3 das operações de renegociação de dívidas. Esta constatação se deve ao fato de que para sua criação bastava uma associação se responsabilizar pelo financiamento e as famílias, que dificilmente estavam impedidas do ponto de vista econômico, aderirem às propostas. Agora a situação é inversa, a associação já é responsável pela dívida, enquanto as famílias, parte delas substituídas, encontram-se impedidas de estabelecer nova renegociação, ou por estarem inadimplentes por empréstimos e/ou dívidas de comércio, ou por não terem condições de pagamento devido à alta rotatividade de famílias nos assentamentos.

Ademais, das 44 associações, de agosto de 2010 a novembro de 2012, aderiram às novas condições de renegociações da terra o correspondente a 28 (vinte e oito) processos finalizados pelo IDACE e encaminhados ao BNB. Das 16 (dezesesseis) associações restantes, apenas uma manifestou desinteresse pela renegociação devido a situações-problema internamente de ordem policial; enquanto as demais afirmam não ter aderido ainda devido a pendências de inadimplência no CNPJ e CPFs.

Destaca-se que apenas 08 (oito) processos enviados ao BNB foram formalizados em escritura até o ano de 2012, estando os 20 (vinte) outros pendentes de documentação, os quais se venceram no decorrer do processo de análise documental. Conforme relatório situacional do IDACE (2012), cerca de 14 (quatorze) processos não foram formalizados por falta de operacionalização do agente financeiro, o que tem culminado em novas pendências documentais para a Associação e famílias assentadas.

No que diz respeito a essa externalidade, verifica-se novamente a discrepância entre as ações realizadas e o que foi acordado. Faço essa observação a partir da seguinte consideração: como pode o agente financeiro não ter procedido

à formalização das operações do PSJ sob sua responsabilidade, ao mesmo tempo em que formalizou, conforme exposto no início na tabela 01 (página 26), 93 (noventa e três) novas adesões ao PNCF dentre suas novas exigências?

Ora, como propor a continuidade e expansão dos programas de compra de terra, sem ter consolidado seu “filho primogênito”? Sem consolidar uma avaliação de impactos do projeto-piloto? A meu ver, a contraditoriedade de uma “possível” resposta para essas perguntas deve-se à formalização de novas ações e financiamentos de terra, a fim de atender especificamente as metas impostas pelo Estado, em consonância com as exigências dos organismos internacionais, como o Banco Mundial e o FMI; uma vez que, seja a nível estadual ou federal, a manutenção de dependência econômica, fruto de empréstimos milionários ao capital estrangeiro, tem se efetivado, sobretudo, para o campo.

Outro elemento que deve ser elucidado, no que diz respeito às operações de crédito do PNCF, refere-se às variações de normativas e manuais de operação, às quais as famílias assentadas, oriundas do processo de compra e venda de terras, estão sujeitas. Essa situação se apresenta, a meu ver, por via do que chamo de “igualdades diferenciadas”, pois os projetos e programas criados pela reforma agrária de mercado têm sido colocados em patamares iguais quando se sabe que as condições de manutenção familiar sofrem alterações de recursos e ações executados. Como exemplo desta, pode-se indicar, como exposto no item anterior, a lacuna de meios de verificação dos SICs, desempenhados no PSJ.

É fato que, enquanto projeto-piloto, o PSJ apresentou muitas incoerências, demandando acertos estruturais e operacionais na sua concepção. Entretanto, também é fato que as ações subsequentes passaram por muitas adaptações e alinhos a partir da experiência do PSJ, como no Cédula da Terra, Banco da Terra, Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural, até o atual PNCF. Então me pergunto por que o Estado trata com bons olhos estes e parece fechar os olhos para o PSJ?

Apresento esse questionamento, como técnica e militante, por saber que, se o MST não tivesse intervindo por estes assentamentos, eles não teriam como pagar suas dívidas através das condições de renegociação atribuídas pelo governo federal. Elucido essa assertiva a partir da análise das últimas resoluções do governo em comparação às condições do Termo Aditivo ao PSJ – Ação Fundiária.

Ressalto, abaixo, as condições do PSJ em relação à regularização de dívidas – Resolução CMN Nº. 4029/2011, que trata das operações com recursos do Fundo de Terras e Reforma Agrária (FTRA) e do Programa Cédula da Terra – Crédito Fundiário. Cabe aqui esclarecer que, em todas as resoluções, o PSJ é enquadrado pelo Cédula da Terra, o que desqualifica suas singularidades no que diz respeito às incoerências detectadas e tratadas como “iguais” às dos demais programas.

A Resolução Nº. 4029/2011 apresenta uma variação de 65% mais onerosa que as condições negociadas pelo MST. Exemplo dessa condição pode ser representado, por exemplo, pelo assentamento Batalha, no Município de Trairi, originado do Cédula da Terra, em que o valor contratado foi de R\$582.053,00 em 1998; e, sob as regras dessa Resolução, em novembro de 2012, devia o montante de cerca de R\$1.112.000,00, enquanto se fosse operacionalizado, conforme as condições do PSJ, teria um valor de R\$630.000,00.

O quadro abaixo apresenta as condições do PSJ e da Resolução Nº. 4029/2011.

Quadro 6 – Condições do PSJ e da Resolução Nº. 4029

Condições PSJ – Ação Fundiária	Resolução Nº. 4029
Rebate de 50% na parcela paga em dia sob o valor contratado Sem teto limite de rebate.	Rebate regionalizado parra pagamentos em dia: semiárido 40%; Nordeste 30% e demais regiões 18%. Teto limite de rebate: R\$1.300,00
Juros Fixos de 2%.	Juros de 2% a 5%.
Prazo de pagamento: até 20 anos a partir da data de contratação.	Prazo de pagamento de 17 a 20 anos.
Custas cartorárias de responsabilidade do Estado.	Custas de responsabilidade da Associação.
Sem entrada para pagamento de taxas de juros e valor principal.	Pagamento de 20% do saldo devedor e renegociação somente das 05 parcelas em atraso.
No caso de não pagamento de parcela na data prevista, o rebate de 50% não fica impedido, podendo na parcela seguinte paga em dia dispor do rebate.	- - - -

Faz-se necessário destacar que o governo federal, através do Conselho Monetário Nacional, está desenvolvendo outras condições de renegociação das dívidas de terras, haja vista que a Resolução Nº. 4029 só previa negociar as 05 parcelas em atraso, o que minimizou sua adesão. Já é sabido que a nova Resolução prevê a diminuição da taxa de juros.

Referente a esta temática, ao questionar o gestor financeiro do BNB sobre a relação entre as condições atuais de contratação e de renegociação do PSJ previstas no Aditivo, ele corrobora dizendo:

Não tenho dúvida que as atuais são bem mais favoráveis! Porque inclusive a gente trabalhou na montagem desse aditivo, a gente sabe que o governo e o próprio movimento, eles trabalharam de forma que garantisse a permanência desses agricultores na terra. E aí por que isso? Porque da forma como foi feito ela visava a permanência do agricultor na terra, o acesso na verdade, eu acho que é melhor falar nisso, ela garantia o acesso do agricultor naquela época à terra, mas pelas condições de financiamento né... Tai é interessante a gente fazer essa separação entre acesso e permanência (Gestor estadual/BNB, agosto/2012).

A fala do agente financeiro evidencia uma problemática estruturante no que diz respeito à concepção do programa. A meu ver, a afirmativa traz à tona a realidade das famílias assentadas que detêm a posse da terra, porém não tem os meios para sua manutenção e permanência de forma digna na terra. O gestor continua sua asseveração apresentando a ideia de que:

Na época, pelo que foi posto, a permanência dada às condições de financiamento da operação, a permanência desse agricultor é colocada em riscos, ou seja, poderia se que dá forma como as operações foram estruturadas isso culminasse no abandono da terra pelo agricultor. Mas hoje o que a gente percebe é que com essa regularização e refinanciamento da dívida, aí o governo do estado entra com o aporte de recursos para fazer estes ajustes...a gente percebe que além do acesso se está garantindo a permanência. E aí obviamente isso não é apenas uma... vamos dizer assim, o acesso e a permanência ele não vai se garantir apenas através do financiamento, isso é apenas uma das políticas, existem outras políticas que são complementares a essa compra e ao PSJ, que vão estruturar melhor essas propriedades de forma que elas se tornem produtivas e garanta ao agricultor sua própria autossustentabilidade e geração de renda familiar, aí obviamente uma delas é o Pronaf, o bolsa escola, aquela gama de políticas públicas que existem para que de fato ele fique na terra numa situação favorável (Gestor estadual/BNB, agosto/2012).

No tocante à ideia exposta, o MST assevera que o acesso à terra não significa simplesmente detê-la enquanto mercadoria; ademais, que a ação de compra e venda de terras nos moldes no Banco Mundial se constitui numa relação de subordinação à lógica do capital, na qual a terra passa a ser tida como mercadoria, conseqüentemente, torna-se a principal forma de dependência dos agricultores. Essa relação pode ser observada na fala da dirigente estadual:

É claro que essas famílias todas, inclusive as do crédito Fundiário, as do PSJ, o que elas querem é o acesso à terra... E eles querem da maneira mais fácil [...] alguém chegar e dizer você vai ocupar e ficar uns 05 anos debaixo da lona, ou você entra aqui que é mais fácil... Pra onde é que você vai? Vai pro mais fácil né! A não ser que a turma seja esclarecida e faça e aconteça... Isso é uma coisa das famílias, por que têm a terra como lugar de viver, de produzir, de reproduzir, de tirar dali o seu sustento e viver lá. (Dirigente de Madalena-CE, julho/2012).

Dessa forma, destaco que as observações pertinentes ao MST e ao agente financeiro, quanto à ação do PSJ – Ação fundiária, como elemento integrante da política pública de concessão de crédito rural são contrárias.

Para o MST, a criação dos assentamentos através da compra e venda de terra não atende aos anseios das famílias, uma vez que não propicia o desenvolvimento das singularidades e subjetividades da unidade familiar. O depoimento dos dirigentes estaduais do MST enfatiza essa questão:

Eu acho um erro político e técnico... se a gente chamar isso de política pública na luz do movimento social, porque maior do que uma política pública, como o Estado acha que é,... é uma ação privada (Dirigente de Caucaia-CE, julho de 2012).

A política pública tem que passar por uma mudança estrutural, não existem possibilidades sem essa mudança [...] Ela tem que passar principalmente pela questão da educação. Se você olhar a estrutura que é feita hoje para a produção no Ceará e no Brasil, ela favorece a monocultura, que favorece as empresas para exportação, que degrada o meio ambiente... Então a política pública tem que passar por essa mudança, não existem possibilidades sem essas mudanças... Não temos dados na história que tenha sido feita qualquer reforma sem o processo de luta (Dirigente de Aracati-CE, julho/2012).

Eu acredito que esse processo de mudança da reforma agrária, como a gente imagina... primeiro que no momento de transição que é o que nos mais tamo vivendo, ela seja feita na luta, conquistada na luta e mais que conquistada...Que ela seja buscada a quem a têm, que é o Estado.

A fala dos representantes do MST evidencia a necessidade de adoção e compreensão do pensamento de Gramsci, de que é somente através do Estado Ampliado que a sociedade civil e o governo estabelecerão uma gestão compartilhada. Dessa forma, a explanação dos dirigentes evidencia que as ações adotadas pelo governo estadual do Ceará e, de forma geral, do Brasil, não se traduzem na ideia de construção coletiva de processos.

No que concerne à compreensão do agente financeiro diante do reconhecimento das ações de financiamento de terras dos diversos programas de crédito fundiário, enquanto política pública, evidencia-se que estes se configuram atualmente através de mecanismos complementares de crédito e de assistência técnica, que garantem tanto o acesso à terra como a permanência nesta. Entretanto, reconhece fatores limitantes para sua concretização de forma harmônica e apresenta como o principal deles a temporalidade das execuções previstas para o desenvolvimento das áreas. Explana que:

Pra tentar cobrir esse descompasso de tempo, se procura, por exemplo, prorrogar o pagamento das operações...mas assim, na verdade, a prorrogação dessas parcelas seriam muito menos sentidas se o agricultor logo que é instalado na terra ele recebesse a garantia da produção, se ele já tivesse ali os insumos de produzir efetivamente, por que aí ele não atrasaria... Então não demandariam do governo políticas compensatórias de ajustes de parcelas não seriam necessárias (Gestor estadual/BNB, agosto/2012).

A exposição do agente financeiro evidencia dois aspectos distintos da compreensão que o MST detém em relação à conjuntura de criação de assentamentos por via da compra de terra. A meu ver, um primeiro diz respeito à coesão entre governo e agente financeiro, deixando em segundo plano o ente interessado, os camponeses. E um segundo elemento refere-se à ideologia mercantilizada de que os agricultores são suficientemente capazes de autogerir sua produção, bem como sua manutenção econômica. No entanto, o que se observa é a negação das causas históricas de desigualdade social e econômica entre os detentores de capital e os agricultores sem-terras e minifundistas.

É importante evidenciar, ainda, que, como elemento integrante dessa coesão, pode-se verificar que as novas formas/regras de adesão ao PNCF, traçam

caminhos de retrocessos na luta por reforma agrária. Faço esta afirmação por considerar que é inviável estabelecer, como exigência de uma política pública nacional, a categorização de aspectos climáticos e físicos de uma região dentro de um mesmo enquadramento operacional.

Faço menção à exigência de que todos os novos imóveis adquiridos pelo Crédito Fundiário já procedam de uma individualização espacial da área, sendo ainda possível aos assentamentos já existentes realizar esta ação. No caso do Ceará, esta condição, além de não se aplicar pela heterogeneidade dos solos existentes, a meu ver, poderá culminar na reestruturação de espaços de concentração de minifúndios, contrariando, assim, a suposta pretensão de realizar uma reforma agrária complementar às desapropriações de terra.

Destaco, ainda, no que diz respeito à percepção do agente financeiro, frente ao significado de que a terra é que tem para as famílias, evidenciando primeiramente a possibilidade de crescimento econômico, sendo a terra o meio para tal situação, embora reconheça que é um instrumento de empoderamento para a dignidade social.

No tocante à ação do MST, enfatiza-se o controle social nas políticas públicas do campo junto às instituições governamentais, a fim de garantir de forma participativa e emancipatória a construção de assentamentos rurais que prezem por uma ação campestre.

Assevero, assim, em linhas gerais, que a política pública de concessão de créditos rurais apresenta discrepâncias conjunturais frente às ações planejadas pelo Estado, no que diz respeito à dinâmica social, política e econômica vivenciada pelas famílias assentadas.

5. PERCORRENDO OS ASSENTAMENTOS DO PSJ

A descrição inicial do Assentamento do PSJ – Ação Fundiária proporcionará o conhecimento do Assentamento Floresta II, em Quixadá, por meio: do Laudo de Análise de Financiamento para Aquisição de Imóvel Rural³, peça técnica de responsabilidade do IDACE, no ano de 1997; do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, realizado no ano de 2008, do qual fui integrante da equipe técnica, e de minhas observações no Assentamento. Ressalto que faço uso do Laudo do IDACE por compreender sua importância no momento atual para a identificação de possíveis situações-problema através de levantamentos técnicos e econômicos.

Desse modo, a caracterização do Assentamento aqui apresentado fará uso de dois momentos distintos: o primeiro realizado através da apresentação de informações de cunho geral, no tocante às atribuições técnicas da terra; e o segundo constituído da caracterização das famílias a partir de minha intervenção na aplicação de questionários, fazendo paralelo com as informações socioculturais, econômicas e ambientais constantes no PDA.

5.1 Caracterização do Assentamento Floresta II/Jordão, Quixadá-CE

5.1.1 Peculiaridades físico-territoriais

A localização da área é de aproximadamente 20km do centro de Quixadá, estando ligada a este por estrada de asfalto que segue para Itapiúna. Possui acesso durante todo o ano, não apresentando problema no trânsito das famílias, bem como dos produtos agropecuários.

A área do Assentamento é constituída de 423,60ha, dos quais 265ha são

³ Objetiva, de forma prévia, identificar as características físicas e estruturais do imóvel, bem como seus potenciais e limitações no âmbito produtivo e econômico.

caracterizados por áreas exploráveis com culturas permanentes e temporárias, assim como por pastagens naturais e artificiais. Tem 138,60ha de Reserva Legal (RL) e áreas ambientalmente protegidas, além de 20ha inaproveitáveis para uso agricultável. Ressalta-se que a área do Assentamento Floresta II, quando passível do processo de regularização fundiária estadual, apresentou área superior ao contratado no ano de 1997, tendo acrescido 12,42ha, totalizando 436,02 hectares (figura 5). O Assentamento limita-se ao Norte com a Associação Comunitária da Varjota; a Leste com a estrada que liga Quixadá ao distrito de Daniel de Queiroz; ao Sul com as terras de Clara Maria Holanda Bessa e a Oeste com as terras de Raimundo Geraldo Bezerra.

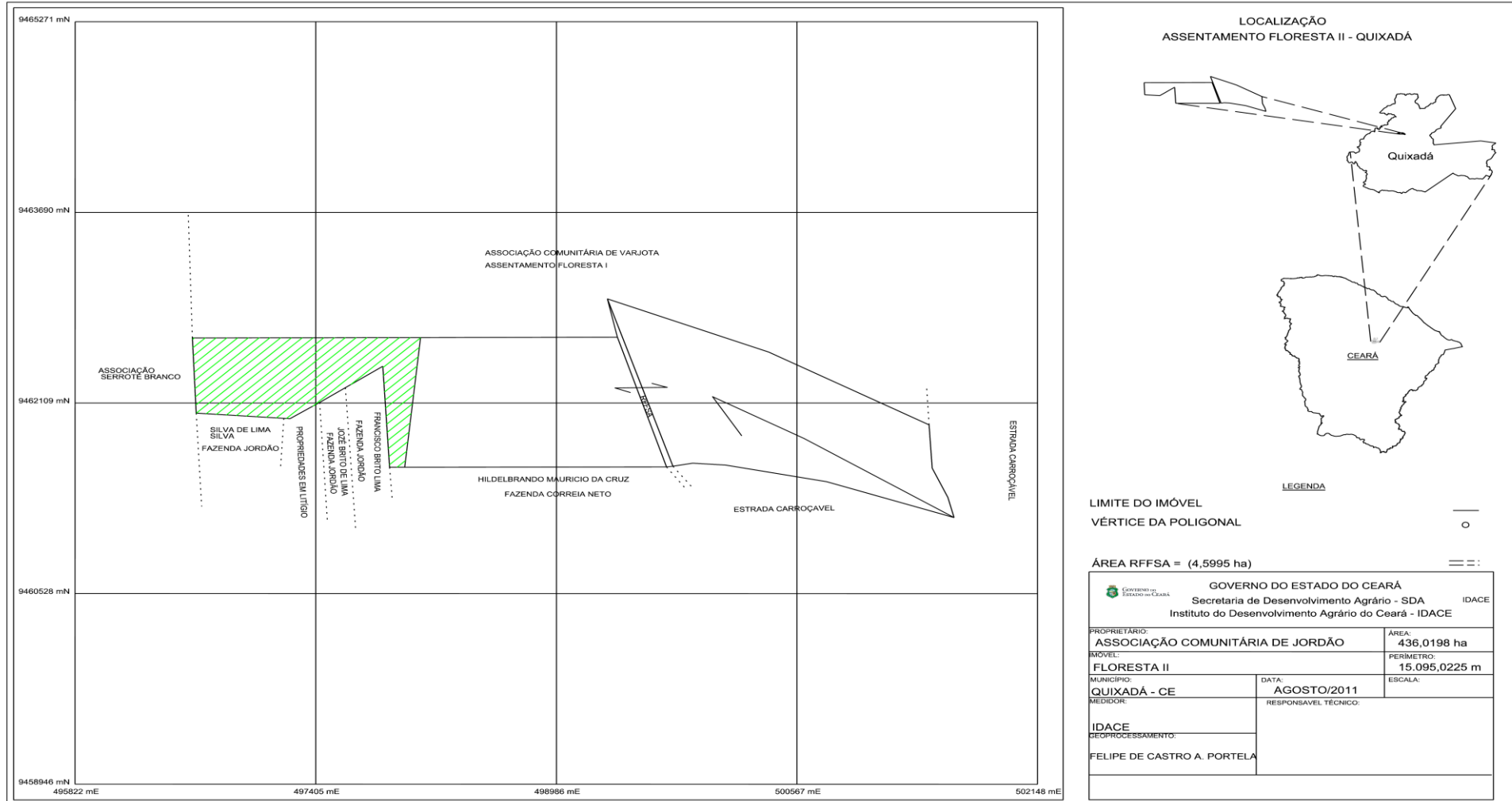
Os recursos naturais se compõem de solos relativamente rasos, com textura do horizonte A, na qual se apresentam camadas arenosas sobre um horizonte B altamente argiloso. Possui más condições físicas e, em consequência, no período invernos, apresentam-se sem estrutura a aspecto maciço e, nas épocas secas, podem apresentar fendas. Apresenta um relevo suave ondulado em sua maior parte, sendo própria para a prática de irrigações. De acordo com o PDA (2008), os solos são caracterizados pelos agricultores por solo de minhoca, barro vermelho, barro preto, arisco e croa. São solos de média fertilidade, franco arenoso e argiloso.

Quanto à área de reserva legal, constata-se que as famílias, atualmente, vivenciam um conflito quanto à possibilidade de uso da mesma. Essa situação evidencia-se devido ao fato de que partes dos assentados desejam fazer uso da madeira existente com intuito de recuperar as áreas de cerca do assentamento, bem como para uso domiciliar. É importante destacar que, de acordo com o depoimento das famílias, ao adquirir o imóvel, as áreas do entorno do açude estavam desmatadas, pois tinha uma grande produção de capineira irrigada destinada à criação de bovinos e ovinocaprinos.

No tocante a essa questão, o depoimento abaixo evidencia a preocupação com a manutenção da Reserva Legal: “*respeitar a Reserva Legal... acho que não é difícil não, é só ter bom-senso, cada um ter o bom-senso e entender que tem que respeitar e fazer...tem que se juntar tudo para fazer as coisas acontecer*” (Assentado nº. 02).

A fauna do Assentamento se constitui de espécies características da caatinga; dentre as mais conhecidas, existem: Preá (*Cavia Aperea*), Cassaco (*Didelphis albiventris*), gato do mato (*Leopardus tigrinus*), teju (*Tupinambis meriana*), cobra de veado (*Corallus hostulanus*), camaleão (*Chamaeleo chamaeleon*), entre outras. Destaca-se, ainda, por espécies de aves: anum preto (*Crotophaga ani*), currupeirão (*Icterus jamaicensis*), tetéu (*Vanellus chilensis*), urubu (*Coragyps atratus*), rolinha (*Columbina passerina*), galo de capina (*Paroaria dominicana*) e coruja (*Tyto alba*). Já as espécies de peixes são marcadas pela significativa quantidade de traíra (*Hoplias malabaricus*) e cará (*Geophagus brasiliensis*).

Figura 5 – Planta do Assentamento Floresta II/Quixadá-CE

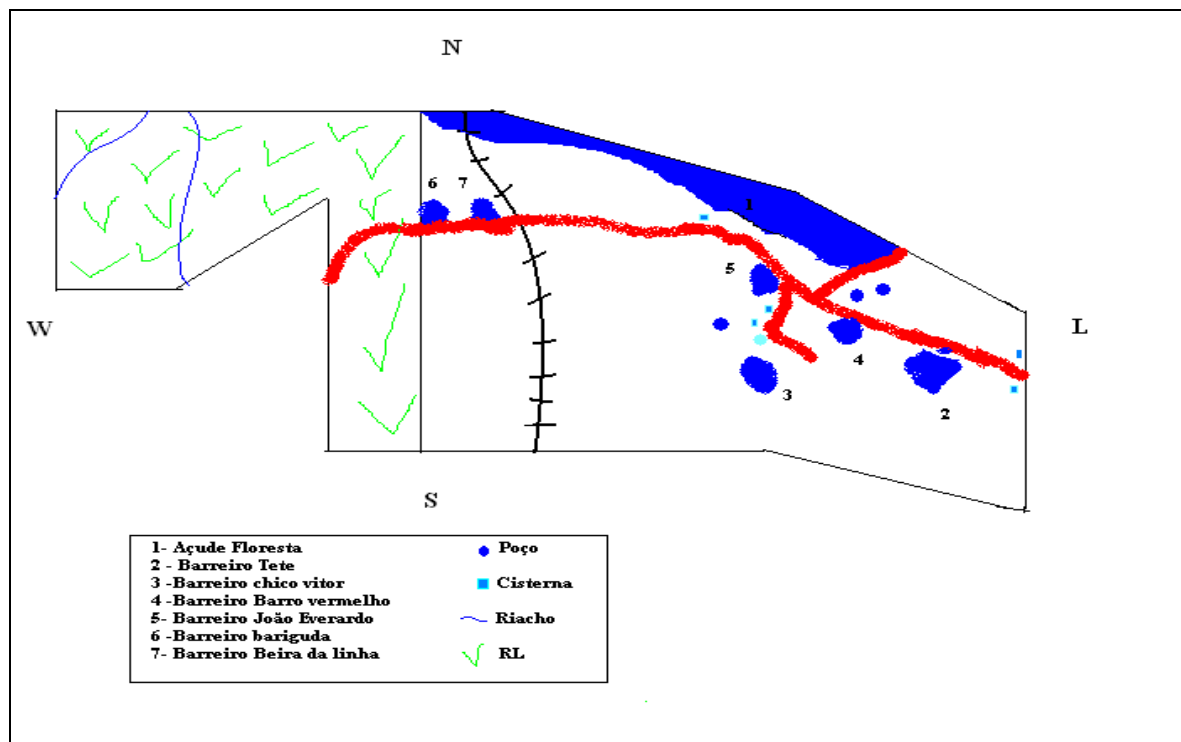


Fonte: IDACE – Degeo, 2012.

As condições climáticas do Assentamento Floresta II se caracterizam por clima quente e semiárido. Destacam-se, nos meses de agosto e março, por elevadas temperaturas, tendo médias anuais entre 24°C e 28°C.

Os recursos hídricos se constituem por dois açudes e cacimbões com grandes vazões, possuindo água de boa qualidade para animais e plantas; seis (06) barreiros na proximidade das residências, destinados ao consumo animal com baixa capacidade de armazenamento; um poço profundo e três poços do tipo amazonas, ambos com água salobra. Dispõem, ainda, de dois riachos que cortam a área de reserva legal, mas que não são utilizados (figura 6).

Figura 6 – Localização espacial das fontes de recursos hídricos



Fonte: PDA/2008.

Evidencia-se que um açude de médio porte tem seu uso compartilhado com o Assentamento Floresta I, tanto para produção quanto para abastecimento pela adutora. Entretanto, o Assentamento sofre com o abastecimento de água para consumo humano devido à qualidade da água; é abastecido por carro pipa através de cisternas de placa construídas de forma particular, porém de uso coletivo. Destaco que, no período de aplicação dos questionários, um novo poço estava

sendo perfurado, através da demanda das famílias a um candidato a vereador do município.

5.1.2 As subjetividades sociais do Assentamento Floresta II/Jordão, Quixadá-CE: perfil social e econômico das famílias assentadas

O Assentamento Floresta II/Jordão foi criado em 24 de setembro de 1997, com capacidade para 10 famílias, numa área de 423,60 hectares de terra, por meio do financiamento de R\$74.900,00 (setenta e quatro mil e novecentos reais).

Atualmente, a composição do quadro social é de 08 famílias, originárias desde o processo de criação. Faz-se tal observação devido ao fato de 80% dos assentamentos do PSJ terem sofrido alterações na sua composição original de famílias, desde processos de abandono da terra até expulsões.

Entretanto, embora o Assentamento Floresta II mantenha-se integrado no que diz respeito à situação do quadro social de famílias, verifica-se a presença de 12 famílias agregadas, vivendo no assentamento. Essa situação evidencia-se preocupante, uma vez que apresenta um número superior às famílias detentoras da terra, das quais somente duas não constam antes agregados na sua unidade familiar.

Essa conjuntura foi identificada no PDA (2008) do Assentamento, embora elucide a aceitação da situação sem incômodos. No entanto, o que se constata agora é o fato de que o grande número de famílias agregadas passou a ser temática recorrente nas reuniões da associação, uma vez que parte das famílias assentadas teme, num futuro próximo, ter de enfrentar problemas, no que diz respeito às áreas de produção e reserva legal, bem como desentendimentos interpessoais motivados pela condição de “dependência” das decisões das famílias assentadas.

De acordo com o Assentado 07, quando questionado sobre a presença de famílias agregadas, ele afirma que: *“o desafio grande é a tempestade de agregados, por que eles já querem mandar mais que a gente... daqui uns tempos, se duvidar, vão tomar é a terra toda.”*

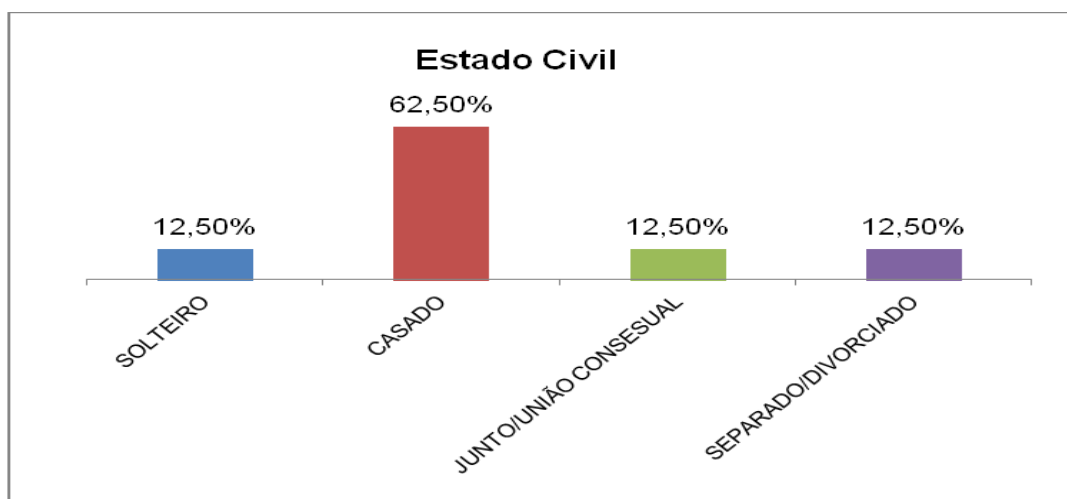
Assim, a população do Assentamento se constitui de 08 famílias

assentadas com 32 integrantes, enquanto há 12 agregadas com um contingente de 35 pessoas; caracterizando, portanto, um maior número de integrantes, tanto em relação ao número de famílias quanto às pessoas.

Dessa forma, faz-se necessário esclarecer que os dados coletados fazem menção especificamente às famílias cadastradas e reconhecidas pelo IDACE. Faço esse esclarecimento devido ao fato de que, embora reconheçamos tal problemática no universo dos assentamentos, tanto de âmbito do PNRA e do PNCF, não se trabalhou com as famílias agregadas, haja vista que o objetivo deste estudo se reporta ao significado da terra para as famílias originárias do processo de aquisição da terra.

A partir dos dados coletados, o estado civil desses assentados é marcado por um total de 75% que apresentam algum tipo de união, sendo a grande maioria com registro em cartório (62,5%). 12,50% são solteiros e 12,50% são separados ou divorciados, como podemos verificar na representação gráfica da figura 7.

Figura 7 – Estado civil dos assentados – Assentamento Floresta II/Jordão/Quixadá-CE



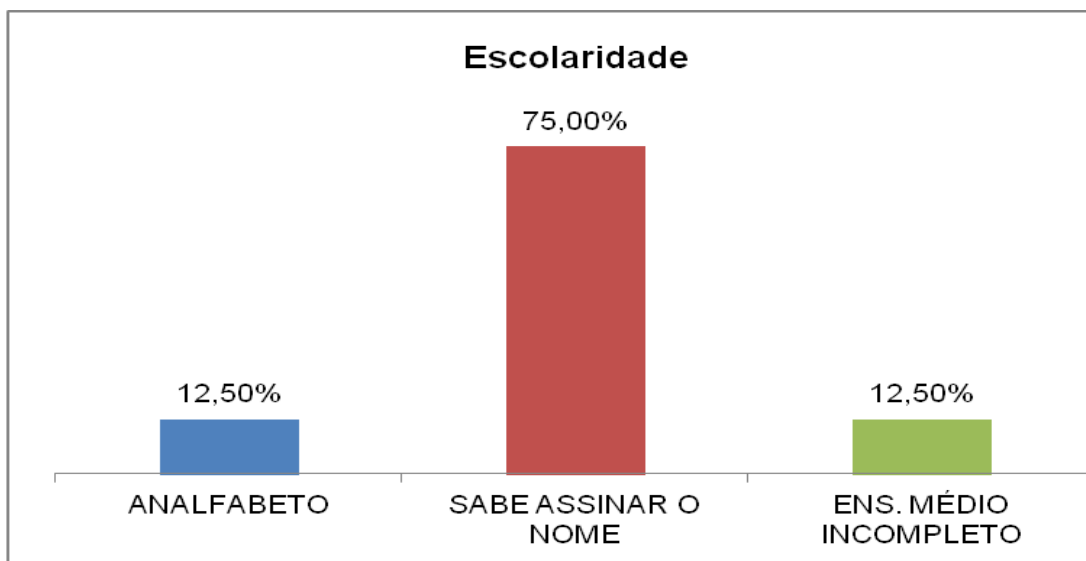
Fonte: própria.

Com relação ao nível de escolaridade, verificou-se, a partir dos questionários aplicados, que a grande maioria dos assentados apresenta baixo ou nenhum nível de escolaridade, tendo em vista que 12,50% são analfabetos e 75% dos entrevistados afirmaram apenas saber assinar o nome. É importante ressaltar

que apenas os jovens entre 15 e 29 anos (representando 12,5% dos entrevistados) possuem um melhor nível de escolaridade: o ensino médio incompleto, como está representado na figura 8.

No que diz respeito à escolaridade da família dos entrevistados, 37,50% dos entrevistados afirmaram que os netos estão estudando atualmente, visto que se encontram na idade escolar; enquanto que 12,50% disseram que os filhos estão frequentando a escola e 12,50% disseram que suas companheiras estão nas salas de aula para concluir os estudos. Evidencia-se que apenas 25% dos assentados afirmaram estar estudando até a data em que esse questionário foi aplicado no Assentamento.

Figura 8 – Escolaridade dos assentados do Assentamento Floresta II/Jordão/Quixadá-CE



Fonte: própria.

Referente aos índices de baixa escolaridade dos assentados de sexo masculino, pôde-se apurar o reconhecimento da importância da Educação para uma melhor condição de vida e valorização pessoal. Os depoimentos elucidam a vivência dos assentados:

Só trabalhava porque tinha que ser escravo dos donos... porque os pais da gente obrigava (Assentado 03, Floresta II, 2012).

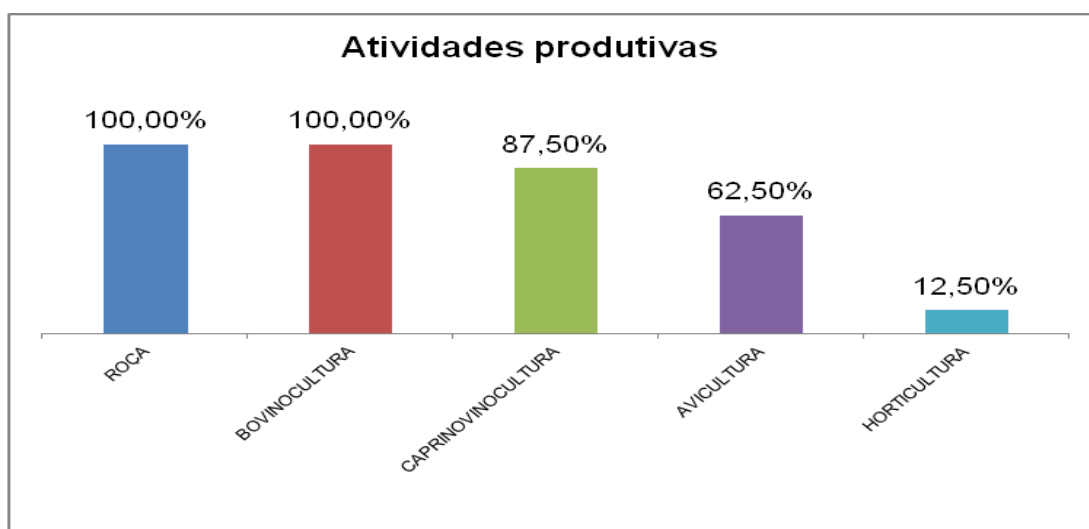
Eu me arrependo muito por que na época que eu era menino, era muito difícil, num tinha as facilidades de hoje... Estudei no EJA, depois que me assentei, mas a vista num deixou, ai eu só aprendi a assinar o nome... Mas já tá bom demais! [...] Eu tinha um apadrinho que era dono do Jordão, onde eu nasci e me criei e ele comprava uns cadernos, botou uma professora dentro de casa pra ensinar e eu num queria, só queria saber de trabalhar mesmo...né (Assentado 02, Floresta II, 2012).

Nesse tempo a gente tinha muita dificuldade porque a gente só vivia em casa e os pais era morador e tinha que trabalhar pra ajudar eles... num tinha tempo pra estudar não (Assentado 04, Floresta II, 2012).

A fala dos assentados evidencia a difícil realidade da educação no campo até os dias atuais, embora aponte que hoje as facilidades são outras se comparadas à época em que estes eram crianças e jovens. Eles afirmam que os jovens e as crianças hoje só não “crescem” na vida (leia-se estudam) “se quiser”; porque, mesmo enfrentando as dificuldades existentes, como a distância para os distritos ou município e o transporte escolar inadequado, ainda dispõem de acesso à escola; o que para eles não se concretizava como uma possibilidade, mas sim uma realidade distante devido ao início da labuta desde crianças.

No que se refere às principais atividades produtivas, observa-se no Assentamento uma diversidade de ocupações, as quais estão representadas na figura 9. De acordo com os dados coletados sobre as principais ocupações e seu grau de importância, verificou-se que 100% praticam o plantio da mandioca (roça) e a bovinocultura; 87,50% dos assentados praticam a ovinocaprinocultura; 62,50% a avicultura e apenas 12,50% a horticultura.

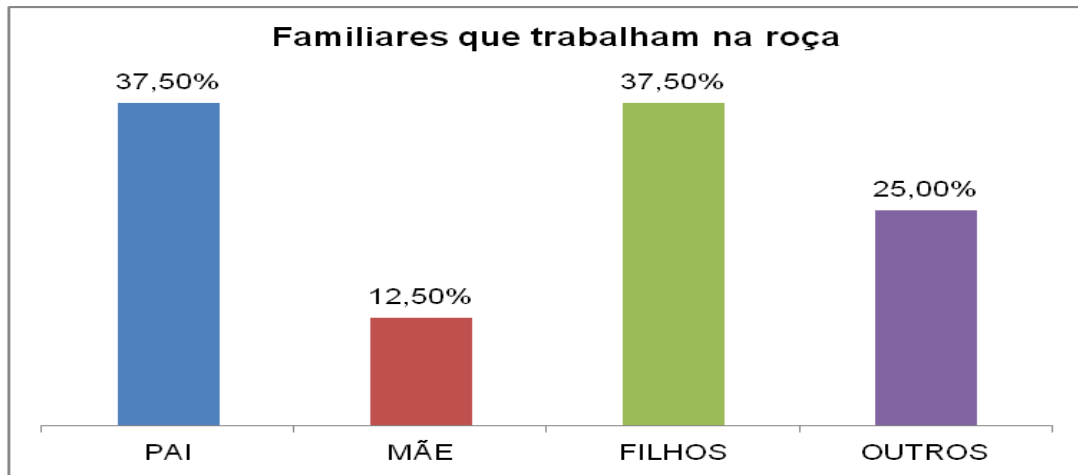
Figura 9 – Principais atividades produtivas no Assentamento Floresta II/Jordão/
Quixadá-CE



Fonte: própria.

Destaca-se que nessa localidade o cultivo da terra é feito pelos pequenos proprietários rurais, tendo como mão de obra essencialmente o núcleo familiar, em contraste com a agricultura patronal, que utiliza trabalhadores contratados, fixos ou temporários, em médias ou grandes propriedades. Quando perguntado aos trabalhadores assentados quais os membros de sua família que trabalham na roça, 37,50% afirmaram que o pai participa da atividade; igual percentual afirmou que os filhos também participam; 12,50% relataram que a mãe trabalha e 25% disseram ser o trabalho exercido por outros parentes: cunhados, netos, etc. (figura 10). Destaca-se, ainda, que os resultados sugerem que o Assentamento Floresta II/Jordão também atravessa o fenômeno de envelhecimento, diagnosticado por Abramovay *et al.* (1998), tendo em vista que grande parte da atividade na roça é executada pelos assentados. Notou-se também um severo processo de *masculinização*, pois os agricultores afirmaram que as atividades são executadas em grande parte por eles, filhos, netos e cunhados.

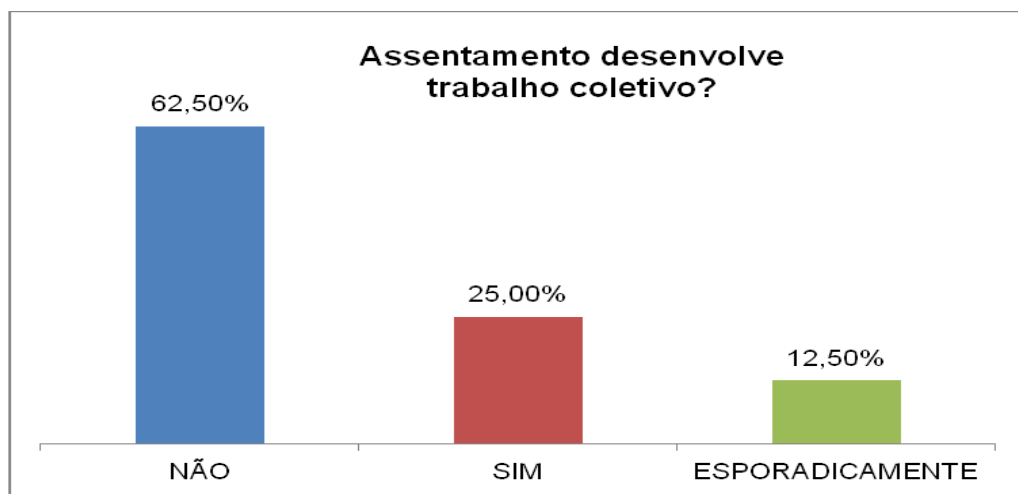
Figura 10 – Familiares que trabalham na roça no Assentamento Floresta II/Jordão/
Quixadá-CE



Fonte: própria.

No contexto do Assentamento, verificou-se, a partir dos dados coletados, que não há uma atividade coletiva consolidada, haja vista que 62,50% dos assentados afirmaram não existir trabalho coletivo (figura 11). Entretanto, essa informação se contradiz, haja vista que 37,50% afirmaram haver algum tipo de trabalho coletivo no Assentamento Floresta II/Jordão, seja de forma sistemática (25%) ou de forma esporádica (12,50%).

Figura 11 – Desenvolvimento trabalho coletivo – Assentamento Floresta II/Jordão/
Quixadá-CE



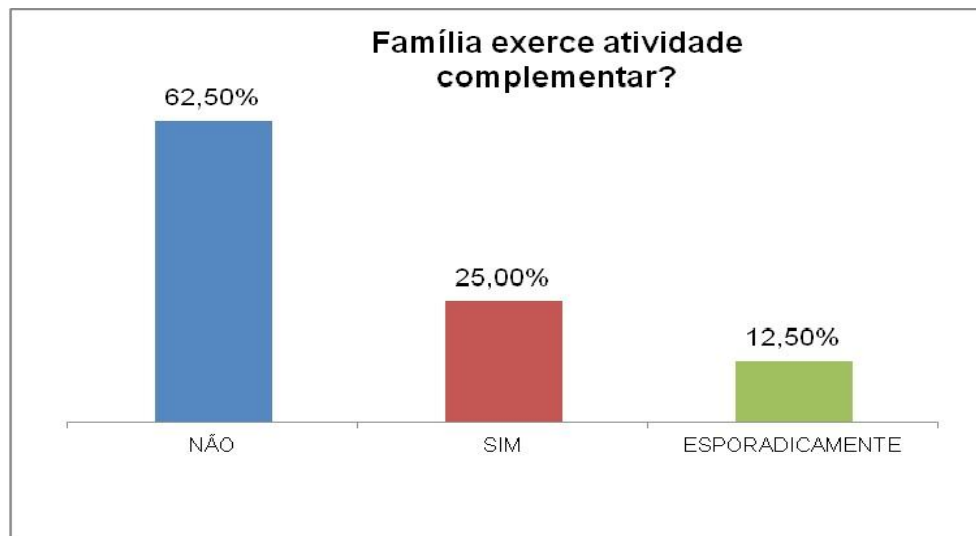
Fonte: própria.

De acordo com a fala de alguns assentados, a realidade do Coletivo do Assentamento se traduz na necessidade de realizar algumas atividades de usufruto grupal, como a recuperação de cercas, a limpeza das margens do açude, dentre outros. Entretanto, o grupo tem lidado com a rejeição de cerca de 65% dos assentados no que diz respeito à necessidade/desejo de desenvolver as atividades de forma integrada com todos os assentados e, inclusive agregados, que também dispõem das áreas de responsabilidade coletiva.

Ao serem interrogados sobre a existência do grupo coletivo no Assentamento, foi unânime a posição de dizer que o grupo, atualmente, passa por dificuldades para realizar as tarefas; embora também afirmem que, quando é preciso, reúnem-se e realizam as atividades. De acordo com a fala do Assentado 07, o Coletivo, no início do Assentamento, tinha suas atividades desenvolvidas sem nenhuma dificuldade: *“quando começamos nos dois anos era bom, depois... porque uns ia e outro não, mas quando era a época de nós tirar a produção, tudim queria...Ai nós paramos, só se junta hoje quando precisa”*.

Dessa forma, o Assentamento Floresta II/Jordão, por ser um assentamento rural formado por pequenos agricultores e camponeses, tem na agricultura de base familiar sua estruturação material e imaterial. Isso, de nenhuma forma, exclui a possibilidade de esses sujeitos exercerem outras atividades econômicas com a finalidade de complementar a sua renda; são bicos, trabalhos eventuais por temporada, produção artesanal, comércio, entre outros. Na realidade dessa localidade, apenas 37,50% afirmaram possuir alguma atividade complementar à atividade agropecuária, sendo que 25% o fazem de forma sistemática, enquanto que 12,50% o fazem de forma esporádica (figura 12).

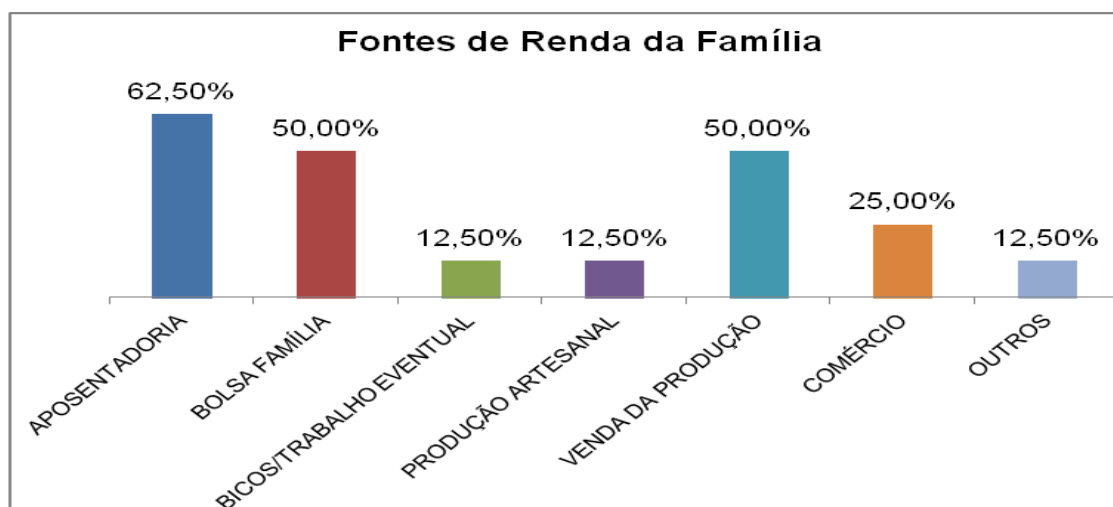
Figura 12 – Familiares exercem atividades complementares – Assentamento Floresta II/Jordão/Quixadá-CE



Fonte: própria.

A renda familiar dos assentados é bastante diversificada, sendo composta pelas políticas de previdência e assistência social (62,50% afirmaram ter aposentadoria e 50%, bolsa família na renda familiar), pela venda da produção agropecuária (50%), por pequenos comércios (25%), bicos/trabalhos eventuais (12,50%), produção artesanal (12,50%) e outros (12,50%), como representado na Figura 13.

Figura 13 – Fontes de renda das famílias no Assentamento Floresta II/Jordão/Quixadá-CE



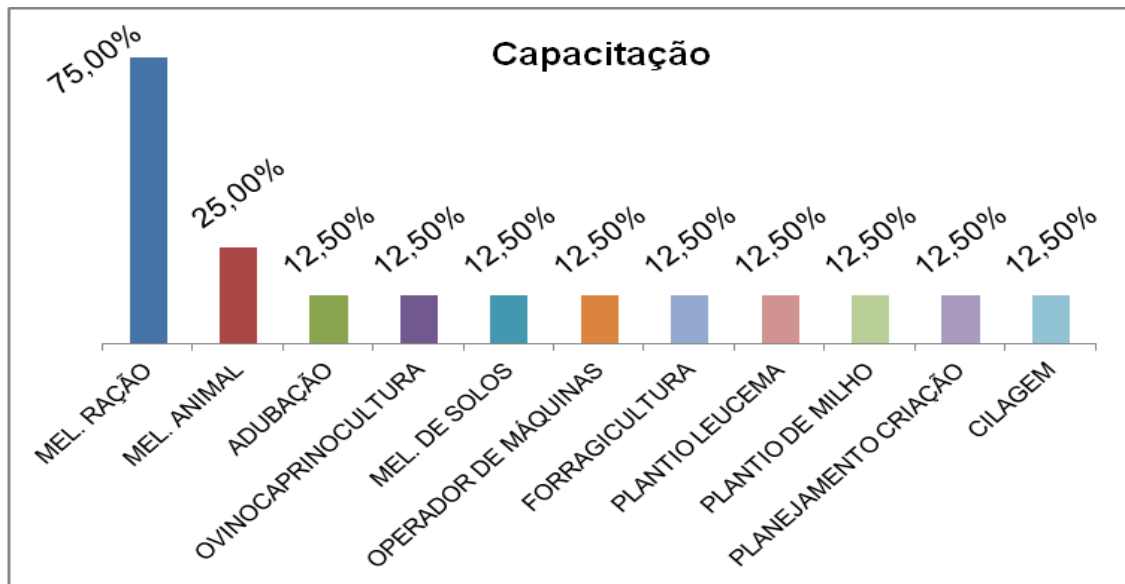
Fonte: própria.

Ressalta-se que 100% dos assentados afirmaram ter feito algum tipo de curso de capacitação agropecuária. De acordo com a figura 14, 75% dos assentados afirmaram ter feito curso de melhoramento de ração; 25%, de melhoramento animal, e 12,50% afirmaram ter feito os cursos de adubação, ovinocaprinocultura, melhoramento de solos, operador de máquinas, forragicultura, plantio leucena, plantio de milho, planejamento de criação e silagem.

É importante perceber que, por mais que seja importante executar ações de transferência de tecnologias, faz-se necessário conhecer a realidade produtiva das áreas que supostamente irá se beneficiar com a intervenção. O modelo de extensão rural brasileiro ainda está calcado no método convencional, que utiliza técnicas de persuasão para o convencimento do outro, condicionando comportamentos e manipulando vontades a fim de adotar inovações de interesse da agricultura moderna, cuja finalidade é promover uma maior produtividade, sob a égide de eliminar a fome e promover o desenvolvimento econômico do país. Dessa forma, a própria extensão passa a ser considerada um projeto educativo para o capital, que se alimenta e retroalimenta por meio do mercado de insumos e de produtos agropecuários produzidos em curto prazo.

Na Região do Sertão Central, onde se localiza o município de Quixadá, a bovinocultura torna-se inviável pela baixa disponibilidade de água e de pastos. No entanto, observa-se que é uma atividade executada por 100% dos agricultores do Assentamento Floresta II/Jordão e incentivada por meio das formações oferecidas: melhoramento de ração, melhoramento animal, planejamento de criação, silagem, entre outros. Toda essa transferência pressupõe a utilização de insumos com alto custo, como no caso das rações e vacinas, que deveriam ser adquiridas pelos produtores. Num período de seca, esse gado é vendido a um preço “vil” e levado para engorda em outros estados, gerando lucros para as empresas produtoras de insumos e para os grandes produtores de gado.

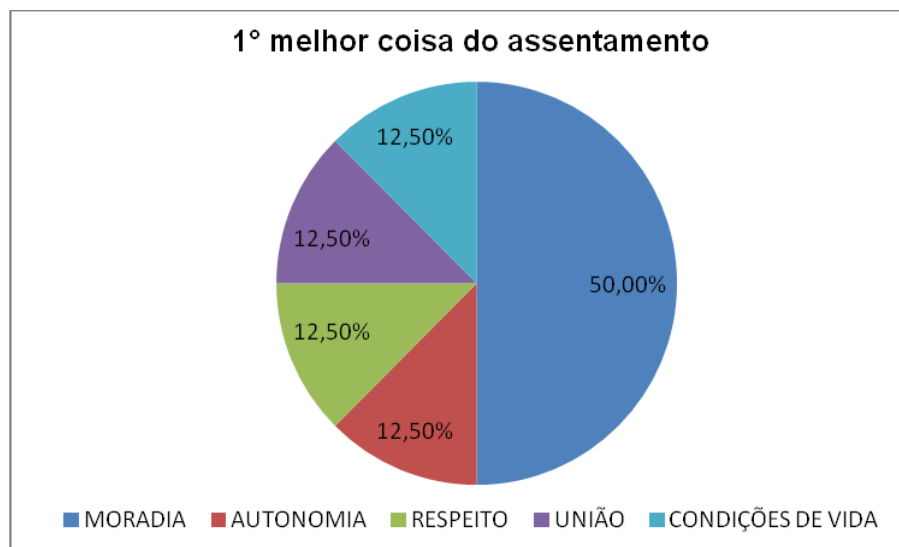
Figura 14 – Capacitação realizada no Assentamento Floresta II/Jordão/Quixadá-CE

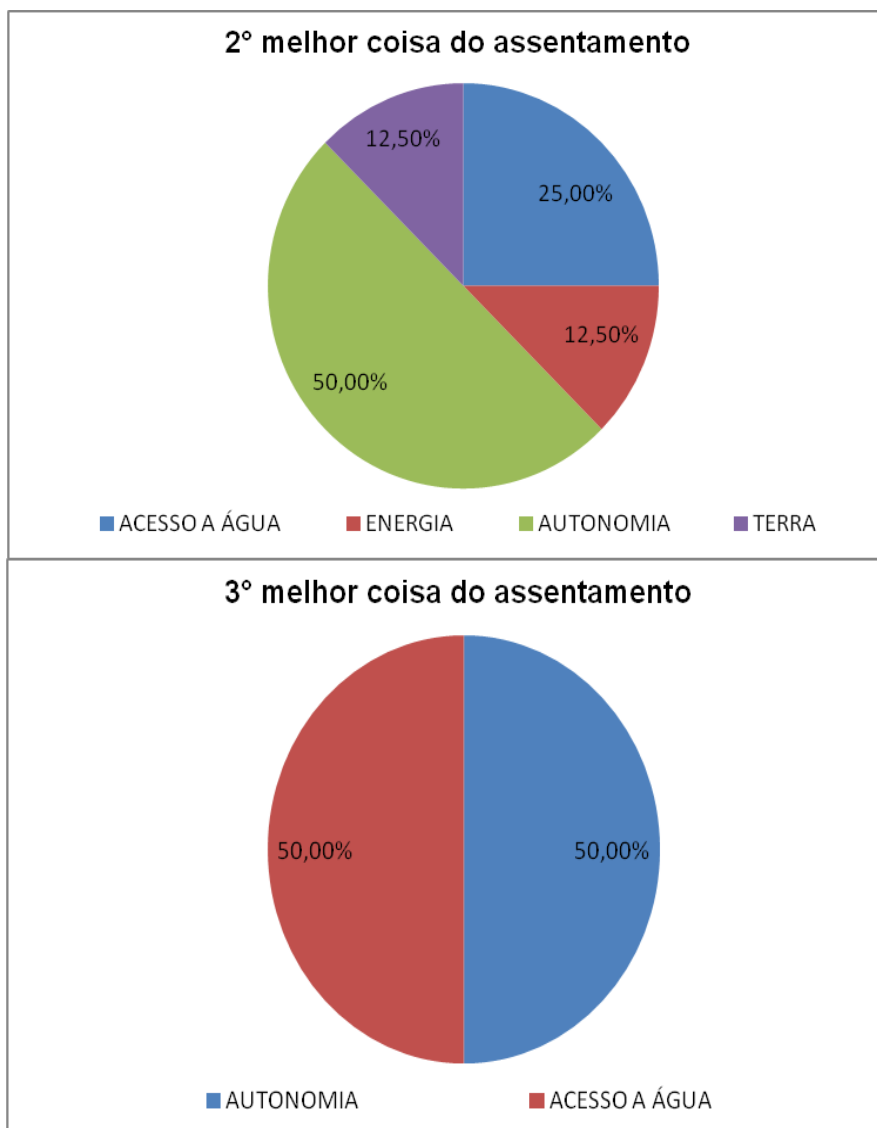


Fonte: própria.

Com relação aos sentimentos de pertença e desafios, podemos observar, a partir da sistematização dos dados coletados pelo questionário, que 50% dos assentados consideram a moradia a 1ª melhor coisa do Assentamento (figura 15).

Figura 15 – Melhores coisas no Assentamento Floresta II/Jordão/Quixadá-CE





Fonte: própria.

A partir da verificação de tais dados, pude apreender das famílias assentadas que o sentimento de pertença à terra entrelaça-se à sua condição anterior de acesso à mesma; o que, em 100% dos casos, dava-se através da condição de moradores, meeiros e posseiros. Essa dinâmica é fruto da sua origem/trajetória de vida, a qual não pode ser dissociada da trama entre a resistência campesina e o desejo de posse da terra. Faço essa observação a partir da compreensão da dinamicidade de motivações e anseios que pude alcançar a partir da realização dos grupos focais, que perpassam pelo desejo de mudança de uma história de vida.

Reporto-me à história de vida das famílias do Assentamento Floresta II, que,

quando questionadas sobre o significado da posse da terra, proporcionaram-me um “calafrio silenciador”; pois, de forma consubstancial, as famílias se entreolharam, ficaram no silêncio de sua respiração por alguns segundos, revivendo, assim penso eu, sua trajetória de vida entre desafios e conquistas, até aquele momento quando interrogadas.

Ao referir-me a esse “calafrio silenciador”, desejo evidenciar, através do depoimento de todas as famílias assentadas do Floresta II, a percepção do que é a Terra para cada uma delas. Enfatizo ainda que este momento foi, dentre todas as etapas do desenvolvimento deste estudo, o que, independente de sua repercussão/aceitação, concretizou e asseverou minha ideologia política e social, como dito nos percursos metodológicos anteriormente. Dessa forma, para as famílias do Floresta II, o significado da terra é:

É tudo para eu criar, é minha liberdade (Assentado 01, Floresta II, 2012).

É minha vida, é a vida da minha família, é de onde eu tiro o meu sustento, pago minhas contas (grifos meus). Porque *nois agricultor* na terra não *samo* nada abaixo de Deus (Assentado 02, Floresta II, 2012).

É uma riqueza pra gente trabalhar, plantar e morar (Assentado 03, Floresta II, 2012).

É um melhoramento de vida, porque *pra* mim hoje eu criar como eu quero. Bota aqui, bota acolá (grifos meus), por que antes eu era morador dos outros... morava na casa dos patrões (Assentado 04, Floresta II, 2012).

É esperança, é prosperidade, é tudo que se imaginar... É desenvolvimento, é sobrevivência. É lutar pela continuação do trabalho agrícola (grifos meus). É a liberdade de ir e vir, sem a perturbação de ninguém. É onde vai criar a sua família e ensinar o trabalho do dia a dia (Assentado 05, Floresta II, 2012).

Trabalhar, criar, possuir um terreno, ter liberdade... porque você tando no que é seu, você tem liberdade. Posse da terra: significa muito trabalho, porque se não for trabalhador *num* tem um espaço desse, um *caboco* preguiçoso num pode *tá* na comunidade (Assentado 06, Floresta II, 2012).

Pra mim o significado da terra é ganhar o pão em cima dela, porque o que a gente é pra ganhar, é em cima da terra, tudo porque era humilhado *dos outro*, explorado *dos outro*... E o patrão expulsava por meio dia de serviço, trabalhava por sujeição, era três dias *pro* patrão e três dias *pra* mim (Assentado 07, Floresta II, 2012).

A posse da terra foi uma beleza, antes eu não tinha nada, nada mesmo... Quando *nois* trabalhava *pros outro*, recebia hoje e amanhã não tinha mais. Aqui, tudo é nosso, a gente não perde nada. Nem a palha do milho que se *num* tiver inverno, *nois dá pros bicho* comer, e antes ia tudo pro patrão. A terra é dívida... a dívida agora pelo que o governo fez, o caboco só não paga se não quiser (grifos meus) (Assentado 08, Floresta II, 2012).

A fala dos assentados evidencia vários pontos de análise, como: a relação de dominação das formas de trabalho em detrimento da concessão de moradia; a dependência econômica do patrão e de seus insumos; a condição de pagamento da dívida da terra *versus* a concepção religiosa de posse da terra; a liberdade sobre as condições de trabalho; o uso e a permanência da terra e o controle social. Para cada uma dessas variáveis de análise, poderia se assinalar o fator educação como eixo limitante entre a realidade atual e a vivida antes da posse da terra. No entanto, pretende-se aqui tomá-las como premissa para compreender os desafios que são inerentes à realidade das famílias, no que diz respeito às formas de manutenção social, política e econômica das mesmas a partir do acesso à terra.

Interpelados, ainda, sobre as expectativas a partir da compra da terra, os assentados afirmaram:

Melhorar. Ter moradia. Trabalhar e sobreviver (Assentado 01, Floresta II, 2012).

Trabalhar. Pagar a terra (grifos meus) e tirar a sobrevivência da minha família... Viver bem, né? (Assentado 02, Floresta II, 2012).

Morar tudo unido (grifos meus), ter um canto para a família morar e trabalhar (Assentado 03, Floresta II, 2012).

Melhorar de vida, porque a gente trabalhando como morador não tinha liberdade como tem aqui (Assentado 04, Floresta II, 2012).

Prosperar. Possuir alguma coisa... Ter onde plantar libertamente (grifos meus), porque a gente pode escolher onde plantar, num tem que perguntar pra ninguém se pode plantar ou não (Assentado 05, Floresta II, 2012).

Entre os elementos identificados como sendo as melhores coisas do Assentamento, as famílias apontam as mudanças ocorridas no seu cotidiano a partir do acesso à terra, embora também assinalem as arestas a serem aparadas desde a sua aquisição. Assim, quando interpeladas sobre o que mudou depois que a família assentou, o que se ressalta é a condição de liberdade/autonomia para trabalhar.

Os depoimentos abaixo esclarecem essa afirmativa:

Ter liberdade *pra* tudo, porque antes eu não tinha casa *pra* mim e *pra* minha mulher (Assentado 01, Floresta II, 2012).

Mudou tudo, porque meus filhos *vivia* trabalhando *pra* aqui, *pra* acolá, e eu também, e agora a gente trabalha *pra* nós, porque todo dia tem trabalho,

porque tem que trabalhar (Assentado 02, Floresta II, 2012).

Se unir mais, mora todo mundo perto. Não ser obrigado a ninguém, trabalhar por conta própria (Assentado 03, Floresta II, 2012).

Trabalhá *pra* gente mesmo, porque quando era morador, num podia plantar um coqueiro, e agora, tudo que a gente faz é pra nois... Tudo isso muda (Assentado 07, Floresta II, 2012).

Outro aspecto identificado a partir da fala das famílias assentadas diz respeito à relação entre ações associativas, comunitárias e de cooperação, que permeiam um assentamento rural; por conseguinte, constituem-se como características do campesinato. Essa relação pode ser verificada a partir do desejo de aquisição da terra, uma vez que as famílias unem-se num só objetivo e passam a interagir no sentido de que este seja alcançado. O depoimento dos assentados enfatiza essa compreensão:

A gente lá era mandado, aqui a gente tem só que respeitar as normas da associação, mas num é mandado (Assentado 04, Floresta II, 2012).

Nós mesmos, se organizando, vai na reunião e chegando um ponto certo... O cara *num* vai até a lua, porque *num* pode resolver seus problemas aqui? (grifos meus) (Assentado 03, Floresta II, 2012).

Apesar de as famílias reconhecerem e apontarem as mudanças conquistadas com a posse da terra, reconhecem também outra relação de dominação que se estabeleceu, agora não mais entre patrão e empregado, mas sim entre assentado, Estado e Agente Financeiro. Destacam que, embora sejam “livres” para plantar o que desejarem, tornaram-se devedores de “*uma dívida que parece que nunca vai se acabar*”.

Associado a essa, destaca-se o reconhecimento da intervenção social do MST, a fim de garantir melhores condições de pagamento da terra. É importante destacar, nesse sentido, que o Assentamento Floresta II, no que tange à aquisição da terra, não participou de processos de luta como outros assentamentos de Quixadá, mas estes reconhecem sua ação política e social na luta por melhores condições de vida para os camponeses.

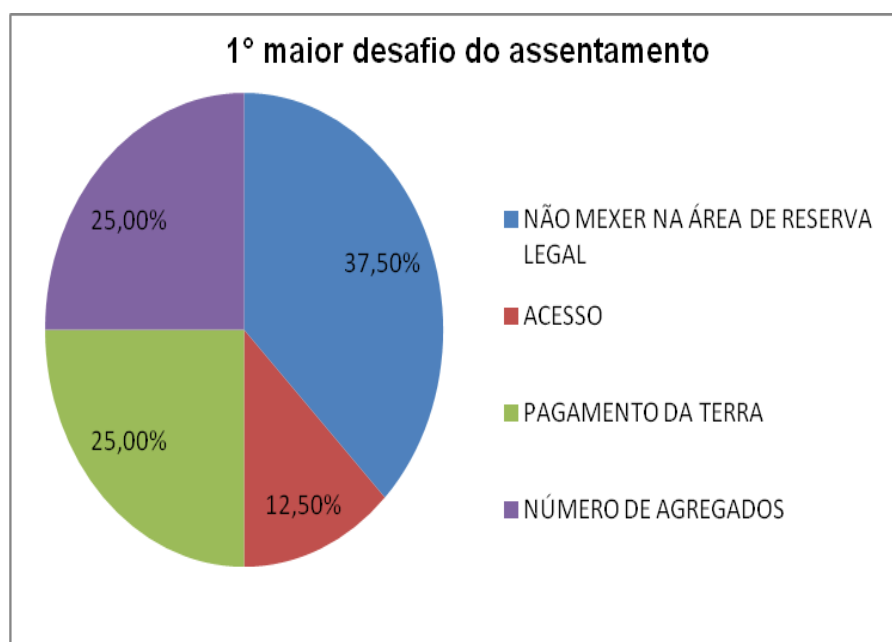
Mudou muita coisa, porque você tem liberdade no que é seu... quer dizer, ainda não é meu, tamo trabalhando para pagar. Por hora, tá tudo bem,

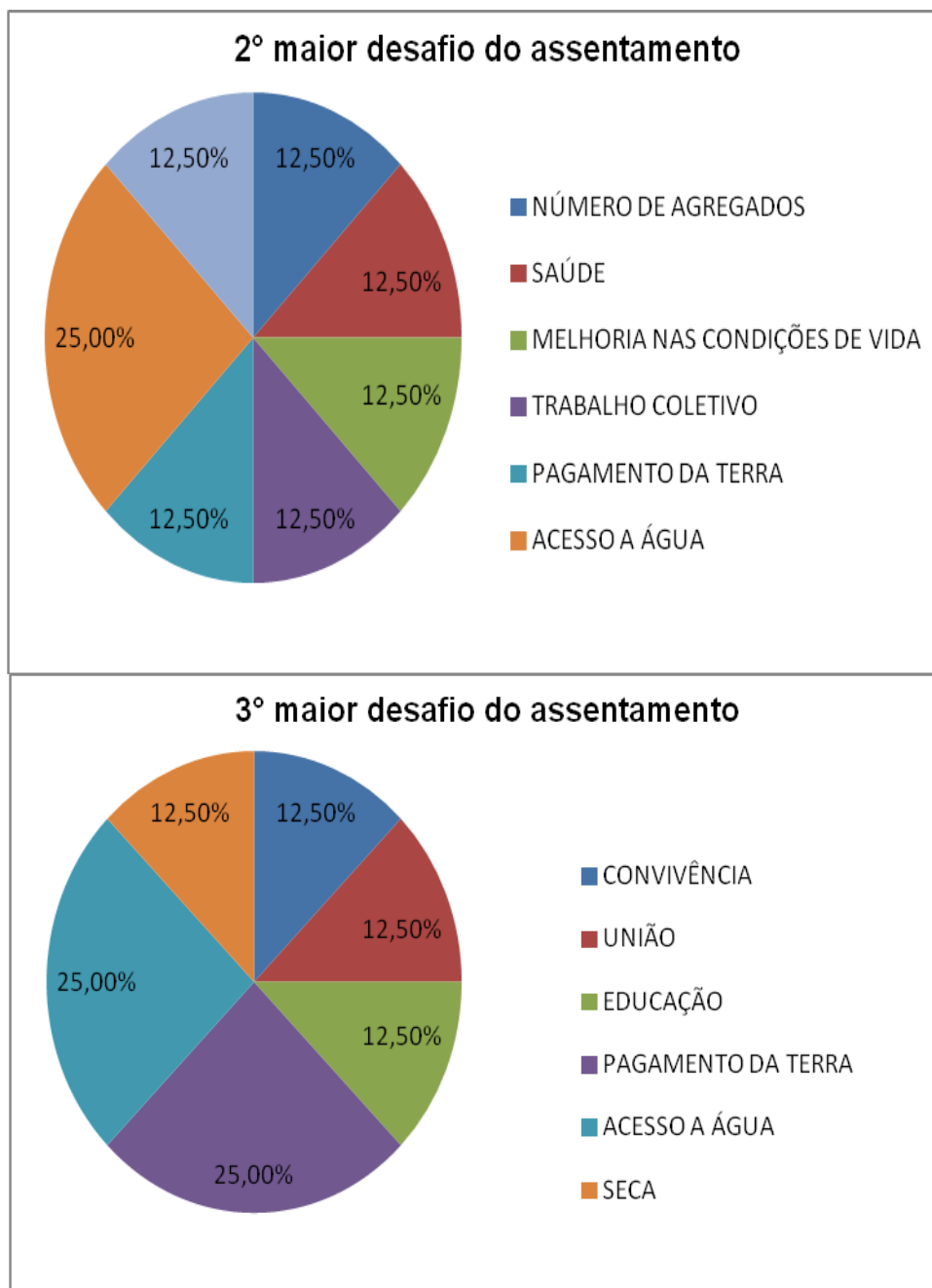
pretendo melhorar mais do que eu já tô... pra trás num tinha perspectiva de pagar. Melhorar de vida. Ter um canto pra morar com a família, por que coisas dos outros é hoje e num é amanhã (Assentado 06, Floresta II, 2012).

Aqui ninguém é obrigado a ninguém. O cabra era encabestrado... até pra fazer uma visita à família só podia ir sábado do *mei* dia pra tarde, e hoje, nós somos liberto (Assentado 08, Floresta II, 2012).

Com relação aos desafios (figura 16) elencados, destaca-se a necessidade de preservar a área de Reserva Legal (RL). Essa se configura como um ranço do período em que eram moradores e meeiros de patrões que faziam uso desordenado dos recursos naturais com vistas ao acúmulo de capital. Essa colocação justifica-se devido à percepção de que tanto assentados como agregados, embora reconheçam as leis de proibição do uso desordenado da RL, ainda assim a utilizam, sobremaneira para o corte de madeira para recuperação das cercas do Assentamento e atividades domésticas em menor escala.

Figura 16 – Desafios no Assentamento Floresta II/Jordão/Quixadá-CE





Fonte: própria.

Como elemento facilitador para lidar com esses desafios, interroguei as famílias sobre quem poderia contribuir para alcançá-los. As mesmas apontaram ser a responsabilidade para tal fim tanto deles, quanto do governo. As famílias enfatizam a necessidade de o governo dar condições de pagamento, que não sejam com taxas de juros abusivas; e, concomitantemente, realizar suas atribuições, como, por exemplo, a prestação de assistência técnica de forma permanente e a ação dos

políticos para eficácia das políticas de estado.

Tem que se juntar tudo para fazer as coisas acontecer (Assentado 02, Floresta II, 2012).

Somos nós que têm que tomar as providências pra resolver... governo poderia facilitar, dá as condições que a gente possa pagar (Assentado 03, Floresta II, 2012).

As autoridades... Por que tudo depende deles, dos vereadores, prefeitos, dos deputados... quando eles querem tem tudo, chega no hospital e tem tudo, também depende do povo as exigências para as comunidades (Assentado 04, Floresta II, 2012).

Primeiramente, nós têm que trabalhar muito e, segundo, é o governo facilitar mais pra nós (Assentado 05, Floresta II, 2012).

A não ser um projeto que apareça, é os próprios assentados que tem que se organizar... se a pessoa num se sentar e conversar num resolve tudo isso, mas se só se sentar, conversar e não resolver não adianta conversar sem fazer... (Assentado 06, Floresta II, 2012).

Ademais, adoto a ideia de Alencar (2000) ao discorrer que a construção de um assentamento relaciona-se diretamente com a condição de como este se vê frente às demais categorias sociais do campo, como os meeiros, posseiros, minifundistas e sem-terra. Do exposto, evidencia-se que os homens e mulheres do Assentamento Floresta II/Quixadá-Ce se afirmam enquanto assentados, pois “conquistaram” a posse da terra.

Faço essa afirmativa por adotar, como explícito inicialmente, a ideia de que os 44 imóveis adquiridos pelo PSJ – Ação Fundiária caracterizam-se como assentamentos, uma vez que as famílias detêm a terra. Entretanto, não reconheço a ação de compra de terra como uma ação efetiva de reforma agrária, haja vista que o referido assentamento, até o presente momento, assim como os demais, ainda não tem acesso de forma eficaz às políticas públicas para o Campo, além de não ter alcançado, de acordo com seus depoimentos, a liberdade plena, o que se dará através do pagamento da terra. Nesse sentido, a fala do assentado 07 corrobora com a ideia do que seja ter acesso à terra: “*pra viver o resto da minha vida nela... Trabalhar, plantar...*”

6. CONCLUSÃO

À luz das argumentações desenvolvidas para a compreensão da dinâmica do Projeto São José – Ação Fundiária, evidencio minhas percepções e apreensões da realidade agrária vivenciada nos 44 assentamentos dentre suas hipotéticas subjetividades e problemáticas.

Enfatizo que a conjuntura de criação dos assentamentos se deu sob a ótica da subordinação econômica e social, uma vez que, alicerçado pelo modelo globalizado de desenvolvimento, o Ceará adota e prioriza concepções mercantis com vista ao atendimento da demanda camponesa por reforma agrária; uma reforma agrária voltada a minimizar os anseios do homem do campo por acesso à terra.

Entretanto, este ingresso se dá de forma tímida e, por muitas vezes, não concebida, visto que o modelo da reforma agrária de mercado não se configura como elemento norteador de ações para enfrentamento da questão agrária nacional. Quanto a este modelo, destaco as percepções do PSJ, as quais despertaram em mim o sentimento ora de indignação frente às inconsistências técnicas verificadas, ora de esperança frente às ações e falas das famílias assentadas, diante da possibilidade de libertação da dívida da terra a partir de uma nova conjuntura de embate político através da intervenção do MST junto ao Governo do Estado.

Quanto a esta intervenção, assevero que, de forma independente da articulação e organicidade com o MST, as famílias puderam minimamente trazer à tona suas problemáticas com vista à reorganização da associação e regularização dos seus quadros sociais, haja vista que 98% destas passaram por mudanças cadastrais, seja por parte dos indivíduos, seja considerando sua responsabilidade jurídica.

Como elemento norteador dessa verificação, destaca-se o fato de que a partir da possibilidade de pagamento da terra pelas novas condições de operacionalização, os órgãos responsáveis por seu acompanhamento social e crescimento produtivo passaram a receber, de forma permanente, demandas por ações de reestruturação de infraestruturas e o acesso a políticas públicas destinadas ao Campo.

Assim, o debate político, no que diz respeito às áreas adquiridas por meio

da reforma agrária de mercado, retoma as discussões em nível de governo estadual, abrindo os horizontes para novas lutas e conquistas sociais.

Entretanto, em meio a este cenário de bonança, constatou-se a inconsistência das ações desenvolvidas nos 44 assentamentos do PSJ, haja vista que, até o processo de intervenção do MST, as famílias não detinham meios de quitar as parcelas de pagamento da terra diante das altas taxas de juros fixadas no ato de contratação do financiamento da terra, tornando-se inadimplentes; conseqüentemente, *passivos* à participação em outras políticas públicas destinadas à manutenção da unidade familiar produtiva.

Destaco, sobremaneira, que a intervenção do governo estadual, seguidamente do federal, concretizou-se em ações marginais, agravando os problemas sociais do campo alicerçados pelo ranço histórico da concentração de terras em detrimento de ações e políticas que promovessem o enfrentamento social, político e econômico no campo brasileiro.

Verifiquei que a origem das famílias assentadas no conjunto dos assentamentos do PSJ se constitui de homens e mulheres camponeses, oriundos da condição de meeiros, arrendatários e moradores das fazendas.

Essas famílias detinham no sonho de acesso à terra a porta de entrada para a liberdade e a autonomia de trabalho. No entanto, apesar dessa mudança de vida, confrontaram-se com as altas taxas de juros cobradas diante do financiamento da terra, culminando com uma nova dependência e submissão do Estado frente às ações e atividades a serem implementadas nos imóveis comprados.

Dessa situação, destaca-se o fato de que as famílias apontam que a posse da terra se configura como a maior conquista de suas vidas, embora evidenciem que, em contraposição, a inadimplência quanto ao pagamento da terra se traduz na frustração da impossibilidade de desenvolver ações e projetos, seja de forma individual ou coletiva, que demandem a regularidade cadastral da Associação, bem como de seus (co)responsáveis.

Fruto dessa externalidade, o PSJ apresentou altos índices de rotatividade de famílias no quadro social das Associações, as quais acreditavam que, abandonando a terra, deixariam a dívida para trás. Ledo engano; pois, associadas às taxas de juros, as despesas de cartorárias para alterações em escritura se

constituíram em um entrave para a organização social e produtiva das famílias.

Quanto a este elemento, as associações apontaram, de forma especial, o Assentamento Floresta II, em Quixadá. Neste, as circunstâncias que geram a inadimplência da parcela de pagamento da terra estão diretamente associadas às condições de trabalho e às infraestruturas produtivas disponíveis; à organização e à realização de tarefas de forma coletiva, com vistas a atender a manutenção das áreas de uso coletivo do assentamento; e à compreensão de que a manutenção da unidade familiar, no que se refere à educação, segurança, alimentação e saúde, não pode ser subordinada à acumulação de capital para o pagamento de uma parcela da terra.

Destaco, após o exposto acima, que a hipótese adotada neste trabalho se verificou como propositiva, uma vez que, de acordo com dados analisados, as entrevistas realizadas com famílias assentadas, agente financeiro e movimento social evidenciam que o PSJ não atendeu efetivamente à demanda de Reforma Agrária, porque não foi capaz de superar as ações por acesso à terra via desapropriações, apesar de a intervenção das instituições públicas nos assentamentos rurais ter sido proposta a partir de uma visão de desenvolvimento rural sustentável e gerida de “forma compartilhada”.

Assim, a referência de reforma agrária de mercado adotada pelo Governo do Ceará no caso do PSJ – Ação Fundiária se consolidou como sendo uma ação de distribuição de terra mediante a aceitação de endividamento social e econômico, haja vista que, como veiculada no início de suas ações, objetivava complementar as ações de reforma agrária frente às demandas sociais de acesso à terra por famílias minifundistas e sem-terras.

Portanto, conclui-se que o PSJ, como integrante da Política Nacional de Crédito Fundiário, não se efetivou como política pública. Constituiu-se como uma intervenção do Estado para posse e uso da terra, uma vez que as famílias não dispõem de forma integralizada do acesso às políticas públicas para o Campo. Assim, aponta-se como ação pertinente ao PSJ – Ação fundiária a necessidade de promover, com o apoio do governo federal e estadual, especificamente, do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) e da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará (SDA), bem como das famílias assentadas, dos movimentos

sociais e dos agentes financeiro, maior integração e conhecimento da realidade dos assentamentos, a fim de que as demandas sociais possam ser atendidas com efetividade por projetos, programas e Políticas Públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Edições Unesco, 1998, 2. ed.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. O mercado de terras ou a terra como mercadoria no Ceará. In: ____ **Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado**. São Paulo: Expressão popular, 2006, 1. ed.

_____. **Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza: EUFC, 2000. p. 162 il.

ALVAREZ, Sonia F.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). **Cultura Política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Ed. CFMG, 2000.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Descentralização e Participação na Reforma Agrária no Brasil. In: ____ **Reforma Agrária e desenvolvimento sustentável** / Ministério do Desenvolvimento Agrário. Pedro Sisnando Leite *et al.* (orgs). Brasília: Paralelo 15/ Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/MDA, 2000, p. 127-144.

_____. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Editora Revan: Fase, 2000.

BARREIRA, Maria Cecília R. N. **Avaliação participativa de programas sociais**. São Paulo: Veras Editora, 2000, p. 59-77.

BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. Estratégias para uma nova ruralidade: o engodo do novo mundo rural. In: ____ **Terra, Sujeitos e Condição Agrária**. Celecina de Maria Veras Sales *et al.* (orgs). Fortaleza: Imprensa Universitária, 2007.

_____. **O engodo do novo rural: reflexões a partir de Canindé – CE**. Tese submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais. Fortaleza: UFC, 2003.

BRASIL. **Lei Nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 – Suplemento. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 15 de novembro de 2012.

BECKER, Howard. De que lado estamos? In: ____ **Uma teoria da ação coletiva.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 1977, p. 122-136.

BERCOVICI, Gilberto. Vinte Anos da Constituição Federal: avanços e desafios para as políticas públicas e o desenvolvimento nacional. In: ____ **Diálogos para o desenvolvimento.** José Celso Cardoso Junior; Carlos Henrique R. Siqueira (orgs.). Brasília, 2009, p. 121-129.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação.** Editora brasiliense. Sem data.

BOULMETIS, Jonh & DUTWIN, Phyllis. **The ABCs of evaluation:** timeless techniques for program and Project managers. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.

BRANDÃO, Wilson. A Reforma Agrária Solidária no Ceará. In: ____ **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável /** Ministério do Desenvolvimento Agrário. Pedro Sisnando Leite *et al.* (orgs.). Brasília: Paralelo 15 / Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/MDA, 2000.

BUAUNAIN, Antônio Márcio; JARDIM, José Maria da Silveira; TEÓFILO, Edson. **O programa cédula da terra no contexto das novas políticas de desenvolvimento rural.** Texto preliminar sem data.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil *et al.* (org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CALDEIRA, Tereza P. do R. **Uma incursão pelo lado não respeitável da pesquisa de campo.** Ciências Sociais Hoje. Vol. 1, CNPq/ANPOCS: Brasília/Recife, 1981.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de. **Estado e Políticas Públicas:** o desafio para a construção de uma cultura de direitos. Texto apresentado no Seminário Políticas Públicas para o Campo: discurso e ações. Fortaleza, Fevereiro de 2007.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, Cap. IV.

Convênio FAO/INCRA. **Avaliação do Projeto Cédula da Terra**, Estado do Ceará. Fortaleza-CE, maio de 1998.

COTTA, Tereza C. Metodologias de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. **Revista do Serviço Público**. Vol. 49, nº. 2, p. 105-126, abr/jun, 1998.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. Editora brasiliense. Sem data.

DAMASCENO, Maria Nobre. **O caminho se faz ao caminhar**: elementos teóricos e práticas na pesquisa qualitativa / Maria Nobre Damasceno e Celecina de Maria Veras Sales (Coordenadoras) *et al.* Fortaleza: Editora UFC, 2005.

DEMO, Pedro. **Pesquisa Participante**: saber pensar e intervir juntos. Brasília: Líber Livro, 2. ed., 2008.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: ZAHAR – Editores, 2. ed., 1976.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Dezembro de 2004.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GASQUES, José Garcia; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da. A Demanda da Terra para a Reforma Agrária no Brasil. In: ____ **Reforma Agrária e desenvolvimento sustentável** / Ministério do Desenvolvimento Agrário. Pedro Sisnando Leite *et al.* (orgs.). Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/MDA, 2000, p. 85-110.

HOLANDA, Nílson. **Avaliação de programas**: conceitos básicos sobre a avaliação *ex-post*: de programas e projetos. Fortaleza: ABC Editora, 2006, Cap. I.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo agropecuário. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro>. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Superintendência Regional do Ceará – SR 2-CE. **Planilha de Preços Referenciais de Terras** – Ano 2012. Dezembro 2011.

Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE. Núcleo de Desenvolvimento Fundiário – Nudéf. **Manual de Operações:** Projeto São José – Ação Fundiária, Ceará, 1996.

_____. **Reforma Agrária Solidária:** documentos para acompanhamento. Fortaleza, julho de 1998.

_____. **Projeto São José – Ação Fundiária:** investimentos necessários a serem feitos nas propostas aprovadas. Fortaleza, setembro de 1997.

_____. **Alguns aspectos da questão agrária no Ceará** (versão preliminar). Fortaleza, dezembro de 1995.

_____. **Missão do Banco Mundial:** memória das reuniões (versão preliminar: Período 30/11– 02/12/1995). Fortaleza, 1995.

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE. **Reforma Agrária no Ceará:** números da redistribuição, reorganização e regularização fundiárias no Estado do Ceará. Fortaleza, Janeiro de 2003.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural:** conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre; Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

LEITE, Sérgio. Impactos Regionais da Reforma Agrária no Brasil: aspectos políticos, econômicos e sociais. In: ____ **Reforma Agrária e desenvolvimento sustentável/**Ministério do Desenvolvimento Agrário. Pedro Sisnando Leite *et al.* (orgs.). Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/MDA, 2000, p. 37-54.

Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário (Brasil). **Estudos de Reordenamento Agrário Nº. 3:** Avaliação de Impacto do Projeto Cédula da Terra. Brasília, 2007.

_____, Secretaria de Reordenamento Agrário (Brasil). **Estudos de Reordenamento Agrário Nº. 7:** Programa Nacional de Crédito Fundiário: uma avaliação qualitativa (2003-2010). Brasília, 2011.

MARTINS, Mônica Dias (org.) **O Banco Mundial e a terra:** ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viamundo, 2004.

MATOS, Aécio Gomes de. **Organização social de base:** reflexões sobre significados e métodos. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Ministério do Desenvolvimento Agrário. Editorial Abaré, 2003, p. 104.

MELO, Marcus André. **As sete vidas da agenda pública brasileira.** In: RICO, Elizabeth M. (org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez/IEE, 1998, p. 11-28.

MELO, João Alfredo Telles (org.). Reforma Agrária. In: ____ **Reforma Agrária Quando?** Relatório vencido da CPMI da terra. Brasília: 2006, p. 192-214.

NETO, Manuel Domingos. **O Novo Mundo Rural.** In: MARTINS, Mônica Dias (org.). O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004, p. 27-39.

PAULA, Luiz Antônio Maciel de. **Marco teórico sobre avaliação e monitoramento.** In: VI Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de La Administración Pública. Anais. Buenos Aires: CLAD, 2001.

PIRES, Álvaro P. **Amostragem e pesquisa qualitativa:** ensaio teórico e metodológico. In: ____ A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008, Coleção Sociologia.

Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA. **Assentamento Floresta II. Quixadá.** Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará e Governo do Estado do Ceará, 2008.

REYDON, Bastian Philip; CORNÉLIO, Francisca Neide Maemura. Brasil, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. **Mercados de terras no Brasil:** estruturas e dinâmica. Brasília: NEAD, 2006, p. 444, Nead Debate, 7.

ROCHA, Regina (organizadora); PONTUAL, Pedro *et al.* **Participação social:** desafios para a democracia contemporânea. – Rio de Janeiro: Nova Pesquisa, 2005. (Cadernos de educação popular; 29).

ROSSET, Peter. **O bom, o mau e o feio:** a política fundiária do Banco Mundial. In: MARTINS, Mônica Dias (org.). O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004, p. 16-26.

SALES, Ivandro da Costa. **Os Desafios da Gestão Democrática da sociedade.** In: Diálogo com Gramsci. CE: Edições UVA. Recife, PE: Editora da UFPE, 2005.

SAUER, Sergio; PEREIRA, João Marcio Mendes. **A reforma agrária de mercado do Banco Mundial no Brasil.** Revista Proposta, dez/fev, nº. 107, ano 30.

SAUER, Sergio. PEREIRA, João Marcio Mendes (orgs.). **Capturando a terra:** Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2006.

Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA; Unidade Técnica – UTE: Coordenadoria do Crédito Fundiário. **Mimeo.** Fortaleza, 2010.

_____. **Relatório Técnico:** levantamento dos dados dos 44 projetos de Reforma Agrária Solidária – Projeto São José. Apoio à gestão/UTE. Coordenadoria do Desenvolvimento Agrário/Cocred. Fortaleza, 2011.

_____. **Relatório Técnico:** resumo dos dados do programa complementar à Reforma Agrária no Estado. Fortaleza, 2012.

STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil:** programas de Reforma Agrária: 1946-2003. Expressão Gráfica, 2005.

_____. **A questão agrária no Brasil:** o debate tradicional: 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **A questão agrária no Brasil.** Espaço e debate. São Paulo: Atual, 1997.

SILVA, M. O. S. **Avaliação de políticas e programas sociais:** teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.

SILVA, M. O. S.; YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo Di. **A Política Social Brasileira no Século XXI:** A prevalência dos programas de transferência de renda. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 224.

TEÓFILO, Edson. **A necessidade de uma reforma agrária, ampla e participativa para o Brasil.** Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD/Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Ministério do Desenvolvimento Agrário. Editorial Abaré, 2002.

TELLES, Vera da Silva. **Direitos Sociais:** afinal do que se trata? Revista USP. São Paulo (37). Março/Maio 1998, p. 34-45.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

VEIGA, José Eli da. Diretrizes para uma Nova Política Agrária. In: ____ **Reforma Agrária e desenvolvimento sustentável**/Ministério do Desenvolvimento Agrário. Pedro Sisnando Leite *et al.* (orgs.). Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/MDA, 2000, p. 19-36.